



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL – PROFEP**

CONHECENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS, EM SÃO MIGUEL DO
GUAPORÉ - RO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA CONTEXTUALIZADA

ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA

Porto Velho

2025

ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA

CONHECENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS: CONTRIBUIÇÕES
PARA UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CONTEXTUALIZADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Campus Porto Velho Calama – IFRO da linha de pesquisa Organização e memórias de espaços pedagógicos.

Macroprojeto 5: Organização do currículo integrado na EPT.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lediane Fani Felzke

Porto Velho

2025

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Souza, Elane Cristina Camilo de.
Conhecendo a Comunidade Quilombola de Jesus: contribuições
para uma Educação Profissional e Tecnológica contextualizada /
Elane Cristina Camilo de Souza. - Porto Velho, 2025.
152 f. : il.

Orientador(a): Prof^o Dr^a Lediane Fani Felzke.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Comunidade Quilombola de Jesus. 2. Educação Profissional e
Tecnológica. 3. História oral. 4. Epistemologias decoloniais. I. Felzke,
Lediane Fani (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Cleuza Diogo Antunes, CRB-11/864

FOLHA DE APROVAÇÃO ou Cópia da ATA DE APROVAÇÃO DO PRODUTO

Anexar a cópia que o candidato receberá quando for aprovado.

31/07/2025, 11:36

SE/IFRO - 2710575 - Anexo 4 – Ata de Defesa do TCC de Mestrado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT APRESENTADA PELA DISCENTE: ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA

No dia 30 de julho de 2025, às 14 horas, reuniu-se em sala *online*, via webconferência *Google Meet* (meet.google.com/pwq-staw-nok), a Banca Examinadora designada pela Coordenação Acadêmica Local do PROFEPT-IFRO para julgar a Dissertação da discente **Elane Cristina Camilo de Souza**, denominada “CONHECENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CONTEXTUALIZADA”. A Banca Examinadora foi composta pelos membros: Profa. Dra. Lediane Fani Felzke; Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista; e Profa. Dra. Margarita María Dueñas Orozco. Após a apresentação da dissertação pela discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo a candidata respondido às perguntas formuladas. Na sequência, a Banca Examinadora reuniu-se privativamente para proceder ao julgamento, considerando a dissertação e o produto:

(x) Aprovado
() Reprovado.

Ficou estabelecido o prazo de 90 dias para a entrega da versão com as correções.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Banca Examinadora divulgou o parecer aos presentes na apresentação e deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pela Presidente, examinadores e discente.

Porto Velho, 30 de julho de 2025.

Presidente: Profa. Dra. Lediane Fani Felzke, ProfEPT/IFRO

Membro Interno: Profa. Dra. Joselia Fontenele Batista, ProfEPT/IFRO

Membro Externo Titular: Profa. Dra. Margarita María Dueñas Orozco, UNIR/Campus Ji-Paraná

DEDICATÓRIA

Em especial, dedico esta dissertação às minhas irmãs, Euci Rodrigues Rocha (Zita) e Maria Aparecida Rodrigues Gomes (Cida). Este trabalho é para vocês, que sonharam em estudar, mas não puderam realizar esse desejo no tempo certo. Cada página desta dissertação é um pedaço desse sonho que agora se concretiza. Que esta conquista não seja só minha, mas nossa porque sem o amor, o exemplo e a força de vocês, eu não estaria aqui. Este é o nosso sonho realizado!

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste percurso desafiador e transformador, muitas pessoas deixaram marcas profundas em minha vida, tornando este sonho possível. Não há palavras suficientes para expressar toda a minha gratidão, mas espero que estas linhas carreguem um pouco do que sinto. Em primeiro lugar, quero agradecer de coração às entrevistadas Tereza, Beatriz e Audina por compartilharem suas histórias com tanta generosidade e sinceridade. Suas vozes foram a essência deste trabalho, e sem elas, esta dissertação não teria alma.

À minha orientadora, Prof. Lediane Fani, agradeço por sua paciência, dedicação e por me guiar com sabedoria em cada etapa deste caminho. Sua orientação foi como uma bússola em meio às tempestades, sempre me conduzindo ao melhor caminho.

A todos os professores do programa ProfEPT, obrigada por compartilharem seus conhecimentos, por suas palavras de incentivo e pelo compromisso em formar profissionais melhores e mais conscientes.

Por fim, expresso minha profunda gratidão à minha família, que sempre foi meu alicerce, fonte de amor e inspiração. De modo especial, agradeço ao meu sobrinho Thiago Rodrigues Rocha, pelo constante companheirismo ao longo dessa caminhada.

Nós somos o começo, o meio e o
começo. Nossas trajetórias nos
movem, nossa ancestralidade nos
guia.

(Antônio Bispo dos Santos)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Metodologia da Pesquisa.....	49
Figura 2- Mapa – Áreas quilombolas em Rondônia.....	50
Figura 3 - Cronograma das visitas de pesquisa.....	51
Figura 4- Sr. Jesus e D. Luiza. In memoriam.....	55
Figura 5 - Estrada de acesso à Comunidade de Jesus.....	57
Figura 6- Casinha de palha: um espaço de convivência, trocas e vivências comunitárias.....	63
Figura 7- Plantio de mandioca.....	65
Figura 8- Horta (plantio de cebolinha).....	65
Figura 9- Capa do Produto Educacional.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dimensões da Luta Quilombola no Vale do Guaporé.....	25
Quadro 2. Demonstrativo das Legislações e Normativas Relacionadas aos Direitos das Comunidades Quilombolas.....	34
Quadro 3. Situação Atual das Comunidades Quilombolas em Relação à Certificação e Titulação de Territórios.....	37
Quadro 4. Resultados da Avaliação - Comunidade Quilombola de Jesus.....	77
Quadro 5. Avaliação quantitativa.....	79
Quadro 6. Avaliação qualitativa.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

FCP- Fundação cultura palmares

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CONAE - Conferência Nacional de Educação

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CONAQ- A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
Quilombolas

CONHECENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS, EM SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CONTEXTUALIZADA

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar as especificidades socioculturais da Comunidade Quilombola de Jesus, localizada no Vale do Guaporé, em Rondônia, a fim de contribuir para a construção de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contextualizada, crítica e antirracista no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos ligados às epistemologias decoloniais, à história e resistência quilombola, aos direitos territoriais e à valorização dos saberes tradicionais. Além da revisão bibliográfica e documental, utilizou-se como metodologia a pesquisa participante, aliada ao método da história oral, por meio de entrevistas com mulheres da comunidade. As narrativas foram transcritas, contextualizadas e transcriadas com base na proposta de José Carlos Sebe Bom Meihy, permitindo a emergência de categorias analíticas que revelam aspectos como o protagonismo feminino, a relação com o território, o conceito ampliado de trabalho, os saberes locais e os desafios enfrentados frente à ausência de políticas públicas eficazes. Como produto educacional, foi elaborado o “Referencial para a Abordagem da Temática Quilombola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)”, validado pela própria comunidade e por atores institucionais, com o propósito de subsidiar práticas pedagógicas e ações de gestão comprometidas com a diversidade étnico-racial e a justiça social. Os resultados indicam que a inserção dos saberes quilombolas na EPT pode fortalecer identidades, ampliar o acesso a direitos e promover uma educação enraizada nas realidades locais.

PALAVRAS CHAVE: Comunidade Quilombola de Jesus, Educação Profissional e Tecnológica, História Oral, Epistemologias Decoloniais.

**Knowing the Jesus Quilombola Community:
Contributions to Contextualized Professional and Technological Education**

ABSTRACT

This study aims to investigate the sociocultural specificities of the Quilombola Community of Jesus, located in the Guaporé Valley, Rondônia, in order to contribute to the construction of a contextualized, critical, and anti-racist Professional and Technological Education (PTE) within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia (IFRO). The research is based on theoretical frameworks linked to decolonial epistemologies, the history and resistance of quilombola communities to territorial rights, and the valorization of traditional knowledge. In addition to bibliographic and documentar review, participant research was used as a methodology, combined with the oral history method, through interviews with women from the community. The narratives were transcribed, contextualized, and recreated based on the proposal of José Carlos Sebe Bom Meihy, allowing the emergence of analytical categories that reveal aspects such as female protagonism, the relationship with territory, the expanded concept of work, local knowledge, and the challenges faced due to the absence of effective public policies. As an educational product, a framework was developed for approaching the quilombola theme at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia (IFRO), validated by the community itself and institutional actors, with the purpose of supporting pedagogical practices and management actions committed to ethnic-racial diversity and social justice. The results indicate that the inclusion of quilombola knowledge in Professional and Technological Education (PTE) can strengthen identities, expand access to rights, and promote education rooted in local realities.

Keywords: Quilombola Community of Jesus , Professional and Technological Education (PTE), Oral History, Decolonial Epistemologies.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 História e Resistência dos Quilombos.....	19
2.2 Breve Histórico do Movimento Quilombola no Brasil e na Amazônia.....	21
2.2.1 A Resistência Quilombola na Amazônia.....	22
2.2.2 O Vale do Guaporé: Quilombos, Território e Conflito.....	23
2.3 Territorialidade, Identidade e Cultura Quilombola.....	27
2.4 Marcos Legais e Políticas Públicas na Garantia dos Direitos Quilombolas....	31
2.5 Trabalho e Organização Econômica Quilombola.....	38
2.6 Educação Quilombola e Educação Profissional e Tecnológica (EPT).....	40
2.6.1 Educação Omnilateral e a Formação Integral na EPT.....	42
2.7 O Racismo como Elemento de Invisibilização dos Saberes Quilombolas.....	43
2.8 Epistemologias Decoloniais e Saberes Tradicionais.....	44
2.9 A Comunidade Quilombola de Jesus: Território, Memória e Educação.....	46
3. METODOLOGIA.....	49
3.1 Procedimentos de geração dos dados de campo.....	52
3.2 Etapas Metodológicas e análise dos dados.....	54
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
4.1. A Comunidade Quilombola de Jesus.....	56
4.2 O modo de vida quilombola: uma perspectiva vivenciada.....	58
4.3 O Referencial como expressão da escuta quilombola.....	64
4.4 Cotidiano coletivo e a “casinha de palha”: lugar de memória e educação.....	64
4.5 O conceito de trabalho: falas da comunidade e implicações para a EPT.....	66
4.6 O lugar das mulheres: protagonismo invisibilizado e potência para a EPT....	69
4.7 Geração de renda: entre a autonomia e os desafios.....	71
4.8 Saberes e práticas locais como potencialidades para a EPT.....	72
4.9 Desafios na relação entre comunidade e EPT.....	74
4.10 Possibilidades para uma EPT contextualizada.....	75
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	78
5.1 Avaliação do Produto Educacional pela Comunidade Quilombola de Jesus.....	79
5.2 Análise dos Resultados.....	80
5.3 Avaliação do Produto Educacional por gestores do IFRO - Campus São Miguel do Guaporé e Campus Colorado do Oeste.....	82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	95
APÊNDICES.....	100

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa nasce da intersecção entre vivências pessoais, compromissos profissionais e inquietações éticas diante das desigualdades educacionais enfrentadas por comunidades historicamente marginalizadas. Como propõem os pressupostos das pesquisas qualitativas, especialmente os estudos fundamentados na História Oral, é necessário que o sujeito pesquisador se apresente, situando-se em seu contexto social, territorial e temporal. Neste sentido, compartilho aqui um pouco da minha trajetória.

Sou Elane Cristina Camilo de Souza, mulher, rondoniense, pedagoga e servidora pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Minha história começa na zona rural do município de Rolim de Moura, mais precisamente na Linha 164 Sul, onde nasci, cresci e fui formada pelos valores do campo, da simplicidade e da coletividade. Filha de agricultores com pouca escolarização, percorri um longo caminho entre a roça e os bancos escolares. A educação, desde cedo, se apresentou como possibilidade de transformação, não apenas da minha vida, mas da realidade daqueles que, como eu, enfrentam barreiras geográficas, sociais e simbólicas para acessar direitos básicos.

Minhas primeiras experiências escolares aconteceram em escolas multisseriadas do campo, onde aprendi mais que conteúdos: aprendi sobre resistência. Foi no apoio de educadoras como a professora Ivone de Moraes Kerber que encontrei acolhimento, inspiração e coragem para seguir estudando na cidade e alcançar o Ensino Superior. A graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia, e posteriormente as pós-graduações *Lato Sensu*, abriram caminho para minha atuação em diferentes espaços da educação pública, sempre com o compromisso de lutar por uma escola mais justa, inclusiva e significativa.

Ao ingressar no IFRO e posteriormente no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), reencontrei não apenas o sentido da formação continuada, mas também a possibilidade de valorizar a voz de sujeitos que, muitas vezes, não são ouvidos pela escola. O contato com a Comunidade Quilombola de Jesus, no município de São Miguel do Guaporé, despertou em mim o desejo profundo de compreender e valorizar seus saberes, práticas e modos de vida. Como mulher oriunda do campo, reconheci ali experiências que dialogam com

minha própria história, embora em contextos distintos.

Esta dissertação, portanto, é mais que um requisito acadêmico: é um ato político e afetivo. Por meio da escuta sensível às narrativas de mulheres quilombolas, busco construir um referencial que possa orientar práticas pedagógicas no IFRO, à luz de uma Educação Profissional e Tecnológica crítica, contextualizada e antirracista. Compreendo o trabalho como princípio educativo, a partir de uma perspectiva omnilateral, e defendo a necessidade de uma formação que respeite as especificidades culturais, territoriais e históricas das comunidades quilombolas.

Escrever este trabalho é, para mim, um exercício de superação e pertencimento. A escrita, embora desafiadora, torna-se aqui um instrumento de denúncia, valorização e esperança. Ao relatar minha trajetória, reitero o compromisso com a transformação social por meio da educação. Espero que esta pesquisa contribua para abrir caminhos, não apenas teóricos, mas reais para que outras vozes do campo e da floresta ocupem os espaços de formação, decisão e criação de saberes.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa um papel estratégico na educação brasileira, ao trazer formação técnica, inclusive articulada com o ensino médio, orientada para o mundo do trabalho e a transformação social. Nos Institutos Federais, essa modalidade educacional revela um potencial significativo para dialogar com as realidades socioculturais dos territórios em que se insere, alcançando comunidades tradicionais e originárias, com suas especificidades, desafios e potências. Nesse contexto, emergem reflexões fundamentais sobre como a EPT pode ser ofertada de maneira contextualizada, respeitando os modos de vida, os saberes ancestrais e as identidades coletivas dessas populações. Entre essas comunidades, destacam-se as quilombolas, que historicamente enfrentam processos de invisibilização e exclusão, mas que, simultaneamente, seguem protagonizando lutas por reconhecimento, educação, território e justiça social.

Esta pesquisa nasce da necessidade de compreender e valorizar as especificidades da Comunidade Quilombola de Jesus, situada no Vale do Guaporé, em Rondônia, com vistas a contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais coerentes com sua realidade. Trata-se de uma comunidade marcada por trajetórias de resistência, fundada sob a liderança de Jesus Gomes de Oliveira, o “Sr. Jesus”, e que se tornou a primeira no estado de Rondônia a conquistar a titulação oficial de seu território pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com base em uma escuta sensível de suas moradoras, especialmente das mulheres, esta investigação procura reconhecer os saberes locais e estabelecer pontes entre esses conhecimentos e a EPT ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A pesquisa integra o Macroprojeto da Linha 5: Organização do currículo integrado na EPT, e está vinculada à Linha de Pesquisa: Organização e memórias de espaços pedagógicos, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre práticas educativas contextualizadas e antirracistas.

De acordo com Demício (2021), as entidades que representam os quilombolas guaporeanos reivindicam uma educação escolar conduzida por profissionais da própria comunidade, com currículo escolar organizado a partir dos seus meios de vida, integrando seus saberes ancestrais aos conhecimentos escolares, visando contribuir para o fortalecimento de suas identidades, do vínculo

comunitário e do sentimento de pertença.

Com base no relatório “Quilombolas em Rondônia: Realização Técnica e Organização da Comunidade”, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2019), as comunidades quilombolas de Santo Antônio do Guaporé, Santa Cruz, Forte Príncipe da Beira, Pedras Negras, Laranjeiras, Santa Fé, Rolim de Moura de Guaporé e Tarumã, apresentam um total de 451 famílias, distribuídas entre as diferentes localidades, o documento, porém, não traz dados sobre a população do quilombo de Jesus; contudo, Teixeira (2008) relata o número de 56 pessoas vivendo no quilombo de Jesus no ano de 2008. Esses dados refletem a estrutura familiar e demográfica dessas comunidades, fornecendo entendimentos importantes para compreender a dinâmica social e populacional dos quilombolas na região do Vale do Guaporé em Rondônia.

Segundo estudo posterior (Silva, 2011), o desequilíbrio populacional na Comunidade de Jesus é atribuído à falta de parceiros, ao envelhecimento da população e à emigração. Em um período de menos de um ano, houve uma diminuição de 23,2% na população, com o número total de habitantes caindo de 56 para 43 em 2010.

Conforme Lima et al (2020), as comunidades quilombolas do Vale do Rio Guaporé, em Rondônia, têm sido objeto de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, com um total de oito comunidades com certidões de autorreconhecimento: Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Forte Príncipe da Beira, Rolim de Moura do Guaporé, Jesus, Santa Fé, Laranjeiras e Santa Cruz. O quilombo de Tarumã, segundo os autores, ainda está em processo de análise para receber a certidão.

No que diz respeito especificamente à Comunidade Quilombola de Jesus, Demício (2021) informa que ela foi a primeira no estado de Rondônia a receber a titulação de seus territórios pelo INCRA. Segundo este autor, esse feito foi alcançado graças à militância da professora Esmeraldina Leite Coelho, que representou a comunidade ao INCRA de modo que o território foi titulado e outorgado em 25 de agosto de 2010, reconhecendo o domínio coletivo dos 5.627,3058 hectares que compõem o território da comunidade.

A motivação para este estudo decorre do compromisso com uma educação que não apenas chegue até as comunidades, mas que seja construída com elas,

respeitando suas vozes, seus tempos e suas epistemologias. As visitas realizadas à Comunidade Quilombola de Jesus, entre agosto e setembro de 2024, evidenciaram a riqueza de práticas culturais, produtivas, religiosas e educativas que resistem, cotidianamente, à lógica da exclusão e à homogeneização cultural. Essas vivências revelaram, de forma marcante, o protagonismo feminino, os saberes do cotidiano e as estratégias de sobrevivência e de transmissão cultural que sustentam a coletividade. Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, sob o protocolo nº 80431924.5.0000.5653 e parecer nº 6.994.936, emitido em 09 de agosto de 2024, garantindo a observância dos princípios éticos na realização da investigação. A partir dessas escutas, torna-se evidente a urgência de práticas educacionais que superem modelos tecnicistas e universalizantes, abrindo espaço para currículos que dialoguem com o território e promovam a justiça social.

Justifica-se, assim, a realização desta pesquisa pela necessidade de subsidiar o IFRO na construção de uma EPT crítica, inclusiva e antirracista, comprometida com os direitos das comunidades quilombolas. O reconhecimento da diversidade étnico-racial e dos saberes tradicionais como fundamentos legítimos da educação profissional exige um esforço institucional e pedagógico que vá além da legislação: é preciso ouvir, compreender e integrar os conhecimentos produzidos nos territórios quilombolas à formação ofertada. Nesse sentido, esta dissertação busca desenvolver um referencial conceitual que oriente a abordagem das questões quilombolas no IFRO, a partir das contribuições da Comunidade Quilombola de Jesus.

A pergunta que norteia esta pesquisa é: Como desenvolver uma abordagem educacional na área da Educação Profissional e Tecnológica fundamentada nos princípios e conhecimentos da epistemologia quilombola? Parte-se da hipótese de que a escuta ativa das comunidades quilombolas, associada ao diálogo com os marcos legais, os saberes tradicionais e os princípios das epistemologias decoloniais, pode contribuir para a construção de uma EPT mais coerente com os interesses, identidades e realidades desses povos.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a Comunidade Quilombola de Jesus, visando compreender suas características socioculturais, sua cultura, sua interação com o meio ambiente, sua economia, seus sistemas educacionais, suas expressões religiosas e suas percepções sobre o trabalho, a fim de contribuir para o

desenvolvimento de uma Educação Profissional e Tecnológica contextualizada e inclusiva no IFRO. Para alcançar esse propósito, definem-se os seguintes objetivos específicos: (i) realizar visitas à comunidade e promover o contato direto com seus membros; (ii) identificar suas necessidades educacionais específicas; e (iii) desenvolver um referencial conceitual para orientar as ações pedagógicas do IFRO em relação às questões quilombolas.

Este estudo está organizado em quatro capítulos, além do produto educacional resultante da pesquisa. No Capítulo 1 – Introdução, apresenta-se o contexto, a motivação, a justificativa, a formulação do problema, os objetivos e a estrutura geral do estudo. O Capítulo 2 – Fundamentação Teórica discute os principais conceitos e autores relacionados aos temas de quilombos, territorialidade, identidade, políticas públicas, trabalho, Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e epistemologias decoloniais. No Capítulo 3 – Metodologia, são descritos os procedimentos metodológicos adotados, com destaque para a pesquisa participante e o uso da história oral como método de escuta e análise. O Capítulo 4 – Resultados e Discussão expõe e analisa os dados coletados com base nas entrevistas realizadas com mulheres da comunidade, organizados por categorias temáticas. Como resultado aplicado da pesquisa, é apresentado, no Capítulo 5, o Produto Educacional: “Referencial para a Abordagem da Temática Quilombola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)”, que sintetiza e materializa as contribuições deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História e Resistência dos Quilombos

A história dos negros africanos escravizados e de seus descendentes no território brasileiro é marcada por crimes humanitários e injustiças que moldam relações profundamente enraizadas (Sousa e Santos, 2019). Em meio a condições profundamente desumanizadoras, diversas comunidades organizaram formas de resistência para preservar seus modos de vida, saberes, práticas e rituais. Nesse contexto, surgem os quilombos, cujas origens se ligam à luta e à proteção coletiva: “Etimologicamente, a palavra quilombo (kilombo – quimbundo) significa acampamento guerreiro na floresta” (Silva, 2018, p. 116). Essas comunidades têm suas raízes no período da escravidão no Brasil, quando milhares de africanos foram trazidos à força para o país como escravizados. Diante das condições desumanas de escravidão, esses indivíduos buscavam formas de resistência e liberdade. Muitos fugiram das fazendas e estabeleceram comunidades autônomas, conhecidas como quilombos.

A riqueza cultural e histórica das comunidades quilombolas no Brasil é um tesouro que merece ser valorizado e preservado. Essas comunidades, que têm suas raízes profundamente entrelaçadas com a história da escravidão no país, são guardiãs de uma herança cultural única, repleta de expressões artísticas, saberes ancestrais e modos de vida singulares, conforme destacado por Néspoli (2021):

Viver e ser quilombola para além de um processo histórico e político de luta e resistência é uma trajetória de construção da existência ontológica do povo negro brasileiro, em conexão com a força vital da sua origem, da sua ancestralidade, em encontro com sua cultura de tradição africana e na afirmação da sua cultura afro-brasileira (Néspoli 2021, p. 40).

Essa resistência permanece até os dias atuais, sobretudo em comunidades quilombolas que buscam preservar suas raízes culturais e assegurar direitos fundamentais, como acesso à educação e trabalho digno.

Nessa perspectiva, Trindade e Santos (2023) enfatizam que a história da Amazônia deve ser vista como um processo dinâmico e multifacetado, envolvendo vários povos, dentre os quais as comunidades quilombolas. Essas comunidades foram fundamentais para a configuração sociocultural da região. A existência de quilombos na Amazônia e, mais especificamente, em Rondônia causa surpresa, sobretudo porque a Região Amazônica é associada, quase sempre, aos povos

indígenas. Além das duas comunidades mencionadas acima, cujos territórios são titulados pelo INCRA, outras seis comunidades encontram-se certificadas pela Fundação Palmares, são elas: Santo Antônio, em São Francisco do Guaporé; Pedras Negras, localizada entre os municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste; Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques; Laranjeiras e Santa Cruz, em Pimenteiras do Oeste e Porto Rolim de Moura, em Alta Floresta do Oeste.

A formação dos quilombos no Vale do Guaporé deve ser compreendida como um processo complexo de resistência que surge em resposta às condições impostas pelo sistema escravocrata e à exploração colonial. Esses territórios constituem um espaço de afirmação cultural e social, onde tanto os escravizados fugitivos quanto os negros livres estabeleceram relações de convivência e luta coletiva. A pesquisa de Farias Júnior (2011) indica que, além de serem locais de refúgio, os quilombos possibilitaram a criação de novas dinâmicas sociais e familiares, configurando-se como comunidades autônomas que resistem às tentativas de domínio por parte de colonizadores, seringalistas e pecuaristas. Assim, a análise da trajetória histórica dessas comunidades revela não apenas as estratégias de resistência contra a opressão, mas também evidencia a luta contínua pela manutenção de suas territorialidades e identidades em face dos desafios impostos pelas transformações socioeconômicas na região amazônica.

Nesse mesmo contexto histórico e geográfico, aprofunda-se a compreensão de que a formação dos quilombos foi marcada por práticas concretas de resistência, como as fugas, rebeliões e a construção de formas alternativas de organização social. Mais do que refúgios, esses espaços representaram a busca por autonomia e liberdade, tornando-se núcleos de relações familiares e comunitárias que confrontavam a lógica escravocrata. Com o declínio da exploração mineral e o abandono da região pelos antigos senhores, contudo, os quilombos passaram a enfrentar novas ameaças territoriais, sobretudo a partir da expansão econômica promovida por seringalistas e pecuaristas, que comprometeram a estabilidade e continuidade dessas comunidades (Farias Júnior, 2011). Esse processo evidencia que a resistência quilombola não se encerra no passado colonial, mas se estende como uma luta permanente pela territorialização e pela preservação das identidades frente às investidas do capital sobre os bens comuns amazônicos.

2.2 Breve Histórico do Movimento Quilombola no Brasil e na Amazônia

A história do movimento quilombola no Brasil está intimamente ligada aos processos de resistência das populações negras escravizadas desde o período colonial. Os quilombos surgem como espaços de insurgência frente ao sistema escravista, sendo formados por pessoas que buscavam a liberdade, a autonomia e a reconstrução de modos de vida comunitários, culturais e espirituais profundamente conectados às suas origens africanas. “Assim, reinventaram pequenas Áfricas em solo americano, preservando e passando adiante as suas tradições” (Souza, 2012, p. 75).

Desde o século XVII, os quilombos constituíram verdadeiros refúgios de liberdade e resistência. O mais emblemático deles, o Quilombo dos Palmares “Recebeu esse nome por conta das várias espécies de palmeiras da região.” (Souza, 2012, p. 72). Localizado na região da Serra da Barriga (atual Alagoas), resistiu por quase um século, configurando-se como um símbolo da luta contra a escravidão e pela autodeterminação. Ainda que Palmares tenha sido sistematicamente atacado pelas forças coloniais, sua permanência e organização demonstram a força das estratégias coletivas e da liderança comunitária – como a de Zumbi dos Palmares – que marcaram a trajetória dessas comunidades.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, diversos outros quilombos se espalharam pelo território brasileiro, cada qual com sua especificidade territorial, cultural e histórica. Essas comunidades não se limitavam a ser espaços de fuga: elas se consolidaram como núcleos de resistência cultural, social e econômica, onde se reinventavam saberes, práticas agrícolas, formas de organização social e relações de solidariedade, desafiando constantemente a ordem escravocrata e, posteriormente, os modelos de dominação territorial impostos pelo Estado brasileiro.

Com a abolição formal da escravidão em 1888, a luta quilombola não se encerrou. Ao contrário, ganhou novos contornos, sobretudo na disputa por terra e reconhecimento. A ausência de políticas de reparação e inclusão social relegou os descendentes de quilombolas a condições de extrema vulnerabilidade. Ainda assim, a memória, os laços comunitários e a ancestralidade continuaram a ser elementos fundamentais de resistência e reconstrução identitária.

2.2.1 A Resistência Quilombola na Amazônia

A trajetória dos africanos escravizados e de seus descendentes no Brasil é permeada por graves violações de direitos humanos e por injustiças que ainda hoje reverberam nas estruturas sociais (Sousa; Santos, 2019). Apesar das condições desumanas impostas, diversas formas de resistência emergiram, pautadas na preservação de modos de vida, saberes, práticas e rituais. Essa resistência persiste, especialmente nas comunidades quilombolas, que seguem empenhadas em resguardar suas tradições culturais e em lutar pelo acesso a direitos essenciais, como educação e trabalho digno.

Sob essa ótica, Trindade e Santos (2023) ressaltam que a história amazônica é um processo complexo e plural, construído pela interação de diferentes povos, entre eles os quilombolas. Esses grupos desempenharam um papel crucial na formação sociocultural da região. A presença de quilombos na Amazônia e particularmente em Rondônia, ainda surpreende, já que a região é majoritariamente associada à presença dos povos indígenas.

Na região amazônica, o movimento quilombola apresenta características específicas, moldadas pelas dinâmicas territoriais, econômicas e culturais da floresta. Os quilombos amazônicos, também conhecidos em algumas localidades como mocambos ou comunidades negras rurais, surgiram principalmente em áreas de difícil acesso, margeando rios e igarapés, muitas vezes articulando-se com populações indígenas e caboclas.

A historiografia da Amazônia frequentemente marginaliza as experiências das comunidades quilombolas, retratando a região como uma "terra sem história" até a chegada dos colonizadores. Contudo, investigações mais recentes revelam que essa percepção é equivocada, uma vez que a ocupação humana na Amazônia remonta a milhares de anos, inclusive com a presença de grupos afrodescendentes que, através de suas lutas e práticas culturais, moldaram o território e a sociedade local. Essa rica tapeçaria histórica é essencial para entender a formação do movimento negro no Brasil, especialmente na Amazônia, onde os quilombos serviram tanto como refúgios de resistência quanto como centros de expressão cultural, evidenciando a complexa intersecção entre a luta por direitos e a preservação das tradições africanas (Trindade e Santos, 2023).

A floresta, nesse contexto, ofereceu proteção e meios de subsistência para as comunidades negras fugitivas, mas também impôs desafios à organização social e à permanência territorial. Ao contrário do que se observou em outras regiões do país, na Amazônia os quilombos frequentemente coexistiram com atividades extrativistas e agrícolas adaptadas ao ambiente florestal, construindo modos de vida que dialogam com a biodiversidade e com saberes tradicionais locais.

2.2.2 O Vale do Guaporé: Quilombos, Território e Conflito

No contexto do Vale do Guaporé, situado no atual Estado de Rondônia, a formação de quilombos emergiu como resposta direta às adversidades enfrentadas pelas populações negras durante o período colonial. As fugas, as rebeliões e a construção de espaços autônomos representaram estratégias de resistência fundamentais diante da violência do sistema escravocrata. Ao se organizarem em coletividades, essas populações não apenas escapavam da opressão, mas também recriavam formas próprias de viver, baseadas em relações de solidariedade, parentesco, produção coletiva e na preservação dos saberes ancestrais trazidos da África e reelaborados no novo contexto amazônico.

Nesse processo, Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), fundada em 1752 logo após a criação da Capitania de Mato Grosso, despontou como principal entreposto colonial no alto rio Guaporé, impulsionada pela corrida do ouro que atraiu bandeirantes, administradores régios e, sobretudo, intensificou o tráfico e o uso compulsório de mão de obra africana (Farias Júnior, 2011). Os Anais de Vila Bela (1734-1789) registram inúmeras passagens que versam sobre o trânsito, a compra e os castigos infligidos às pessoas escravizadas, empregadas nas lavras faisqueiras, na criação de gado, na agricultura de subsistência e na coleta de “drogas do sertão” (Farias Júnior, 2011).

A partir da década de 1770, o esgotamento das jazidas auríferas, as epidemias recorrentes e o aumento dos custos de manutenção levaram muitos proprietários a abandonar Vila Bela, deixando atrás de si grandes contingentes de trabalhadores escravizados. Sem senhores, esses grupos articularam fugas em massa, criaram quilombos nos afluentes do Guaporé, a exemplo do célebre Quilombo do Piolho, atacado em 1770 e passaram a descer o vale em busca de novas formas de sustento (Farias Júnior, 2011).

O colapso do ciclo do ouro, portanto, não apenas redefiniu a economia regional, mas serviu de vetor para a circulação e fixação de coletividades negras ao longo do rio, estabelecendo bases territoriais que perduram até hoje. A Comunidade Quilombola de Jesus e outras localidades do médio Guaporé são herdeiras diretas dessas rotas coloniais e dos deslocamentos forçados ou autônomos que sucederam o declínio de Vila Bela. Reconhecer essa trajetória histórica é fundamental para compreender os conflitos fundiários contemporâneos, pois revela que o território quilombola não é um dado estático, mas resultado de processos de resistência contínua que articulam memória, identidade e direitos (Trindade e Santos, 2023).

A intensificação do ciclo da borracha no século XIX e, posteriormente, a expansão da pecuária na Amazônia no século XX, atraíram ao longo do tempo seringalistas, grileiros e pecuaristas para o território do Guaporé. Essa dinâmica econômica gerou profundas tensões sociais e territoriais. As comunidades quilombolas passaram a ser alvo de disputas fundiárias, ameaças de expulsão e, em muitos casos, de processos de invisibilização promovidos por políticas de ocupação e desenvolvimento que desconsideravam os direitos dos povos tradicionais.

Almeida (2012) analisa as disputas fundiárias na Amazônia, ressaltando que a flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais tem sido promovida através de práticas de procrastinação na titulação de terras e pela introdução de medidas legislativas que favorecem a exploração econômica em detrimento da proteção de terras indígenas e quilombolas. Essa dinâmica de conflito revela como as iniciativas governamentais e as pressões do mercado se inter-relacionam, frequentemente resultando em violações dos direitos das comunidades locais e na intensificação dos conflitos territoriais na região.

Farias Júnior (2011) destaca, também, que a dinâmica no Vale do Guaporé revela um percurso histórico de resistência contínua, que ainda hoje se manifesta nas reivindicações por regularização fundiária, nos enfrentamentos a projetos desenvolvimentistas excludentes e na reafirmação da identidade quilombola diante das tentativas de apagamento cultural. A luta pelo território permanece, portanto, como elemento central da trajetória quilombola no Guaporé, traduzindo-se em múltiplas formas de mobilização social, articulação política e reafirmação de direitos.

Além disso, é importante considerar que o processo de reconhecimento jurídico das comunidades quilombolas na contemporaneidade, garantido pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de

1988, representa uma conquista fundamental, mas também carrega inúmeros desafios para a efetivação plena dos direitos territoriais, especialmente em regiões como Rondônia, marcadas por fortes pressões econômicas e disputas fundiárias intensas (CONAQ, 2019).

A trajetória das comunidades quilombolas no Vale do Guaporé revela uma luta histórica e contínua marcada por diferentes fases de ameaças e resistências. Desde o período colonial até os desafios contemporâneos, as formas de organização social e as estratégias de preservação cultural dessas comunidades foram moldadas em resposta às condições adversas impostas pelos contextos econômicos e políticos.

Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisar não apenas o passado, mas também as permanências e transformações nas lutas atuais. Nesse sentido, o quadro a seguir sintetiza as principais dimensões que estruturam o enfrentamento quilombola na região do Guaporé, evidenciando as ameaças históricas e contemporâneas, bem como as estratégias de resistência que garantiram e ainda garantem a sobrevivência física, cultural e política dessas comunidades.

Dimensões da Luta Quilombola no Vale do Guaporé

Dimensões	Descrição
Ameaças Históricas	Escravidão colonial, fuga e perseguição, abandono pós-mineração, ocupação econômica por seringalistas e pecuaristas.
Estratégias de Resistência	Formação de quilombos em áreas de difícil acesso, criação de redes de parentesco e coletividade, preservação de saberes e práticas culturais.
Ameaças Contemporâneas	Pressões do agronegócio, grilagem de terras, ausência de regularização fundiária, invisibilização nas políticas públicas.
Formas de Resistência Atual	Reivindicação de titulação de terras, mobilização social e jurídica, fortalecimento da identidade quilombola, articulação política através da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Fundação Cultural Palmares (FCP)

Fonte: Autora, 2025. Elaborado com base em Farias Júnior (2011), CONAQ (2019) e Brasil (1988).

No contexto contemporâneo, a luta quilombola tem se reorganizado em torno de novas formas de resistência política e institucional. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), por exemplo, desempenha papel fundamental nesse processo. Criada em julho de 1996, durante o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas realizado em Bom Jesus da Lapa (BA), a CONAQ surgiu como resposta às dificuldades enfrentadas pelas comunidades para efetivar o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, que lhes reconhece o direito à terra. (BRASIL, 1988).

Constituída por lideranças quilombolas de diferentes regiões do Brasil, a CONAQ atua como porta-voz político-jurídico das comunidades: elabora diagnósticos sociais, articula redes regionais, acompanha processos de titulação junto ao INCRA e monitora projetos que impactam os territórios quilombolas. Foi protagonista na mobilização que resultou no Decreto n.º 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos de identificação, reconhecimento e titulação dos territórios, e tem atuado em ações judiciais relevantes, como a ADPF 747/DF (2023), que tratou da segurança territorial frente a grandes empreendimentos. (CONAQ, 2019).

Complementando essa resistência pela via institucional, a Fundação Cultural Palmares (FCP) atua como instrumento estatal de promoção dos direitos das populações negras. Vinculada ao Ministério da Cultura, a FCP foi criada pela Lei n.º 7.668, de 22 de agosto de 1988, e regulamentada pelo Decreto n.º 97.632/1989, no contexto das lutas do Movimento Negro Unificado e da Assembleia Nacional Constituinte. Entre suas atribuições estão a formulação de políticas de valorização da cultura negra, a realização de pesquisas sobre a contribuição africana e afro-brasileira para a sociedade, a gestão do Cadastro Geral de Quilombos (CGQ) e a emissão do certificado de autodefinição, necessário para a regularização fundiária via INCRA.

Ao longo das décadas, a FCP tem desempenhado papel estratégico no enfrentamento ao racismo estrutural, apoiando projetos culturais, promovendo o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e articulando parcerias para a proteção do patrimônio material e imaterial das comunidades afrodescendentes (FCP, 2022).

Assim, CONAQ e Fundação Cultural Palmares constituem um binômio de resistência contemporânea: a primeira, com sua atuação de base comunitária e

articulação política, e a segunda, com sua função normativa e de fomento institucional. Juntas, essas instâncias mostram que a resistência quilombola não é apenas um legado do passado, mas uma prática viva, que se atualiza nos campos jurídico, cultural e político, na luta contínua por direitos, reconhecimento e cidadania.

A análise dos eixos apresentados no Quadro 1 evidencia que a resistência quilombola no Vale do Guaporé é um processo histórico e contínuo, no qual a defesa do território se articula à preservação da cultura, da identidade e da dignidade coletiva. Trata-se de uma resistência que se reinventa diante das ameaças contemporâneas, mobilizando saberes ancestrais e estratégias de enfrentamento político-institucional.

Dessa forma, compreender o processo de formação, resistência e territorialização dos quilombos no Vale do Guaporé é fundamental para analisar os desafios atuais enfrentados pelas comunidades quilombolas em Rondônia e na Amazônia como um todo. Essa perspectiva histórica e política ilumina a necessidade de ações educativas, políticas públicas e intervenções institucionais que reconheçam, respeitem e fortaleçam as identidades quilombolas, assegurando seus direitos territoriais e socioculturais como condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

2.3 Territorialidade, Identidade e Cultura Quilombola

A formação e a resistência dos quilombos não só solidificaram a presença negra na região, mas também influenciaram profundamente sua estrutura social. Nesse contexto, a territorialidade quilombola reafirma identidades, preserva tradições e sustenta a luta contínua por reconhecimento e permanência.

De acordo com Dantas (2013), a atual configuração dos quilombos não é apenas um espaço de reorganização familiar para descendentes africanos, mas também um território de resistência, no qual a preservação das tradições e o apoio mútuo são cruciais para a sobrevivência. Ainda assim, essas comunidades enfrentam dificuldades significativas decorrentes de desigualdades históricas, que limitam o acesso à educação e ao trabalho digno.

Para dar visibilidade a essas vivências, estudos como o de Gondim (2022) utilizam as escrivências, possibilitando que as próprias comunidades relatem suas trajetórias de modo genuíno, reafirmando suas identidades e resistência. Neste

ponto é importante compreender as escrevivências, conforme Gondim (2022), como prática de converter vivências concretas de grupos marginalizados em texto literário-político, usando a narrativa para criar memória, reivindicar lugar de fala, enfrentar silenciamentos e compartilhar saberes coletivos.

Nesse mesmo sentido, Santos (2014) mostra como a posse da terra foi essencial para a afirmação das identidades étnicas e sociais das comunidades de ex-escravizados no sul de Mato Grosso. Tal perspectiva dialoga com Antônio Bispo dos Santos (2023), que salienta a importância de equilibrar humanidade e meio ambiente, valorizando a ancestralidade e a identidade negra como pilares para a sustentabilidade das comunidades tradicionais. Apesar de alguns avanços normativos, a luta quilombola por direitos ainda encontra obstáculos na efetivação de políticas públicas voltadas a essas comunidades. Prova disso é a morosidade com que os processos de titulação dos Territórios Quilombolas são geridos pelo Estado brasileiro. As comunidades quilombolas de Rondônia enfrentam um longo processo de reconhecimento e regularização fundiária. O Estado possui, atualmente, nove comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente. Destas, apenas duas já tiveram seus títulos coletivos emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): a Comunidade Quilombola de Jesus, localizada no município de São Miguel do Guaporé, e a Comunidade Quilombola de Santa Fé, situada em Costa Marques. Ambas conseguiram avançar nas etapas administrativas e jurídicas até a titulação definitiva de seus territórios, o que representa um marco importante diante da morosidade que caracteriza esse processo em nível nacional.

A territorialidade é um elemento central para a compreensão dos direitos das comunidades quilombolas, que percebem suas terras não apenas como um meio de subsistência, mas como parte essencial de sua identidade e resistência. A territorialidade, no entender de Sousa e Santos (2019), é a totalidade das relações sociais, culturais e políticas que conectam um grupo a um espaço físico-simbólico, orientando usos, sentidos de pertencimento, defesa coletiva e reprodução dos modos de vida ali enraizados.

A relação entre trabalho, preservação ambiental e manutenção das tradições culturais nessas comunidades revela a conexão profunda entre natureza e cultura, evidenciando que a ocupação quilombola do território vai além da dimensão produtiva e econômica (Sousa e Santos, 2019). Um estudo particularmente elucidativo nessa temática é o de Santos (2012). Ao reunir relatos orais dos

moradores da comunidade quilombola Negros do Tapuí, localizada em Queimada Nova, no sertão do Piauí, o autor demonstra que memória, tradição cultural e vínculo territorial sustentam processos de construção identitária, resistência e empoderamento. Como ressalta o autor, “as memórias individuais da escravidão são registradas na consciência e, à medida que esse registro é compartilhado por todos, constitui-se uma ‘comunidade de memória’” (Santos, 2012, p. 81). Essa compreensão oferece uma base crítica tanto para o reconhecimento de direitos quanto para a formulação de políticas públicas inclusivas.

A defesa da cultura local emerge como uma estratégia essencial de resistência às pressões externas que visam desestabilizar os modos de vida tradicionais. As comunidades utilizam a educação e a valorização de seus saberes culturais como ferramentas para enfrentar as ameaças do capitalismo e a homogeneização cultural. Ao promover a identidade local e fortalecer laços de reciprocidade, essas práticas não apenas preservam as tradições, mas também fortalecem a capacidade coletiva de luta por reconhecimento e direitos territoriais. Esse processo de resistência é vital para assegurar que os modos de vida singulares dessas comunidades continuem a existir em um contexto de constante transformação social e econômica (Kennedy, 2020).

A análise geográfica das comunidades quilombolas destaca a interconexão entre território, territorialidade e identidade territorial, demonstrando que o território não se limita a um espaço físico, mas também assume um caráter simbólico, carregado de significados históricos, culturais e sociais. Essa perspectiva permite compreender a complexidade das relações estabelecidas entre essas comunidades e seu entorno, incluindo as políticas públicas que impactam sua permanência e modos de vida. Dessa forma, considerar a territorialidade como um eixo estruturante da realidade quilombola é essencial para o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento e proteção desses povos (Oliveira e Silva, 2017).

Outro aspecto fundamental da territorialidade quilombola é a relação com o meio ambiente e a oralidade. Santos (2018) enfatiza que, na cultura quilombola, a terra não pertence às pessoas; ao contrário, são as pessoas que pertencem à terra. Esse vínculo profundo se reflete na organização produtiva e no cultivo, que não são apenas atividades materiais, mas também práticas carregadas de significados culturais e espirituais.

Por fim, ao estudarem os quilombos guaporeanos em Rondônia, Lima e Souza (2015) demonstram como a identidade quilombola se constrói e se fortalece por meio da relação entre trabalho e religiosidade. No Vale do Guaporé, práticas culturais como danças, músicas, culinária, a Festa do Divino, a Folia de Reis e o uso da língua local desempenham um papel essencial na reafirmação dos laços comunitários. Sobre a Festa do Divino, Silva (2015) destaca:

A Festa do Divino Espírito Santo, realizada nas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé, consiste em uma manifestação cultural de caráter religioso, feita pelos quilombolas e devotos que fazem do Divino um símbolo de devoção popular para as comunidades quilombolas do Vale do Guaporé (Silva 2015, p. 1052).

Nesse contexto, o trabalho não é apenas um meio de subsistência, mas um elemento crucial para a manutenção e transmissão das tradições culturais, consolidando a resistência histórica dessas comunidades.

De acordo com Orozco (2024), o estudo sobre a Comunidade Quilombola de Pedras Negras, localizada no Município de São Francisco do Guaporé - RO e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares – Portaria n.º 32, de 12 agosto 2005, evidencia uma relação intrínseca entre a comunidade tradicional e o ambiente, na qual os modos de vida, as práticas culturais e a preservação da biodiversidade estão profundamente entrelaçados. A autora destaca que a comunidade possui uma conexão histórica com o território, baseada no uso sustentável dos recursos naturais e na valorização de conhecimentos tradicionais relacionados à conservação da floresta e dos rios. Essa relação sustentável com o ambiente é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e culturais locais, além de ser um elemento central na concepção do ecoturismo, que busca fortalecer a identidade e o protagonismo da comunidade na gestão de seus recursos ambientais (Orozco, 2024).

Dessa forma, a territorialidade quilombola se manifesta na interseção entre terra, identidade, trabalho e cultura, compondo um sistema de resistência que persiste diante dos desafios históricos e contemporâneos. O reconhecimento e a valorização dessas dinâmicas são fundamentais para a formulação de políticas públicas que respeitem e fortaleçam os direitos quilombolas, garantindo sua permanência e autonomia no território.

2.4 Marcos Legais e Políticas Públicas na Garantia dos Direitos Quilombolas

A construção de políticas públicas voltadas à valorização das comunidades quilombolas no Brasil tem sido amparada por um conjunto expressivo de dispositivos legais que asseguram seus direitos territoriais, culturais, educacionais e sociais. Esse arcabouço jurídico, fruto de lutas históricas e mobilizações coletivas, fundamenta a formulação de práticas institucionais voltadas à justiça social e à equidade. Um dos pilares dessa política é o processo de reconhecimento oficial das comunidades quilombolas, que se inicia com a certificação de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares e é seguido pela regularização fundiária conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela titulação das terras tradicionalmente ocupadas. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no IFRO, conhecer e respeitar esse percurso legal é essencial para a construção de práticas pedagógicas que valorizem os saberes ancestrais, promovam a permanência das populações quilombolas nos seus territórios e fortaleçam sua autonomia. Assim, esta seção apresenta os principais marcos legais e normativos que sustentam os direitos das comunidades quilombolas, apontando caminhos para a efetivação de uma EPT contextualizada, antirracista e comprometida com a transformação social.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2019) destaca a existência de diversas normas regulamentadoras, incluindo leis, portarias, decretos e instruções normativas. No entanto, merecem especial destaque aquelas que estão integradas à Constituição Federal, como o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que reconhece o direito à propriedade das terras tradicionalmente ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos seguintes termos: “os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Esse dispositivo representa um marco jurídico na luta pelos direitos territoriais das populações negras historicamente marginalizadas, conferindo legitimidade às suas reivindicações fundiárias e à permanência em seus territórios tradicionais.

Os movimentos sociais no Brasil, mas sobretudo as mulheres indígenas afirmam e reafirmam a ideia de que “a luta pela terra é a mãe de todas as lutas”

(Vieira, 2024, p.54), mas além desta, que é condição essencial para que os povos tradicionais, tais como indígenas e quilombolas, possam viver e se reproduzir socialmente; há as lutas por saúde, educação, geração de renda entre outras. Ao longo dos séculos, essas populações conquistaram direitos a duras penas, ainda que de forma gradual e limitada.

No que diz respeito à educação, é precípuo considerar os pilares normativos que orientam o sistema educacional brasileiro, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que destaca a importância tanto da Educação Profissional e Tecnológica, quanto dos direitos humanos e da necessidade de um olhar específico para a educação quilombola.

Afonso (2016), ao abordar a evolução da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 até a Conferência Nacional de Educação (CONAE) DE 2014, destaca a importância da EPT como uma modalidade educacional que busca integrar a formação técnica e profissional com o desenvolvimento das competências gerais dos estudantes. A LDBEN de 1996 foi um marco na história da EPT no país, por reconhecê-la como uma modalidade equivalente ao ensino regular.

O mesmo autor analisa a trajetória da EPT para a sua implementação em políticas públicas. Além disso, este autor aborda a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014 como um momento importante na discussão e reflexão sobre a (EPT) no contexto nacional. A conferência trouxe à tona questões relevantes para a área, como a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de ensino, a formação de professores e a atualização dos currículos.

No campo da cultura, a Constituição assegura sua promoção e proteção como direito fundamental. O Artigo 215 dispõe que: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1988). O parágrafo primeiro do mesmo artigo complementa: "O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (BRASIL, 1988). Tais dispositivos evidenciam o compromisso constitucional com a pluralidade cultural e com a valorização dos saberes e práticas das comunidades tradicionais, reforçando o papel do Estado como agente promotor da diversidade cultural brasileira.

A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas e Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também a temática indígena, refletem a necessidade de uma firme determinação para que a diversidade cultural brasileira com seu rico acervo de valores, posturas e práticas passe a ingressar no ambiente educacional, numa perspectiva de valorização (Dantas, 2013).

Outro documento importante neste contexto é o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, juntamente com a Convenção 169 da OIT. Ambos são referenciais importantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, cuja primeira versão foi aprovada pela Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012). Tais diretrizes orientam as bases teóricas e o funcionamento da Educação Quilombola e trazem a questão da terra como parte essencial que caracteriza um quilombo. Diz a resolução:

Art. 3º Entende-se por quilombos: I - os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica; II - comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo **direito à terra e ao território** o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições [...]” (Brasil, 2012, p. 3, 4) (grifo nosso).

No contexto da promoção de uma educação equitativa e antirracista, a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, constituindo um marco normativo importante para a inserção de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Posteriormente, a Resolução CNE/CP nº 8, de 20 de novembro de 2012, aprovou diretrizes específicas voltadas à Educação Escolar Quilombola, reconhecendo a urgência de práticas pedagógicas contextualizadas que respeitem os modos de vida, os saberes tradicionais e as territorialidades das comunidades remanescentes de quilombos (BRASIL, 2012).

Esse reconhecimento está também consolidado no Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que reforça o direito das comunidades quilombolas à preservação de sua identidade cultural, bem como ao acesso à educação, saúde e regularização fundiária. No plano internacional, a

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, garante aos povos tradicionais, incluindo os quilombolas, o direito à autodeterminação, ao respeito às suas instituições e à consulta prévia, livre e informada sempre que decisões administrativas e legislativas possam impactar seus territórios e modos de vida (OIT, 1989).

No campo das políticas públicas de saúde, a Portaria nº 2.656, de 17 de outubro de 2007, instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, contemplando também as populações quilombolas. No que se refere à proteção social e à regularização fundiária, outras normativas reforçam os instrumentos legais de garantia de direitos, como o Decreto nº 10.088/2019, a Portaria nº 98/2021 do INCRA e a Instrução Normativa nº 49/2021 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que estendem mecanismos de reconhecimento e salvaguarda territorial às populações tradicionais.

Outro marco importante foi a criação da Fundação Cultural Palmares, autorizada pela Lei nº 7.668/1988, com a finalidade de promover e preservar os valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Essa fundação tem sido uma das principais instituições de apoio às ações voltadas à valorização das comunidades quilombolas e à preservação de sua memória.

Apesar desse amplo arcabouço jurídico e político, as comunidades quilombolas ainda enfrentam obstáculos significativos para a efetivação plena de seus direitos. Contudo, a mobilização coletiva tem desempenhado um papel essencial nesse processo. A criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em 1996, representa um avanço crucial na articulação política quilombola, promovendo o fortalecimento das identidades coletivas, a valorização dos saberes ancestrais e a incidência em políticas públicas (CONAQ, 2019). Nesse mesmo sentido, o Programa Brasil Quilombola, instituído em 2004, buscou articular ações interministeriais com vistas à promoção da inclusão social das comunidades quilombolas, priorizando áreas como educação, saúde, infraestrutura e produção (BRASIL, 2004).

Quadro 2. Demonstrativo das Legislações e Normativas Relacionadas aos Direitos das Comunidades Quilombolas

Dispositivo Legal	O que garante?	Área de Aplicação
Constituição Federal (Art. 68 – ADCT)	Reconhece às comunidades quilombolas o direito às terras que tradicionalmente ocupam.	Território
Lei nº 7.668/1988	Cria a Fundação Cultural Palmares (FCP) para promover, preservar e difundir o patrimônio cultural afro-brasileiro.	Cultura
Lei nº 9.394/1996 (LDB)	Garante o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.	Educação
Lei nº 10.639/2003	Torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e institui o Dia da Consciência Negra (20/11) no calendário escolar.	Educação
Lei nº 11.645/2008	Inclui a cultura indígena nos currículos escolares.	Educação
Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)	Assegura o direito à identidade cultural e políticas públicas específicas para quilombolas.	Cultura, Educação e Saúde
Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)	Define metas para inclusão das comunidades quilombolas no sistema educacional.	Educação
Decreto nº 4.887/2003	Regulamenta a titulação das terras quilombolas.	Território

Decreto nº 6.040/2007	Cria a Política Nacional para os Povos e Comunidades Tradicionais.	Desenvolvimento Sustentável
Resolução CNE/CP nº 1/2004	Define diretrizes para o ensino das relações étnico-raciais.	Educação
Resolução CNE/CP nº 8/2012	Estabelece diretrizes para a Educação Escolar Quilombola.	Educação
Convenção nº 169 da OIT	Garante a consulta prévia e o direito à autodeterminação das comunidades tradicionais.	Direitos Humanos
Portaria nº 2.656/2007 (Ministério da Saúde)	Cria a Política Nacional de Saúde da População Negra.	Saúde
Portaria nº 98/2021 (INCRA)	Estabelece regras para a titulação de terras quilombolas.	Território
Instrução Normativa nº 49/2021 (FUNAI)	Define normas para o reconhecimento de territórios quilombolas.	Território
Decreto nº 10.088/2019	Prevê ações de proteção social para comunidades tradicionais.	Assistência Social

Fonte: Autora, 2025

O processo de reconhecimento e titulação dessas terras envolve etapas essenciais, começando pela certificação de autorreconhecimento realizada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e culminando na regularização fundiária conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A certificação da FCP reconhece oficialmente a identidade quilombola da comunidade, enquanto a atuação do Incra inclui a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicação de portarias de reconhecimento, desapropriações quando necessárias e a emissão do título coletivo de propriedade

em nome da comunidade. O processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola no Brasil, portanto, compreende duas etapas principais: 1. Certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP): A FCP emite a Certidão de Autorreconhecimento, oficializando a identidade quilombola da comunidade. 2. Titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): Após a certificação, o Incra conduz as ações de regularização fundiária, que incluem estudos técnicos, notificações, desapropriações e a emissão do título de posse coletiva.

Em Rondônia, diversas comunidades já avançaram em seus processos de certificação e titulação. Abaixo, apresenta-se um quadro demonstrativo com as informações principais:

Quadro 3. Situação Atual das Comunidades Quilombolas em Relação à Certificação e Titulação de Territórios

Comunidade	Município(s)	Certificação FCP	Titulação Incra	Observações
Santa Fé	Costa Marques	Sim	Sim	Título emitido em 2017; 41 famílias beneficiadas.
Jesus	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	Sim	Sim	Título emitido em 25/08/2010, reconhecendo 5.627 ha. O título foi posteriormente substituído em 2022 para corrigir equívoco formal. Primeiro território quilombola regularizado em Rondônia.
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	Sim	Em andamento	RTID publicado; processo em fase de notificações e contestações.
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé e Alta Floresta d'Oeste	Sim	Em andamento	RTID publicado; aguardando georreferenciamento.
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	Sim	Em andamento	Aguardando desmembramento da Reserva Biológica do Guaporé para emissão do título.

Laranjeiras	Pimenteiras do Oeste	Sim	Em andamento	Processo de regularização em andamento; 24 famílias cadastradas.
Santa Cruz	Pimenteiras do Oeste	Sim	Em andamento	Certificada pela FCP; processo de regularização em andamento.
Porto Rolim do Guaporé	Alta Floresta do Oeste	Sim	Em andamento	RTID em elaboração; 60 famílias residentes.
Tarumã	Alta Floresta do Oeste	Não	Não	Comunidade ainda não certificada pela FCP.

Fonte: Autora, 2025.

O reconhecimento jurídico dos territórios quilombolas no Brasil representou um avanço significativo na luta histórica dessas comunidades por direitos e dignidade. A construção de um arcabouço normativo robusto, que abrange desde a Constituição Federal de 1988 até as normativas específicas dos últimos anos, evidencia o esforço institucional em dar respostas às demandas dos povos tradicionais. Contudo, a análise da situação das comunidades quilombolas em Rondônia revela que, apesar dos avanços no campo da certificação e da titulação, persistem desafios relacionados à efetivação plena dos direitos territoriais e à implementação de políticas públicas adequadas.

Esses desafios refletem a necessidade contínua de articulação entre as comunidades, o Estado e as instituições educacionais. A Educação Profissional e Tecnológica, ao reconhecer a especificidade dos saberes, modos de vida e identidades quilombolas, pode atuar como ferramenta estratégica para fortalecer a autonomia, a cidadania e a valorização das culturas negras no Brasil. Assim, conhecer o marco legal e a realidade dos territórios torna-se imprescindível para a promoção de práticas educativas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.5 Trabalho e Organização Econômica Quilombola

A compreensão do trabalho no contexto das comunidades quilombolas exige uma abordagem que vá além das categorias econômicas tradicionais. Nas experiências desses povos, o trabalho se insere em uma lógica própria de

organização social, marcada por vínculos comunitários, ancestralidade e territorialidade. Diferente da racionalidade capitalista, que prioriza a acumulação e a produtividade, nas comunidades quilombolas o trabalho assume um caráter ontológico e educativo, estando intrinsecamente ligado à preservação cultural, à resistência política e à reprodução dos modos de vida coletivos. Ao abordar o trabalho como prática social e cultural, esta seção propõe refletir sobre suas múltiplas dimensões na organização econômica quilombola, dialogando com autores que evidenciam sua função formativa, seu papel na construção da solidariedade e sua importância na valorização dos saberes tradicionais como fundamentos para uma Educação Profissional e Tecnológica crítica e enraizada nos territórios.

Sousa e Santos (2019) reforçam que a terra, para os quilombolas, é um espaço de trabalho, mas também um local de pertencimento e de resistência cultural. A territorialidade quilombola se enraíza em sua trajetória histórica e na relação profunda com o território, onde o trabalho transcende a esfera econômica para se constituir como prática social, cultural e política. Nesse contexto, o trabalho desempenha um papel fundamental na manutenção das tradições, na construção de relações comunitárias e na promoção da solidariedade. Para Frigotto (2005), essa concepção de trabalho deve ser compreendida em sua essência ontológica, pois, para os quilombolas, ele está ligado à subsistência e segue os passos dos ancestrais, cujas práticas remontam a períodos anteriores à imposição da propriedade privada como estrutura dominante.

Essa lógica de organização do trabalho diferencia-se do modelo capitalista, que se baseia na produção excedentária e na acumulação. Nos quilombos, as atividades econômicas possuem também um caráter social e cultural, voltado para o bem-estar coletivo e a participação legítima nos benefícios da comunidade. Silva (2018) ressalta que a produção quilombola prioriza a manutenção da vida comunitária, enquanto Ciavatta (2005) argumenta que essa estrutura econômica se opõe à exploração alienante da produção capitalista, promovendo formas alternativas de organização do trabalho baseadas na reciprocidade e na coletividade.

A concepção de trabalho como princípio educativo, na perspectiva gramsciana, ultrapassa a dimensão técnica e produtiva, assumindo um papel central na formação de sujeitos históricos, críticos e transformadores. Conforme destaca Dore (2014), para Gramsci, o trabalho é uma relação fundante da existência

humana, pois envolve tanto a transformação da natureza quanto a construção da sociedade. Essa compreensão associa-se diretamente à formação de uma cultura coletiva e de uma vontade comum, elementos indispensáveis à constituição da hegemonia e à organização de uma nova ordem social. O trabalho, portanto, é concebido como espaço de elaboração de consciência histórica e política, mediado pela educação, cuja função é formar dirigentes intelectuais e morais capazes de liderar processos de mudança. Essa abordagem converge com os estudos de Silva et al. (2018), ao reconhecer o trabalho como espaço privilegiado de socialização e transmissão de saberes, especialmente nos contextos de produção familiar e tradicional, como ocorre nas comunidades quilombolas. Assim, a articulação entre trabalho, educação e cultura assume centralidade na construção de uma EPT omnilateral, crítica e enraizada nos territórios.

Silva et al. (2018) propõem uma compreensão ampliada do trabalho, concebendo-o como um princípio educativo que permite refletir sobre a organização dos sistemas de produção familiar e suas lógicas de reprodução social. De acordo com os autores, o trabalho desenvolvido nesses contextos extrapola a dimensão meramente produtiva, constituindo-se também como espaço de socialização, transmissão de saberes, valores e modos de convivência que fortalecem a identidade e a formação integral dos sujeitos. Assim, reconhece-se o potencial formativo do trabalho nos territórios tradicionais, especialmente por valorizar as experiências concretas e os conhecimentos historicamente construídos pelas comunidades.

2.6 Educação Quilombola e Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil refere-se a um conjunto de políticas e práticas voltadas para a formação de profissionais capacitados para atuar em diferentes áreas do mundo do trabalho. Com origens históricas que remontam ao século XIX, a educação profissional no país teve um percurso marcado por transformações e desafios. Inicialmente voltada para a formação de artesãos e ofícios manuais. De acordo com o autor Dante Henrique Moura em seu artigo:

Em 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha aproveitando as ideias defendidas por Afonso Pena, criou as Escolas de Aprendizes Artífices e instalou dezenove delas em 1910 nas várias unidades da Federação que eram destinadas “aos pobres e humildes” (Moura, 2007, p. 6).

Essas escolas foram criadas para ajudar as pessoas pobres e humildes, ou seja, tinham caráter assistencialistas, mas também tinham um foco econômico, pois queriam lidar com o aumento da industrialização e urbanização. Ao longo do tempo, A (EPT) foi se adaptando às demandas da sociedade e da indústria, incorporando aspectos tecnológicos e ampliando sua abrangência.

A construção de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que seja de fato democrática, inclusiva e transformadora requer o reconhecimento e a valorização das identidades, saberes e trajetórias históricas das populações quilombolas. Nesse sentido, a articulação entre educação quilombola e EPT constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para reconfigurar práticas pedagógicas e currículos à luz de uma abordagem crítica, antirracista e intercultural. Considerando que os povos quilombolas possuem modos próprios de produzir conhecimento e de organizar a vida coletiva, é imprescindível que esses saberes sejam incorporados aos projetos formativos desenvolvidos no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), como condição para uma formação integral e contextualizada. Esta seção tem por objetivo discutir a presença ou ausência da temática quilombola na EPT, analisando o papel das instituições como o IFRO na promoção de práticas pedagógicas que rompam com o silenciamento histórico dessas comunidades e contribuam para a efetivação de uma educação socialmente referenciada.

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil ganhou destaque com a LDB de 1996, sendo consolidada como modalidade educacional que busca integrar formação técnica com o desenvolvimento humano (Afonso, 2016). Compreende-se que uma proposta de EPT voltada para comunidades quilombolas, ou mesmo outros projetos e ações a serem desenvolvidos pelo IFRO, precisam estar fundamentados nas concepções destas comunidades. Além disso, é precípua que o caminho inverso se estabeleça, ou seja, que os modos de viver e pensar dos quilombolas estejam presentes nos cursos ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Estudos sugerem que esta presença é insuficiente, como no caso de Alves e Melo (2021), que analisam a ausência da temática quilombola nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), destacando a necessidade de sua inclusão para garantir uma formação mais justa, inclusiva e representativa da diversidade étnico-cultural do Brasil. Os autores argumentam que a abordagem da questão quilombola nos currículos não apenas

fortalece a identidade dessas comunidades, mas também combate visões estereotipadas e reducionistas, promovendo uma educação crítica e antirracista.

Nessa mesma direção, Souza (2024), ao investigar o Instituto Federal do Tocantins, evidencia que a maioria das disciplinas examinadas carece de referências significativas à história e cultura dos povos quilombolas, o que contribui para sua invisibilização ou representação distorcida. Para enfrentar essa lacuna, propõe-se a criação de uma cartilha digital como instrumento pedagógico voltado à valorização da diversidade cultural e à promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas, capazes de desconstruir narrativas hegemônicas e fomentar uma educação intercultural.

2.6.1 Educação Omnilateral e a Formação Integral na EPT

Segundo Ciavatta (2014) a educação omnilateral consiste em uma proposta de formação integral que busca promover o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões física, mental, cultural, política e social, articulando conhecimentos e experiências diversificadas para superar o dualismo educacional e social, promovendo a emancipação e a transformação social. Essa perspectiva busca a ampliação das capacidades humanas em sua totalidade, possibilitando que o indivíduo se desenvolva de forma integral e crítica diante das contradições sociais.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), autores como Saviani (2007), Frigotto (2010) e Ciavatta (2014) defendem que a omnilateralidade constitui um princípio estruturante para uma formação que vá além da preparação para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a EPT não se limita a transmitir competências técnicas, mas se articula à formação geral, possibilitando ao estudante compreender as relações sociais de produção, a historicidade do trabalho e as possibilidades de transformação social. Conforme Moura (2007), a integração entre ciência, cultura e trabalho é condição essencial para que a EPT cumpra seu papel emancipatório.

Essa abordagem se mostra especialmente relevante quando articulada às realidades das comunidades quilombolas. Ao reconhecer que a formação integral envolve também os saberes construídos historicamente nesses territórios, rompe-se com uma visão fragmentada e hierarquizada do conhecimento, valorizando a oralidade, as práticas comunitárias, a memória coletiva e os modos de vida. Dessa forma, a educação omnilateral na EPT no contexto das vivências quilombolas não

apenas qualifica para o trabalho, mas também fortalece identidades, promove autonomia e reafirma direitos, configurando-se como instrumento de resistência e decolonialidade. No entanto, sua efetivação exige o enfrentamento do racismo estrutural, que historicamente invisibiliza e desvaloriza os conhecimentos das comunidades negras, influenciando currículos, práticas pedagógicas e políticas públicas.

2.7 O Racismo como Elemento de Invisibilização dos Saberes Quilombolas

A invisibilização dos saberes quilombolas no contexto educacional brasileiro está enraizada em um processo histórico de exclusão, que hierarquiza conhecimentos e legitima apenas aqueles oriundos de matrizes dominantes. O racismo, ao se estruturar também como uma lógica epistêmica, opera na negação das contribuições culturais, intelectuais e territoriais das populações quilombolas, silenciando suas narrativas e práticas sociais. Na Educação Profissional e Tecnológica, essa exclusão se manifesta na ausência de conteúdos e metodologias que dialoguem com as realidades e saberes tradicionais dessas comunidades, comprometendo a efetividade de uma formação integral e contextualizada.

De acordo com Lima e Moura Jr. (2024), o racismo é entendido como um marcador de opressão que atua de forma estrutural na sociedade, moldando comportamentos e reproduzindo desigualdades de maneira consciente e inconsciente, especialmente no contexto das comunidades quilombolas. Os autores evidenciam que, quando relacionado às mulheres negras quilombolas, o racismo se sobrepõe a outras formas de opressão, criando um cenário de vulnerabilidade agravada devido à interseccionalidade com o sexismo. Assim, o trabalho destaca que o racismo não funciona apenas como um fenômeno isolado, mas como uma estrutura que influencia profundamente as experiências de vida dessas mulheres, implicando na reprodução de desigualdades e na perpetuação de violências específicas, à medida que atravessa instituições e práticas culturais de forma contínua e enraizada.

O racismo institucional, conforme discutido por Macedo et al. (2021), constitui um dos principais obstáculos ao acesso pleno das comunidades quilombolas às políticas públicas, funcionando como mecanismo estruturante das desigualdades raciais no Brasil. Mais do que a simples ausência de políticas específicas, trata-se de

uma lógica de funcionamento do Estado que hierarquiza demandas, invisibiliza populações e nega o reconhecimento social, político e territorial dessas comunidades. Essa forma de racismo perpassa o cotidiano quilombola, impactando desde as condições de vida até a efetivação de direitos fundamentais como a educação, a saúde e a terra. Tal contexto se conecta diretamente à histórica negação de pertencimento vivida por essas populações, que, mesmo após o reconhecimento constitucional de seus direitos, seguem enfrentando barreiras institucionais e simbólicas para sua plena cidadania. Contudo, é nesse mesmo cenário de negação que emergem práticas de resistência coletiva, formas de organização social e experiências educativas baseadas na ancestralidade e na valorização da cultura negra, reafirmando os quilombos como espaços de luta e reexistência.

Rangel (2016) analisa o racismo ambiental como uma forma específica de injustiça que afeta de maneira sistemática as comunidades quilombolas, ao denunciar a relação direta entre o discurso de desenvolvimento econômico e a vulnerabilização desses territórios tradicionais. O autor argumenta que o avanço do agronegócio e de grandes projetos econômicos, frequentemente sustentados por uma lógica capitalista predatória, tem resultado na expulsão forçada de comunidades quilombolas de suas terras ancestrais. Essa dinâmica, segundo Rangel, configura o racismo ambiental, pois impacta de forma desproporcional grupos racializados e historicamente marginalizados. Além da perda territorial, as populações quilombolas enfrentam a desestruturação de seus modos de vida, muitas vezes sendo empurradas para áreas urbanas em busca de subsistência, o que compromete sua autonomia e a continuidade de práticas culturais, produtivas e educativas enraizadas no território. Ao revelar os efeitos perversos do modelo hegemônico de desenvolvimento, o autor reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam a centralidade do território para a reprodução social e cultural dessas comunidades, em consonância com uma educação contextualizada, crítica e ambientalmente comprometida.

2.8 Epistemologias Decoloniais e Saberes Tradicionais

O enfrentamento das desigualdades históricas vivenciadas pelas comunidades quilombolas exige a superação de paradigmas coloniais de produção

de conhecimento. As epistemologias decoloniais, propõem justamente esse deslocamento: romper com a hegemonia eurocentrada do saber e reconhecer a legitimidade de outras formas de conhecimento, como aquelas produzidas por povos tradicionais, indígenas, quilombolas e afrodescendentes. Portanto, para Candau (2018) as epistemologias decoloniais são como lógicas de produção de conhecimentos que questionam a supremacia eurocêntrica, valorizando saberes historicamente marginalizados e propondo produção de conhecimento plural, situada e emancipatória. A estrutura educacional vigente ainda é marcada por hierarquias eurocentradas que marginalizam os saberes tradicionais. Walsh, Oliveira e Candau (2018) defendem que uma educação verdadeiramente emancipadora deve estar ancorada em epistemologias decoloniais, que valorizem os conhecimentos construídos pelas comunidades tradicionais.

No contexto das discussões sobre a interculturalidade e a decolonialidade do poder, Catherine Walsh (2019) argumenta que a construção de um conhecimento "outro" está intrinsecamente ligada à necessidade de transcender a colonialidade e suas estruturas de dominação. A autora enfatiza a importância de um diálogo entre saberes que, ao considerar as experiências de grupos historicamente marginalizados, como indígenas e afrodescendentes, possibilita não apenas a inclusão, mas uma crítica profunda das epistemologias dominantes. Esse movimento busca não apenas a diversidade, mas uma verdadeira transformação sociopolítica, desafiando as narrativas eurocêntricas que ainda predominam nas esferas acadêmicas e sociais

A discussão sobre decolonialidade repousa na necessidade de reconhecer e subverter as hierarquias epistêmicas instituídas pela lógica da modernidade/colonialidade, processo este que requer a revalorização dos saberes e das experiências dos povos historicamente subalternizados. Segundo Cordeiro e Araújo (2023), as pedagogias decoloniais emergem como formas de enfrentamento às opressões oriundas dessas estruturas históricas, propondo uma educação que não apenas valorize a cultura popular, mas também se posicione de maneira crítica frente às práticas racistas e patriarcais ainda presentes nas instituições escolares. Nesse contexto, torna-se essencial que a prática pedagógica esteja comprometida com o diálogo entre diferentes matrizes epistemológicas, reconhecendo a ancestralidade e os saberes locais como territórios legítimos de resistência, reconstrução identitária e transformação social.

Nesse sentido, a região amazônica, marcada por sua diversidade cultural, histórica e epistêmica, constitui um campo privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas que desafiem as narrativas hegemônicas e promovam a decolonialidade. As experiências de educadores na Amazônia, conforme relatam Cordeiro e Araújo (2023), evidenciam que a valorização dos saberes tradicionais e da cultura popular contribui significativamente para o enriquecimento do processo educativo, ao mesmo tempo em que se configura como um instrumento de resistência à colonialidade. Ao integrar as memórias, vivências e expressões culturais dos povos amazônidas, a pedagogia decolonial propõe uma reconfiguração das relações de poder no ambiente escolar, fomentando aprendizagens críticas, emancipatórias e enraizadas nos legados culturais e territoriais da região, em oposição às imposições do modelo eurocêntrico.

As escrituras, como destacadas por Gondim (2022), são uma ferramenta epistemológica poderosa nesse processo. Ao permitir que os próprios sujeitos relatem suas trajetórias, reafirma-se a autonomia das comunidades na produção do conhecimento.

2.9 A Comunidade Quilombola de Jesus: Território, Memória e Educação

A Comunidade de Jesus, situada nas margens do Rio São Miguel, município de São Miguel do Guaporé, no Vale do Guaporé em Rondônia, tem uma história de fundação que reflete a resiliência e a união de seus moradores. A comunidade foi estabelecida sob a liderança visionária de Jesus Gomes de Oliveira, conhecido carinhosamente como Sr. Jesus, que se tornou o pilar central da identidade e coesão do grupo. De acordo com Demício (2021), as entidades que representam os quilombolas guaporeanos reivindicam uma educação escolar conduzida por profissionais da própria comunidade, com currículo escolar organizado a partir dos seus meios de vida, integrando seus saberes ancestrais aos conhecimentos escolares, visando contribuir para o fortalecimento de suas identidades, do vínculo comunitário e do sentimento de pertença.

Segundo Silva (2011), a Comunidade de Jesus é considerada um espaço único, onde narrativas, histórias e conversas com os moradores são fundamentais para entender a forma como as pessoas vivem e percebem o lugar. A pesquisa destaca Jesus Gomes de Oliveira como figura central na comunidade, cuja história,

passada de geração em geração, consolida o mito fundador local. A autora salienta a interação entre identidade e território, mostrando como esses conceitos surgem naturalmente das experiências vividas no campo e colocam em xeque visões tradicionais de espaço e territorialidade.

Complementando essa perspectiva, a Comunidade Remanescente do Quilombo de Jesus, situada no Vale do Rio São Miguel, também revela as complexas interações sociais e econômicas que atravessam o cotidiano das populações quilombolas. Desde sua constituição na década de 1920, a comunidade enfrentou uma série de desafios, incluindo a apropriação de terras por fazendeiros e a degradação dos recursos naturais essenciais à sua subsistência. “Os antepassados da família têm suas origens ligadas aos negros de Vila Bela da Santíssima Trindade” (Teixeira, 2020, p. 2). Migraram, após a decadência da mineração, para as margens do rio Guaporé, estabelecendo-se em colocações de látex no médio rio São Miguel. Nesse contexto, o jovem Jesus Gomes de Oliveira deixou Limoeiro, na década de 1940, em busca de autonomia frente ao declínio do ciclo da borracha. Em 1959 chegou a novas terras já ocupadas pela família de Luísa Assunção, com quem se casou. A união do casal formou o núcleo familiar que originou a atual Comunidade Quilombola de Jesus (Teixeira, 2020).

Apesar de ter sido a primeira comunidade quilombola em Rondônia a obter reconhecimento oficial pelo INCRA, os membros da comunidade permanecem em uma luta contínua por seus direitos territoriais e pela preservação de sua cultura, que se vê ameaçada pela exploração desordenada da região (Teixeira, 2008).

A trajetória da Comunidade Quilombola de Jesus se fortalece também em sua dimensão organizativa. A criação, em 2008, da Associação Quilombola Comunidade de Jesus (AQCJ) (IPEA, s.d.), representa um marco institucional que amplia a capacidade de mobilização política da comunidade, permitindo maior acesso a políticas públicas, projetos e parcerias institucionais (ECAM, 2021). A AQCJ se configura, assim, como expressão contemporânea da continuidade das lutas históricas quilombolas por reconhecimento, território e identidade, reafirmando que a resistência não se limita ao passado, mas permanece como prática cotidiana.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a territorialidade singular da Comunidade de Jesus não pode ser dissociada de suas práticas socioculturais e de sua resistência histórica. Essa realidade evidencia a necessidade de se pensar propostas de EPT fundamentadas nos modos de vida quilombolas. Como propõe a

presente pesquisa, a formulação de políticas educacionais para o IFRO deve considerar essas dinâmicas locais e os saberes ancestrais como elementos centrais de um projeto educativo emancipador.

3. METODOLOGIA

A pesquisa teve como fundamentação a pesquisa participante, que ressalta a importância da participação ativa das pessoas envolvidas em um projeto ou pesquisa conferindo-lhes voz e poder no decorrer do processo. Segundo Brandão (2017), esta forma de pesquisa visa superar a tradicional divisão entre pesquisadores e participantes, fomentando uma abordagem mais horizontal e colaborativa, pois de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular (Brandão, 2017, p. 53). Essa abordagem encontra aplicação especialmente em contextos de pesquisa social, educação popular e desenvolvimento comunitário, nos quais a participação ativa das pessoas impactadas é considerada essencial para a produção de conhecimento relevante e a implementação eficaz de intervenções.

Em uma pesquisa desta natureza, o método de História Oral se mostra bastante pertinente, uma vez que é uma abordagem valiosa para entender as experiências, memórias e identidades de grupos e comunidades marginalizadas, como as comunidades quilombolas. Por meio da história oral, é possível capturar as narrativas pessoais e coletivas dos membros da comunidade, preservando e transmitindo sua história, cultura e conhecimento tradicional de geração em geração.

De acordo com as reflexões apresentadas por Meihy e Holanda (2007), a utilização da história oral como método de pesquisa revela-se não apenas como uma ferramenta de geração de dados, mas como um meio de resgatar e valorizar as narrativas individuais, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada dos eventos históricos.

A abordagem qualitativa adotada nesse processo permite a construção de significados a partir das experiências compartilhadas pelos colaboradores, destacando a importância de dar voz aos protagonistas da história e de reconhecer a diversidade de perspectivas que enriquecem o conhecimento histórico. Por outro ângulo, o próprio entrevistador deve ser um observador da experiência alheia e se comprometer com o trabalho da maneira mais sensível e compartilhada possível. (Meihy, 1996, p. 125).

A prática de registrar a história oral desempenha um papel essencial na preservação e celebração da cultura e identidade das comunidades quilombolas. Trabalhar com história oral nessas comunidades não apenas envolve a captura do

conhecimento transmitido verbalmente ao longo das gerações, mas também reconhece e valida as ricas experiências vividas por seus membros. Esta abordagem permite que as vozes das pessoas quilombolas sejam ouvidas e suas histórias contadas a partir de suas próprias perspectivas, oferecendo uma importante alternativa à narrativa histórica predominante, que muitas vezes ignora ou distorce suas contribuições e vivências. Além disso, ao incluir os membros da comunidade no processo de geração e compartilhamento de suas histórias, fomenta-se um senso de empoderamento e pertencimento, fortalecendo os laços comunitários e incentivando a preservação da cultura quilombola para as gerações futuras.

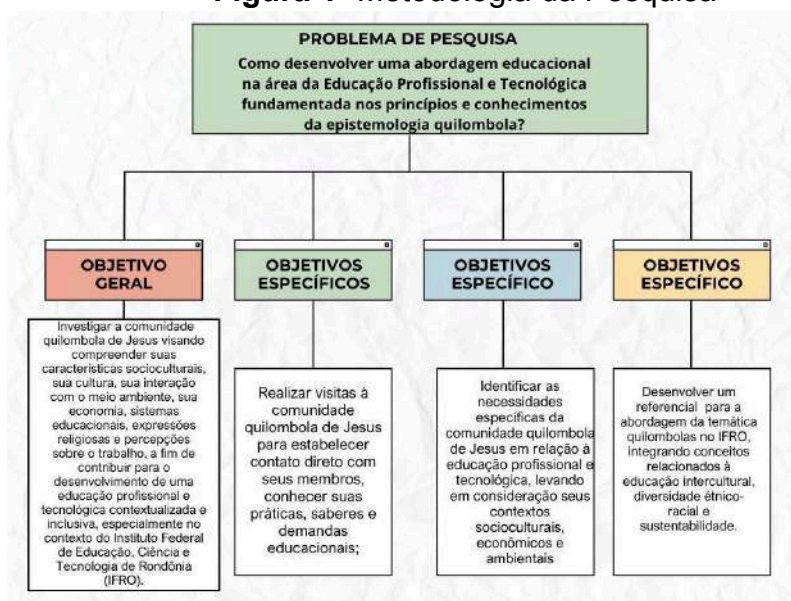
Embora não haja uma abordagem padronizada para conduzir a história oral, é possível observar algumas etapas comuns, baseadas nos princípios propostos por José Carlos Sebe Meihy:

- **Definir o tema e objetivos da pesquisa:** Inicialmente, é essencial estabelecer claramente o tema da pesquisa e seus objetivos, buscando compreender a relevância e o propósito do estudo dentro do contexto da história oral.
- **Selecionar colaboradores e estabelecer contato:** Identificar os colaboradores que serão entrevistados, levando em consideração sua relevância para o tema da pesquisa e sua disponibilidade para participar do estudo. Estabelecer um contato prévio para explicar os objetivos da pesquisa e garantir o consentimento informado dos colaboradores.
- **Preparar um roteiro de perguntas orientadoras:** Elaborar um roteiro de perguntas que orientará as entrevistas, permitindo uma abordagem direcionada aos aspectos relevantes do tema. O roteiro deve ser flexível o suficiente para permitir que os colaboradores compartilhem suas experiências de forma autêntica.
- **Realizar as entrevistas, gravando e transcrevendo:** Conduzir as entrevistas com os colaboradores, registrando-as por meio de gravação de áudio ou vídeo. Posteriormente, realizar a transcrição das entrevistas, aplicando os conceitos propostos por Meihy e Holanda (2007), como transcrição, textualização e transcrição, para garantir a fidedignidade e a riqueza do registro escrito. A prática de transcrição, textualização e transcrição das entrevistas representa um processo essencial na pesquisa qualitativa. A transcrição cuidadosa das gravações orais permite a conversão do discurso

falado em texto escrito, enquanto a textualização se concentra na organização e estruturação das informações para facilitar a análise e interpretação dos dados. Além disso, a transcrição vai além da simples tradução, envolvendo a recriação do significado e da essência das narrativas, respeitando a autenticidade e a voz dos entrevistados. Essa abordagem reflexiva e detalhada desempenha um papel fundamental na preservação e valorização das histórias individuais, enriquecendo a compreensão do passado e contribuindo para a construção de narrativas históricas significativas em contextos acadêmicos.

- **Analisar o material gerado e identificar temas e padrões:** Analisar as transcrições das entrevistas, identificando padrões, temas recorrentes e insights significativos que emergem das narrativas dos colaboradores. Esta etapa envolve uma reflexão crítica sobre o conteúdo das entrevistas, buscando compreender as múltiplas perspectivas e interpretações presentes nas narrativas.
- **Escrever o relato final:** Elaborar o relato final da pesquisa, seguindo uma estrutura que inclui a contextualização do tema, a apresentação dos colaboradores, a descrição detalhada do processo de geração de dados e a análise dos resultados. Este relato final deve refletir de forma fiel as vozes e experiências dos colaboradores, contribuindo para uma compreensão mais ampla e contextualizada do tema abordado.

Figura 1- Metodologia da Pesquisa

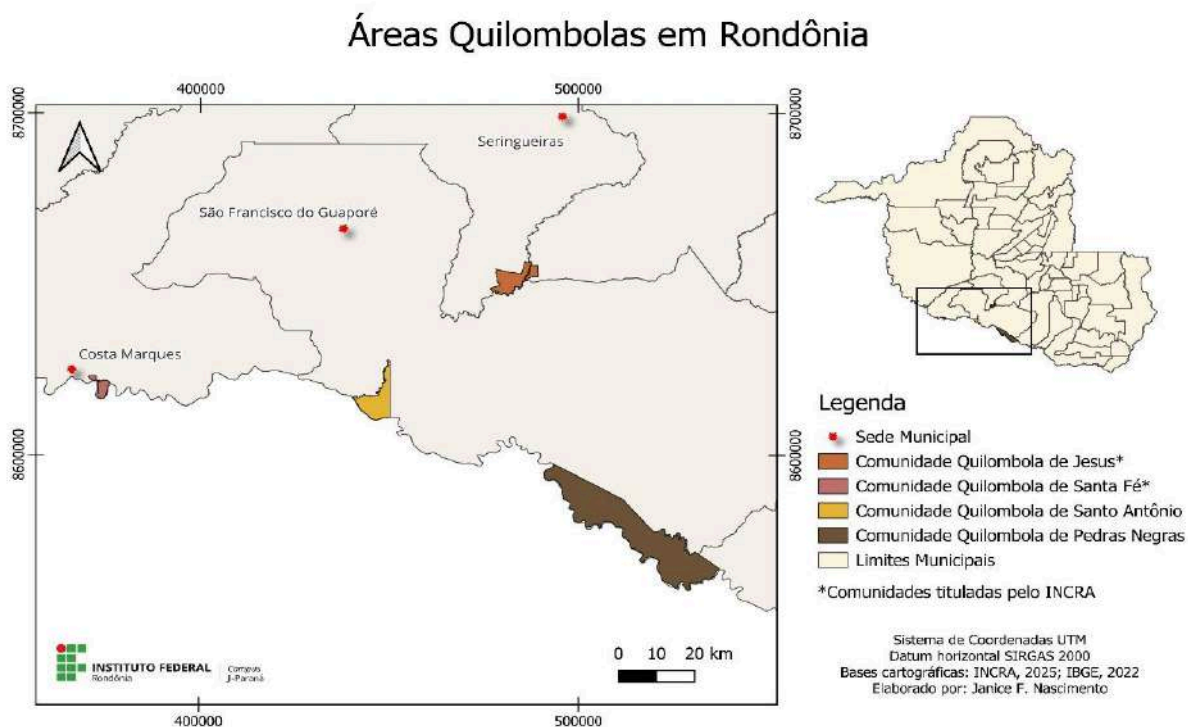


Fonte: Autora, 2025.

3.1 Procedimentos de geração dos dados de campo

A pesquisa foi realizada na Comunidade Quilombola de Jesus, território remanescente certificado pela Fundação Cultural Palmares, localizado no Vale do rio São Miguel - Rondônia, a aproximadamente 110 km da sede urbana do município de São Miguel do Guaporé (RO).

Figura 2- Mapa com a Localização de Algumas Áreas Quilombolas em Rondônia

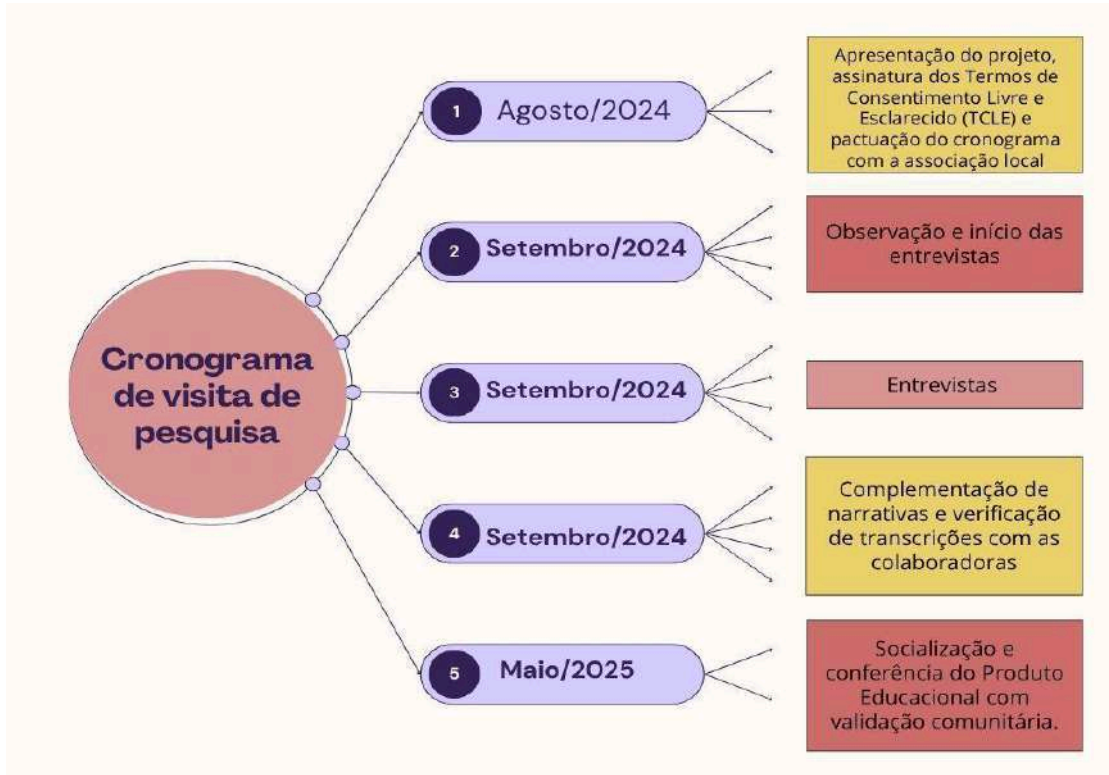


Durante a elaboração do mapa com a representação das áreas quilombolas, constatou-se a impossibilidade de incluir todas as comunidades localizadas no estado de Rondônia. O motivo principal foi a ausência de dados completos no arquivo shapefile disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fonte oficial de referência para esse tipo de informação geoespacial.

Antes do trabalho de campo, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRO (Protocolo 80431924.5.0000.5653; Parecer 6.994.936, de 09 ago. 2024). A geração dos dados obedeceu a quatro etapas sequenciais: apresentação, coleta, validação preliminar e conferência final,

distribuídas em 05 (cinco) incursões a campo entre agosto de 2024 e maio de 2025:

Figura 3 - Cronograma das visitas de pesquisa



Fonte: Autora, 2025

As entrevistas foram conduzidas com três mulheres, identificadas neste trabalho como Tereza Assunção de Oliveira, Aldina Assunção de Oliveira e Beatriz Rosa dos Santos. Conduzidas de modo informal e descontraído, elas abordaram o cotidiano, a saúde, as tradições e as relações de gênero, revelando a importância do papel feminino na comunidade. Apesar da ausência de homens nas entrevistas, os relatos colhidos contribuíram significativamente para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais presentes na Comunidade Quilombola de Jesus. O corpus da pesquisa caracteriza-se, portanto, por um olhar feminino. Ao todo, foram realizadas 03 (três) entrevistas gravadas em áudio (duração média de 25 a 30 minutos), além de notas em diário de campo, registros fotográficos

A triangulação entre entrevistas, diário de campo e observação garantiu consistência às interpretações e sustentou a construção do referencial apresentado na conferência do Produto Educacional. Esse percurso metodológico assegura transparência sobre como os dados foram gerados, respeitando critérios éticos e reforçando o caráter participativo da pesquisa com a Comunidade Quilombola de Jesus.

3.2 Etapas Metodológicas e análise dos dados

A análise dos dados produzidos na pesquisa foi guiada pelo método da História Oral, conforme sistematizado por Meihy e Holanda (2007), estruturado em três momentos essenciais: transcrição, textualização (aqui chamada de contextualização) e transcrição. Cada uma dessas etapas foi conduzida com rigor metodológico e sensibilidade, de modo a preservar a riqueza das narrativas e respeitar a voz das colaboradoras da Comunidade Quilombola de Jesus.

A transcrição constituiu o primeiro movimento analítico e representou uma etapa fundamental para a conversão da oralidade em linguagem escrita, respeitando as expressões linguísticas, pausas, emoções e marcas culturais presentes nas falas. Esse processo foi realizado cuidadosamente, buscando não apenas a fidelidade formal ao conteúdo gravado, mas também o compromisso ético de resguardar a integridade das falas e a subjetividade das interlocutoras.

Na etapa seguinte, de contextualização, os relatos foram inseridos em seu contexto histórico, social e cultural. Esta fase foi indispensável para compreender as falas em sua totalidade, vinculando-as ao cotidiano da comunidade, às relações de pertencimento e aos processos históricos que moldam as experiências das mulheres quilombolas. A contextualização permitiu ampliar o sentido das narrativas e destacou a relevância do saber local como forma legítima de conhecimento.

Por fim, a etapa da transcrição consistiu em um exercício de reinterpretação dos relatos, mediado pela escuta atenta e pelo diálogo entre a pesquisadora e as colaboradoras. A transcrição não se resume a uma tradução literal ou técnica das falas, mas sim à reconstrução textual que mantém viva a essência da narrativa, respeitando a perspectiva das interlocutoras e ampliando sua inteligibilidade para o leitor. Essa prática reconhece o papel ativo do pesquisador na mediação das vozes, sem se sobrepor a elas, promovendo uma análise que valoriza tanto o individual quanto o coletivo.

A partir desse percurso, emergiram categorias temáticas que orientaram a compreensão das experiências relatadas. A análise centrou-se em aspectos como o papel das mulheres na organização comunitária, os saberes tradicionais, as práticas de cuidado e resistência, e as relações de pertencimento à terra e à ancestralidade. Ainda que a presença masculina não tenha se feito presente nas entrevistas, o olhar

das mulheres revelou-se potente e abrangente, oferecendo subsídios valiosos para compreender as dinâmicas culturais da comunidade.

Assim, a análise dos resultados reafirma o compromisso da pesquisa participante com a valorização das vozes historicamente silenciadas, destacando a potência da História Oral como ferramenta de investigação sensível, política e transformadora. A escuta ativa, a imersão no campo e o processo de co-construção do conhecimento foram essenciais para garantir que os dados produzidos representassem, de fato, as múltiplas dimensões da vida na Comunidade Quilombola de Jesus. Este processo analítico possibilitou não apenas interpretar os dados à luz das vivências locais, mas também alimentar criticamente o desenvolvimento do produto educacional, o Referencial para a Abordagem da Temática Quilombola no âmbito do IFRO, ancorado nas demandas, valores e saberes expressos pelas colaboradoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os principais achados da pesquisa, com base nas entrevistas realizadas com três mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus. As falas das colaboradoras foram tratadas como documentos vivos de memória, saberes e experiências, conforme orienta a metodologia da história oral, e revelam um conjunto de práticas e sentidos fundamentais para a compreensão da realidade local.

A análise foi estruturada em categorias temáticas emergentes das narrativas, articuladas com autores(as) que discutem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os saberes tradicionais, o conceito de trabalho e os direitos das comunidades quilombolas. Cada categoria permite evidenciar dimensões que sustentam a proposta de um Referencial para o IFRO, contribuindo para a construção de uma EPT contextualizada, crítica e socialmente comprometida com as identidades quilombolas.

Mais do que dados empíricos, as falas aqui apresentadas revelam a potência educativa do cotidiano da comunidade, convocando o campo da EPT a repensar suas práticas e currículos a partir dos territórios e dos sujeitos historicamente marginalizados. Os resultados demonstram que os saberes locais, as formas de trabalho, as estratégias de resistência e o protagonismo das mulheres são pilares fundamentais para a formulação de políticas educacionais antirracistas e transformadoras.

4.1. A Comunidade Quilombola de Jesus

A Comunidade Quilombola de Jesus, situada às margens do Rio Guaporé, nos municípios de São Miguel do Guaporé e Seringueiras, no estado de Rondônia, constitui um exemplo emblemático da resistência e da resiliência das comunidades afro-brasileiras frente à histórica exclusão social e à contínua luta por identidade, território e dignidade. Sua história remonta ao período colonial, quando populações negras escravizadas, em busca de liberdade, autonomia e preservação de suas culturas, formaram grupos em áreas de difícil acesso, dando origem a núcleos sociais baseados em solidariedade, coletividade e resistência.

A fundação da Comunidade de Jesus está diretamente ligada à figura de Jesus Gomes de Oliveira, conhecido como Sr. Jesus, um dos principais articuladores

da formação da comunidade. Sua liderança visionária foi fundamental para a união das famílias locais e para a construção de um senso de pertencimento coletivo, em um contexto de constante disputa por território e reconhecimento. Sr. Jesus tornou-se um símbolo de identidade e coesão, sendo lembrado pelos moradores como um pilar da comunidade, cuja influência ainda ressoa na organização social local.

Figura 4. Sr. Jesus e D. Luiza. In memoriam. Matriarca e patriarca da Comunidade.



Fonte: Enviado por Tereza Assunção de Oliveira (moradora da comunidade).

Segundo Silva (2011), a Comunidade de Jesus é um espaço singular, no qual as narrativas, histórias e conversas com os habitantes revelam as formas específicas de vivência e construção territorial. A configuração da comunidade é marcada por uma organização familiar sólida, sustentada por um sistema de parentesco robusto e por uma economia baseada na subsistência. O cultivo agrícola, a criação de animais e a coleta de recursos naturais compõem o cotidiano dos moradores, pautado por práticas de trabalho cooperativo, partilha e respeito mútuo.

A inserção da Comunidade Quilombola de Jesus na cena institucional ocorreu de forma gradual. Ainda nos anos 1980, o contato com uma professora que avistou jovens da comunidade marcou o início do reconhecimento externo. Apesar disso, os moradores mantêm um forte sentimento de identidade própria, muitas vezes se considerando à parte das dinâmicas sociais externas. Esse sentimento reflete-se na maneira como lidam com os impactos da intensificação das interações com a sociedade envolvente. A abertura de estradas e a ampliação da circulação de pessoas, embora tenham trazido algumas oportunidades, também geraram desafios

como o alcoolismo e a perda de interesse de parte da juventude pelas práticas tradicionais.

A luta pelo reconhecimento formal como quilombola se intensificou nos anos 2000. A Comunidade de Jesus foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares por meio de portaria emitida em 2006. Posteriormente, com base no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado por uma comissão multidisciplinar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu o título de domínio coletivo do território em 25 de agosto de 2010, sendo este substituído por um novo título, emitido em 19 de dezembro de 2022, corrigindo um equívoco formal. Segundo Demício (2021), a conquista da titulação se deve em grande parte à militância da professora Esmeraldina Leite Coelho, que representou ativamente a comunidade junto ao INCRA.

O território titulado abrange 5.627 hectares e faz da Comunidade Quilombola de Jesus a primeira a obter reconhecimento formal em Rondônia, sendo atualmente uma das duas únicas comunidades tituladas no estado — a outra é a Comunidade Quilombola Santa Fé, no município de Costa Marques (INCRA, 2024). Ainda segundo dados da Fundação Palmares (2022), existem oito comunidades quilombolas certificadas em Rondônia, das quais seis ainda se encontram em diferentes fases do processo de regularização territorial.

A trajetória da Comunidade Quilombola de Jesus expressa, portanto, uma articulação complexa entre memória, território e identidade. Sua história é marcada pela superação de obstáculos, pela preservação de tradições e pela valorização da coletividade. Mais do que uma conquista fundiária, o reconhecimento formal de seu território simboliza a luta por justiça histórica e por políticas públicas que respeitem e promovam a autonomia dos povos quilombolas, garantindo a continuidade de suas histórias, culturas e modos de vida.

4.2 O modo de vida quilombola: uma perspectiva vivenciada

O modo de vida na Comunidade Quilombola de Jesus revela-se de forma viva, relacional e profundamente enraizada nas práticas cotidianas e nas memórias partilhadas entre seus membros. Essa percepção não se deu apenas pela observação externa, mas foi construída a partir da convivência e do envolvimento

direto com as mulheres da comunidade durante as visitas realizadas entre agosto e setembro de 2024. Ao vivenciar os ritmos, os silêncios e os encontros naquele território, foi possível compreender que o cotidiano quilombola está imerso em valores de solidariedade, oralidade, espiritualidade e pertencimento ao chão em que se vive.

Figura 5 - Estrada de acesso à Comunidade de Jesus



Fonte: Autora, setembro de 2024.

Logo na primeira visita, realizada em 22 de agosto, fui acolhida com generosidade pelas mulheres da comunidade. Em um ambiente de escuta e conversa espontânea, apresentei o projeto de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e encontrei, nas trocas informais, uma porta de entrada para o universo simbólico e afetivo da comunidade. As mulheres compartilharam histórias, riram, lembraram-se de antigos costumes e abriram espaço para a confiança mútua, essencial ao método da história oral.

A “casinha de palha”, mencionada em diferentes momentos pela Tereza, revelou-se um espaço central na vida da comunidade. Aparentemente simples, é nesse ambiente que as mulheres se reúnem após o almoço para conversar, partilhar preocupações e cultivar afetos. A estrutura modesta, uma mesa e dois bancos de madeira é preenchida por vozes e risos que tecem o tecido social da coletividade. “Depois do almoço eu venho pra cá. Eu mesmo, quando acabo de almoçar, fico por aí...” (Tereza). Ali se costuram lembranças, saberes e afetos.

“Os meninos, até os homens, nunca fazem nada se não perguntar pra mim” (Tereza), a afirmação revela uma liderança feminina alicerçada na confiança e no

reconhecimento coletivo. Essa forma de condução do cotidiano corresponde ao que Néspoli (2021) descreve como característica central dos quilombos: mulheres guardiãs da memória e da ancestralidade, articuladoras de relações que mantêm a coesão grupal. Em consonância, Santos (2014) demonstra a relevância dessa liderança ao analisar a trajetória de Eva Maria de Jesus na comunidade negra “Tia Eva”, onde sua atuação como figura de referência fortaleceu redes de solidariedade e identidade cultural após a abolição. A narrativa de Eva evidencia como as mulheres, por meio de suas ações, assumem o protagonismo na gestão das dimensões sociais e culturais, assegurando a continuidade e a resistência de suas comunidades frente à exclusão social e racial. Assim, tanto o depoimento da Tereza quanto os estudos de Néspoli (2021) e Santos (2014) convergem ao destacar a força das mulheres quilombolas na preservação das tradições e na sustentação das estratégias coletivas de sobrevivência e empoderamento.

Nas visitas seguintes, percebi nuances na receptividade da comunidade, especialmente entre os homens, que se mostraram mais distantes e pouco dispostos a participar. A presença feminina, ao contrário, continuou sendo fundamental para a realização das entrevistas e o desenvolvimento da pesquisa. Ao colaborar em tarefas como descascar mandioca com a Tereza e uma sobrinha, criei pontes simbólicas com minhas próprias memórias familiares. A interação com essas mulheres me fez perceber como o fazer junto é também uma forma de dizer, ensinar e acolher. A prática de preparar alimentos em grupo e partilhá-los resgata memórias da minha infância e reforça uma conexão identitária com o modo de vida quilombola.

Durante uma dessas visitas, Aldina compartilhou desejos e limitações. Sua fala revelou preocupações com a saúde: “Agora tá difícil, né? A saúde me deixou mais parada. Não posso mexer muito, as dores nas costas estão demais. Mas, antigamente, era mais animado. A gente fazia as coisas... construía casa, plantava...” (Aldina). O desejo por formação em culinária surge como estratégia concreta de sobrevivência, mas também de afeto. Ela enfatiza a importância da comida como forma de cuidado e convivência: “Eu falei isso porque o chefe da casa gosta de comer, quanto mais a comida é melhor, ele gosta, ele adora. Eu não tô na casa pra fazer comida, aí eu já falo logo pra ele: não sai bom, não.” (Aldina). Mais do que aprender uma técnica, ela busca uma forma de se reconectar com sua função social dentro da casa e da comunidade. Conforme Gondim (2022), é nesse entrelaçamento entre vida, afeto, memória e prática que se produz a escrevivência,

ou seja, a conversão das experiências vividas em narrativas que reafirmam a existência e o pertencimento.

Contudo, a realidade denuncia a ausência de políticas públicas comprometidas com essas demandas. Aldina menciona promessas não cumpridas e a dificuldade de acessar cursos que dialoguem com sua forma de aprender:

Curso de culinária! Uma vez disseram que iam vir, a gente ficou esperando, mas ninguém chegou aqui. Eu queria aprender um tanto de coisa boa, mas do jeito que é hoje, eu esqueço os ingredientes. Tem que ser curso que a gente faz junto, aprendendo na hora, botando a mão na massa. (Aldina).

A fala explicita o desencontro entre o que é ofertado institucionalmente e o que é demandado pelas comunidades. Como afirmam Trindade e Santos (2023), a história das comunidades quilombolas na Amazônia é atravessada por apagamentos e promessas não concretizadas, que perpetuam a marginalização dos seus direitos. Ela propõe, ainda, uma metodologia sensível ao seu modo de aprender: “Pra mim tinha que ser assim: eles trazem aqui, vão falando e a gente vai fazendo. É assim que aprende. Tem que ver e fazer junto, senão esquece.”(Aldina).

Essa proposição de formação por meio da prática, da oralidade e da coletividade dialoga com as epistemologias decoloniais defendidas por Walsh, Candau e Cordeiro e Araújo (2023), que reconhecem nos saberes tradicionais formas legítimas de produção de conhecimento. A recusa à separação entre teoria e prática, corpo e mente, está presente nas proposições pedagógicas dessas epistemologias, que reivindicam uma educação situada, enraizada e anticolonial.

Assim, ao final de sua fala, a Colaboradora sintetiza a centralidade do território, da oralidade e do pertencimento como condição para qualquer ação formativa: “Aprender a gente quer. Só falta quem traga esse conhecimento do nosso jeito. ” (Aldina).

É justamente esse “nosso jeito” que precisa ser reconhecido, valorizado e integrado às políticas educacionais no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Como apontam Alves e Melo (2021), a ausência da temática quilombola nos currículos da EPT representa mais uma forma de racismo epistêmico que reforça silenciamentos e exclusões. Portanto, dar lugar às falas das mulheres quilombolas não é apenas uma escolha metodológica ou estética, mas um posicionamento político e ético alinhado às epistemologias decoloniais e à justiça social.

Já Beatriz, por sua vez, trouxe à tona a força dos sonhos em uma conversa marcada por espontaneidade e afetividade, falou com entusiasmo sobre sua paixão pela terra, seu gosto pela culinária tradicional e o desejo profundo de estudar. Ao falar sobre sua trajetória, destacou: “Aqui é a minha experiência de vida na comunidade, de aprender a ler. Eu tô doida pra aprender a ler... eu aprenderei a ler, é meu sonho”. Esse desejo de aprender não se restringe à alfabetização, mas se estende ao sonho de cursar o ensino superior: “Se eu for chegar a ler bem... eu vou querer fazer uma faculdade, eu tenho o sonho de fazer isso”. A educação, para ela, representa um caminho de afirmação, autonomia e esperança.

Ao descrever suas práticas alimentares e a riqueza dos saberes culinários que cultiva com zelo, a colaboradora afirma: “Nós faz bolo de puba, nós faz o beiju, nós faz tapioca. Eu faço biscoito de polvilho... Tudo a gente faz”. (Beatriz) Essa produção alimentar, baseada no uso de recursos locais e na partilha entre gerações, é também um ato de resistência cultural, como destaca Silva (2018), ao tratar das práticas tradicionais como formas de manter viva a memória coletiva dos quilombos.

Além disso, Beatriz expressa uma clara consciência ecológica, ao dizer: “Não maltrata a natureza. Lá em casa nós só roça o pouquinho só que é pra fazer a roça”. A relação equilibrada com a terra revela aquilo que é apontado por Sousa e Santos (2019) no que diz respeito à possibilidade de interação entre conhecimento ancestral com novas técnicas que não rompem com o território, mas o fortaleçam.

Por fim, a colaboradora articula sua experiência de vida à proposta de uma EPT que dialogue com a realidade da comunidade: “Um curso ideal para a gente é fazer um curso pra gente aprender a fazer muita coisa, né? Mexer com a terra... Tem muitas plantas que a gente não sabe como é que mexe. Precisa de alguém que saiba ensinar”. (Beatriz). Essa fala evidencia o quanto a educação, quando contextualizada e conectada às vivências, pode funcionar como ferramenta de fortalecimento das identidades e promoção da justiça social.

Assim, o brilho no olhar ao mencionar a faculdade, os saberes compartilhados na cozinha e o cuidado com as plantas revelam não apenas sonhos individuais, mas o reflexo de uma coletividade que resiste, aprende e se reinventa em meio às adversidades. Como apontam os teóricos de base decolonial, reconhecer esses saberes e projetos de vida é condição para uma educação verdadeiramente emancipadora e comprometida com a dignidade quilombola.

A vivência na comunidade também foi marcada pelos silêncios, como os de uma das irmãs das colaboradoras, que preferiu recolher-se em todas as visitas, ou dos homens que se mantiveram à margem das entrevistas. Esses silêncios, embora desafiadores, também comunicam. Representam limites, medos, memórias dolorosas ou simplesmente modos próprios de se posicionar diante de uma pesquisa externa. Compreender esses silêncios como parte do discurso é essencial à escuta sensível que o método da história oral propõe.

A partir dessas experiências, compreendemos que o modo de vida quilombola não pode ser capturado apenas por perguntas estruturadas ou descrições objetivas. Ele se expressa nas práticas cotidianas, nos gestos de cuidado, nas pausas, nas lembranças evocadas, nos alimentos preparados com afeto e nas redes de solidariedade entre as mulheres. É um modo de vida que resiste, que ensina e que carrega em si o legado ancestral de luta, espiritualidade e pertencimento ao território.

Essa convivência direta, permeada por escuta sensível e respeito às dinâmicas locais, permitiu não apenas a compreensão do modo de vida quilombola em sua profundidade, mas também o reconhecimento de um campo fértil de saberes que desafia modelos educacionais hegemônicos. Ao valorizar as práticas do cotidiano, os afetos e os silêncios, a pesquisa reafirma a urgência de uma Educação Profissional e Tecnológica que se construa a partir do território, da memória e da vida das pessoas, especialmente das mulheres negras que sustentam, com coragem e delicadeza, os alicerces de suas comunidades.

A trajetória da Comunidade Quilombola de Jesus, entrelaçada com lutas por reconhecimento, preservação da memória coletiva e resistência cotidiana, revela um modo de vida que desafia invisibilizações históricas. Ao mesmo tempo, sua história oferece subsídios potentes para repensar a EPT a partir de uma perspectiva crítica, contextualizada e comprometida com a justiça social. A inserção dos saberes quilombolas no campo educacional não deve ser vista como um favor ou um apêndice, mas como parte constitutiva de um projeto educativo plural, que reconhece as múltiplas formas de produzir conhecimento. Assim, conhecer e valorizar a Comunidade Quilombola de Jesus não é apenas um exercício de escuta e respeito é também um gesto político-pedagógico essencial à construção de uma educação verdadeiramente democrática e antirracista.

A compreensão desse modo de vida, enraizado na solidariedade, na oralidade e no pertencimento, fundamentou a inclusão, no Referencial, da diretriz que propõe a valorização dos espaços comunitários e das práticas cotidianas como instâncias formativas. As falas sobre a “casinha de palha” e a centralidade das relações femininas na condução da vida coletiva levaram à formulação de orientações para que cursos da EPT sejam planejados considerando a dinâmica comunitária, o tempo social da comunidade e a utilização de metodologias de ensino-aprendizagem que dialoguem com o fazer compartilhado, reforçando vínculos e fortalecendo identidades.

4.3 O Referencial como expressão da escuta quilombola

A concepção de um Referencial para informar gestão, docentes e técnicos do IFRO sobre a temática quilombola se apoiou na escuta atenta das narrativas de mulheres que vivem a realidade da Comunidade Quilombola de Jesus. Embora o número de entrevistas tenha sido limitado a três, cada voz carrega a força de um coletivo, evidenciando aspectos fundamentais da história, das aspirações e dos desafios enfrentados pela comunidade.

Para além das experiências individuais, as entrevistas também abordaram as dificuldades que a comunidade enfrenta quanto à preservação do território, ao acesso a recursos básicos e à continuidade das práticas culturais. “Antes, tudo que a gente comia vinha da nossa terra. Agora, a gente tem que comprar muita coisa na cidade, e nem sempre tem dinheiro pra isso”, lamentou Beatriz, evidenciando como a migração de jovens em busca de oportunidades pode comprometer a transmissão intergeracional dos saberes e, conseqüentemente, a manutenção das tradições. Esse fenômeno demonstra a importância de estratégias que incentivem a permanência dos jovens no território, oferecendo possibilidades de formação e trabalho dentro da própria comunidade.

4.4 Cotidiano coletivo e a “casinha de palha”: lugar de memória e educação

As visitas realizadas à Comunidade Quilombola de Jesus evidenciaram um cotidiano marcado por práticas coletivas, centralizadas em valores como cooperação, acolhimento e resistência cultural. A “casinha de palha” emerge como

símbolo deste cotidiano, situada no centro da comunidade, não constitui apenas um espaço físico, mas um local de convivência, memória e fortalecimento dos laços comunitários. As mulheres da comunidade demonstraram habilidade em conciliar tarefas domésticas com a manutenção das tradições.

Figura 6- Casinha de palha: um espaço de convivência, trocas e vivências comunitárias



Fonte: Márcio Siqueira, maio de 2025.

A “casinha de palha”, mencionada de forma recorrente pela Tereza, configura-se como um espaço simbólico de grande relevância para a Comunidade Quilombola de Jesus. Estruturada de maneira simples, com uma mesa, dois bancos de madeira e cobertura de palha, esse ambiente se destaca não apenas pela materialidade, mas pelas relações sociais, afetivas e formativas que ali se desenrolam cotidianamente.

Como explicou Tereza “Depois do almoço eu venho pra cá. Eu mesmo, quando acabo de almoçar, fico por aí...”, evidenciando que, após os afazeres domésticos e o almoço, é na casinha que as mulheres se reúnem para conversar, partilhar preocupações, refletir sobre a vida comunitária e cultivar afetos. A casinha se torna, assim, um ponto de encontro espontâneo e cotidiano, onde as presenças femininas tecem e sustentam os vínculos comunitários.

Mais do que um local de convivência, a casinha de palha é um território de memória e de transmissão de saberes, um espaço de ensino e aprendizagem coletiva que extrapola os limites da escola formal. Tereza destaca: “Casa. Casa. Mas

quando eu pergunto... Casinha de palha. Casinha de palha. Então a gente já sabe que é ali...”, reafirmando sua centralidade na geografia afetiva e social da comunidade. A própria forma como os moradores se referem a ela expressa sua importância como referência espacial e relacional: “Assim, uma pergunta: ‘Uai, fulano tá onde?’ ‘Ali na casinha de palha’”. É ali também que histórias são contadas, memórias são revisitadas e as tradições são ressignificadas. Segundo a colaboradora: “Aí eu sentava um entre ela e ele... Aí eu ponhava dentro da casa deles umas coisinhas no chão... Ele ia contar a história pra gente. Contar, lembrar a época do pai dele” (Tereza).

Esse relato demonstra como, no interior da casinha, ocorre a transmissão intergeracional da história e de histórias da comunidade, saberes que não estão nos livros, mas que circulam entre os corpos e vozes, mantendo viva a herança ancestral.

A “casinha de palha”, portanto, não é apenas um abrigo físico, mas um espaço social e pedagógico de resistência, onde a oralidade, o cuidado e a coletividade sustentam processos de ensino e aprendizagem que dialogam com o cotidiano e com a cultura local. Representa, nas palavras da própria Tereza, uma tradição que não deve ser perdida: “Essa aqui é uma tradição nossa, ó. Eu não acabaria”. A casinha representa o que Gondim (2022) nomeia como espaço de escrivência: um território de construção de saberes femininos, comunitários e ancestrais, que resiste ao apagamento histórico por meio da oralidade e da convivência.

Assim, ao proteger e valorizar a casinha de palha, a comunidade reafirma o princípio de que a terra não é só território para viver, mas também um lugar de existência ancestral e coletiva (Santos, 2023). É uma construção feita com materiais do território, mas sustentada por valores herdados de gerações: reciprocidade, oralidade, memória e solidariedade. Trata-se de um espaço em que a Educação Profissional e Tecnológica pode e deve dialogar. Ao reconhecer esses territórios pedagógicos informais como potentes espaços educativos, abre-se a possibilidade de construir propostas formativas contextualizadas, que respeitem e valorizem as práticas comunitárias, os ritmos da vida coletiva e os saberes que emergem do chão onde se pisa.

4.5 O conceito de trabalho: falas da comunidade e implicações para a EPT

Nas falas das mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus, o trabalho aparece não como simples atividade produtiva, mas como prática profundamente conectada à vida, à memória e à coletividade. Beatriz rememora: “Quase tudo o que consumíamos vinha da terra. Produzíamos nosso feijão, farinha, criávamos porcos... Fazíamos muito suco de frutas do mato, especialmente de açaí”. Já Aldina conta com orgulho: “Fiz uma pasta de limpeza, é simples, mas funciona bem... a gente aprende do jeito que dá”. Tereza, por sua vez, rememora a prática coletiva da colheita e da produção alimentar tradicional, como o preparo da “saia de véia” (Prato típico da Comunidade Quilombola de Jesus, preparado à base de carne desfiada, cozida lentamente com temperos caseiros) e da “paçoca de carne” (preparação tradicional feita com carne desfiada e socada no pilão), transmitidos por sua mãe.

Essas falas revelam que, para essas mulheres, o trabalho é também uma forma de pertencimento e continuidade. Essa perspectiva dialoga diretamente com Antônio Bispo dos Santos (2023), para quem o trabalho nas comunidades tradicionais é um “modo de viver” que integra humanidade, natureza, ancestralidade e sustentabilidade. Ele propõe o conceito de “territorialização dos saberes”, em que o fazer está profundamente entrelaçado com o saber comunitário, com a ética do cuidado e com o respeito aos ciclos da natureza. Trata-se de uma lógica que valoriza a confluência entre sujeitos, tempos e conhecimentos: “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende” (Santos, 2023, p. 4). Nesse sentido, o trabalho nas comunidades quilombolas emerge como prática coletiva e pedagógica, que fortalece os laços sociais e preserva os modos de vida ancestrais.

Figura 7- Plantio de mandioca



Fonte: Autora, maio de 2025

Figura 8- Horta (plantio de cebolinha)



Fonte: Autora, maio de 2025.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, art. 39) define que o trabalho é uma das dimensões estruturantes da formação dos sujeitos, ao lado da ciência e da tecnologia. Contudo, essa concepção ainda se apresenta, na prática, de maneira limitada nos currículos das instituições de ensino, sobretudo quando se trata da realidade de comunidades quilombolas. Como destacam Alves e Melo (2021), há uma invisibilidade da temática quilombola na EPT, o que resulta em um afastamento entre as práticas educativas e os contextos socioculturais dos estudantes dessas comunidades.

Nesse sentido, os achados da pesquisa indicam a necessidade de ressignificação do conceito de trabalho no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no contexto do IFRO. Um Referencial significativo precisa incorporar a concepção de trabalho vivenciada pelas comunidades quilombolas como fundamento para o planejamento curricular. Trata-se de reconhecer e valorizar práticas como o roçado, o extrativismo, os mutirões, o artesanato e a culinária não apenas como meios de subsistência, mas como expressões legítimas de saber, cultura e identidade coletiva. Como afirma Antônio Bispo dos Santos “nossa geração avó dizia que a gente planta o que a gente quer, o que a gente precisa e o que a gente gosta, e a terra dá o que ela pode e o que a gente merece” (Santos, 2023, p. 58). Essa visão, que articula trabalho, natureza e reciprocidade, desafia as lógicas utilitaristas e fragmentadas do currículo tradicional, propondo uma abordagem que respeita os modos de vida quilombolas e os saberes ancestrais que sustentam sua relação com a terra e com o mundo.

Com base nessa abordagem, a EPT deixa de ser apenas um espaço de formação técnica para tornar-se um território de reconhecimento identitário, de fortalecimento cultural e de enfrentamento das desigualdades históricas. O conceito de trabalho, tal como emergiu das falas da comunidade e do pensamento de autores quilombolas, passa a ser entendido como prática social e política, essencial para a afirmação dos direitos e da autonomia dos povos quilombolas. O Referencial deverá, portanto, propor uma EPT contextualizada, antirracista e enraizada na realidade dos sujeitos que a ela têm direito.

A concepção de trabalho como prática social, cultural e política, presente nas falas das colaboradoras, foi incorporada ao Referencial como princípio estruturante para a definição de conteúdos e metodologias na EPT. A valorização de atividades

como roçado, extrativismo, culinária e artesanato orientou a proposição de cursos que reconheçam essas práticas não apenas como meios de subsistência, mas como patrimônios culturais e epistemológicos. Assim, o produto educacional propõe que o IFRO inclua, em seus currículos, atividades que respeitem a lógica do “territorializar saberes” (Santos, 2023), integrando produção, cultura e sustentabilidade.

4.6 O lugar das mulheres: protagonismo invisibilizado e potência para a EPT

As falas das entrevistadas revelam, de forma sensível e contundente, que o lugar das mulheres na Comunidade Quilombola de Jesus vai muito além das funções tradicionalmente atribuídas ao gênero. Elas assumem papéis centrais na produção de alimentos, na transmissão de saberes ancestrais, na gestão da vida cotidiana e na preservação da identidade quilombola. Aldina, apesar das dificuldades de saúde e acesso a recursos, relata, “queria poder fazer mais, sair mais, fazer uma casa, criar, mas não consigo”. Nota-se latente um sentimento de responsabilidade e resistência que marca a trajetória dessas mulheres.

A Tereza, por sua vez, mostra como mesmo as mulheres que tentam “se afastar” acabam naturalmente assumindo a liderança: “tento me afastar, mas quando percebo, já estou envolvida de novo. Cuidar da comunidade acaba sendo uma responsabilidade natural pra mim.” Essa centralidade do feminino como força de organização e continuidade comunitária está profundamente enraizada na história dos quilombos, como apontam Dantas (2013) e Sousa e Santos (2019), ao destacar que os territórios quilombolas são espaços de resistência e reorganização social onde os laços familiares e a solidariedade são fundamentais.

O modo como essas mulheres falam da produção, do cuidado com a terra, da alimentação e da transmissão cultural expressa o que Antônio Bispo dos Santos (2023) entende como equilíbrio entre ancestralidade, meio ambiente e identidade negra. Ao relatarem receitas tradicionais como o “biscoito de cruêra” (alimento tradicional à base de farinha de mandioca, preparado artesanalmente pelas mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus) ou a “paçoca de carne” (preparação tradicional feita com carne desfiada e socada no pilão) as colaboradoras reafirmam o território como espaço de memória e identidade, onde os modos de “fazer e viver” são passados de geração em geração, como destacou também Beatiz: “Meus pais

me ensinaram muitas coisas, e agora eu passo esse conhecimento para meus filhos e netos.”

Contudo, a realidade atual impõe desafios estruturais: a invisibilização da mulher quilombola nos espaços institucionais contribui para a perpetuação da ausência de políticas públicas que atendam às suas especificidades, dificultando o reconhecimento de suas demandas e o acesso a direitos fundamentais. Essa ausência de ações específicas reforça a marginalização dessas mulheres, tornando ainda mais difícil o enfrentamento às opressões de racismo e sexismo que enfrentam diariamente (Lima e Moura Junior, 2024). No campo educacional, Lima e Souza (2015) evidenciam que a oferta de EPT raramente incorpora currículos sensíveis às realidades quilombolas. Tal ausência produz lacunas de formação profissional, aprofunda a dependência econômica e restringe a participação das mulheres quilombolas nos processos decisórios institucionais, situação confirmada pelas colaboradoras desta pesquisa, que relatam dificuldades de acesso à educação formal e profissionalizante.

Nesse cenário, é urgente que a Educação Profissional e Tecnológica assuma um compromisso real com a transformação social. Frigotto (2005) e Afonso (2016) defendem uma EPT integrada ao mundo do trabalho e às dimensões da vida concreta. Isso implica reconhecer os saberes das mulheres quilombolas não como conhecimentos marginais, mas como fundamentos de uma pedagogia crítica, contextualizada e emancipadora.

Diante disso, as políticas institucionais, incluindo a proposta de cursos para tais comunidades, devem priorizar o olhar quilombola. Como disse Beatriz, “o importante é que os cursos sejam relevantes para a nossa realidade”. Isso exige romper com modelos tecnicistas e universalizantes, oferecendo formações que dialoguem com a agricultura tradicional, o artesanato, a culinária local e a produção de saberes ligados à terra, à cultura e à vida em comunidade.

O protagonismo feminino, evidenciado nas narrativas, embasou a diretriz do Referencial que prevê a centralidade das mulheres quilombolas como sujeitos ativos no planejamento e execução das ações formativas. O produto educacional estabelece que os cursos considerem as demandas expressas por elas como culinária, artesanato e manejo da terra e que o IFRO desenvolva estratégias para superar as barreiras de acesso impostas pelo racismo e pelo sexismo estruturais. Nesse sentido, o Referencial sugere a criação de políticas institucionais que

incentivem a participação das mulheres em espaços decisórios e que reconheçam formalmente seus saberes como parte da EPT.

4.7 Geração de renda: entre a autonomia e os desafios

As estratégias de geração de renda na Comunidade Quilombola de Jesus são marcadas pela criatividade, pela coletividade e pela conexão direta com a terra e os saberes tradicionais. Beatriz nos informa que quando precisam de dinheiro, “vendemos farinha ou trocamos produtos nos mercados locais, assim conseguimos comprar os itens que não produzimos.” Já Aldina relata sua experiência na produção de sabão caseiro e de pasta de limpeza com produtos acessíveis, embora enfrente dificuldades para obter os ingredientes: “comprei a soda, mas faltou o sebo e o álcool, aí não tinha como fazer o sabão. ”

Essas práticas, ainda que muitas vezes invisibilizadas pelas políticas públicas, são formas concretas de autonomia. Elas se conectam ao que Antônio Bispo dos Santos (2023) conceitua como biointeração, uma relação recíproca e respeitosa entre seres humanos, natureza e ancestralidade, na qual o saber não é separado da vida, mas produzido a partir das trocas entre corpo, território, memória e espiritualidade. Nesse contexto, o conhecimento se manifesta em práticas como o cultivo, a colheita, o preparo dos alimentos, a produção artesanal e o cuidado com a terra.

No entanto, essas formas de geração de renda enfrentam desafios estruturais. Como ressalta Aldina, “fui atrás de dinheiro, mas tá difícil”, revelando a ausência de políticas de apoio contínuas e a dificuldade de acessar direitos básicos, como assistência financeira e saúde. As barreiras de mobilidade, relatadas também por Tereza e Beatriz, limitam o acesso a cursos e capacitações, o que compromete o fortalecimento das práticas produtivas locais.

Diante do exposto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) precisa cumprir seu papel constitucional de integrar formação, trabalho e cidadania. Frigotto (2005) e Afonso (2016) defendem que a EPT deve articular ciência, cultura e prática social, contribuindo não apenas para a inserção no mercado formal, mas também para o fortalecimento de economias locais e de modos de vida diversos. As colaboradoras manifestam claramente o desejo por formações práticas e contextualizadas. Tereza afirma: “As mulheres gostariam de cursos de culinária e

artesanato.” Beatriz propõe cursos sobre o cultivo da terra, enquanto Aldina aponta para a necessidade de aprender “com a mão na massa”. Essas falas sugerem um modelo de EPT comprometido com a geração de renda como estratégia de autonomia, e não apenas como preparação para um mercado de trabalho excludente.

Portanto, ao repensar a geração de renda como prática social e cultural, a EPT tem a oportunidade de se tornar uma ferramenta de justiça social, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável e fortalecendo as redes de solidariedade que sustentam a vida nos quilombos.

A diversidade de práticas produtivas relatadas pelas colaboradoras, desde a venda de farinha até a produção artesanal de sabão e pasta de limpeza, foi traduzida no Referencial como potencialidades para o fortalecimento da economia local por meio da EPT. O produto educacional sugere que o IFRO desenvolva cursos que, além de gerar renda, fortaleçam as redes de solidariedade e a autonomia comunitária, com foco em metodologias práticas, contextualizadas e de baixo custo. Dessa forma, a geração de renda é abordada não apenas como objetivo econômico, mas como estratégia de soberania e permanência no território.

4.8 Saberes e práticas locais como potencialidades para a EPT

A vida cotidiana das mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus é atravessada por saberes tradicionais que se manifestam em práticas alimentares, produtivas, espirituais e educativas. Esses conhecimentos, transmitidos oralmente, revelam um patrimônio imaterial rico, que permanece ativo nas relações sociais e nas formas de produzir e viver no território. Como afirma Tereza: “Muitas receitas e técnicas de antigamente ainda são vivas. Minha mãe fazia um prato chamado 'saia de véia'... também fazemos paçoca de carne, e o biscoito de cruêra.” Já Beatriz valoriza a culinária e o uso de termos locais, como *beiju*, *bolo de puba*, *pé de moleque*, entre outros, afirmando: “Tudo isso faz parte do nosso dia a dia e merece ser registrado.”

As práticas tradicionais, como o preparo do “mingau da caridade” (preparação alimentar tradicional feita pela matriarca da comunidade para cuidar dos enfermos), mencionado por Tereza em uma das entrevistas, representam muito mais do que uma prática culinária; são manifestações de solidariedade, cuidado e pertencimento.

Incorporar essas práticas em uma proposta educacional possibilita não apenas o reconhecimento cultural, mas também a aplicação prática desses saberes em cursos voltados à culinária tradicional, nutrição e saúde comunitária.

Sousa e Santos (2019) reforçam que o trabalho e o saber nas comunidades quilombolas são práticas sociais e políticas que se contrapõem às formas alienantes do modelo capitalista. Essas práticas são também formas de resistência e afirmação da identidade negra, que se manifestam na agricultura tradicional, na culinária, no artesanato, nas festas, nas crenças e nos modos de convivência. No entanto, essas formas de conhecimento ainda são pouco valorizadas pelas instituições educacionais, especialmente nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

As falas das colaboradoras revelam o desejo por uma educação que reconheça esses saberes como legítimos e os transformem em instrumentos de formação e autonomia. Aldina expressa claramente essa expectativa: “precisamos de cursos práticos, que a gente possa aplicar no dia a dia, culinária, por exemplo, esse é o tipo de curso que a gente quer”. Beatriz acrescenta: “O importante é que os cursos sejam relevantes para a nossa realidade. ” Essa demanda está em consonância com a proposta de uma EPT contextualizada e omnilateral, como defendem Frigotto (2005) e Afonso (2016). Para esses autores, a EPT deve promover a integração entre ciência, cultura e prática social, valorizando os conhecimentos populares e ampliando as possibilidades de desenvolvimento humano e territorial.

Outros aspectos do cotidiano da comunidade também têm potencial educativo. As atividades agrícolas, como o cultivo de mandioca e a produção de alimentos, evidenciam um profundo conhecimento sobre a terra e os ciclos naturais. Essas práticas podem ser articuladas com cursos técnicos em agroecologia, manejo sustentável e empreendedorismo rural, vinculando a tradição com a inovação tecnológica.

O mapeamento de receitas, técnicas e conhecimentos tradicionais foi incorporado ao Referencial como justificativa para a criação de um glossário cultural e de módulos formativos que valorizem a culinária, o artesanato, o manejo agrícola e o uso de plantas medicinais. O produto educacional orienta que tais saberes sejam integrados às formações da EPT como conteúdos legítimos, favorecendo a construção de currículos interdisciplinares que combinam tradição e inovação

tecnológica. Assim, as práticas locais deixam de ser tratadas como “complementares” e passam a ocupar posição central nas propostas pedagógicas.

4.9 Desafios na relação entre comunidade e EPT

Beatriz trouxe à tona um desafio crucial ao expressar o desejo de acesso à educação formal e ao aprendizado da leitura e escrita: "Meu sonho é aprender a ler, eu vejo os outros lendo e queria ser assim também, se um dia eu aprender a ler, quero estudar mais e fazer um curso, quem sabe até uma faculdade". Sua fala revela a falta de oportunidades de escolarização na infância e o anseio de integrar o conhecimento institucionalizado. Dessa forma, torna-se urgente a elaboração de políticas educacionais que contemplem as particularidades das comunidades quilombolas, garantindo uma educação contextualizada e a valorização de seus saberes tradicionais, em consonância com Alves e Melo (2021), que salientam a importância de inserir a temática quilombola na EPT, promovendo a diversidade cultural e étnica.

Já Tereza reforça essa necessidade ao destacar que o acesso à educação profissional poderia abrir novos horizontes para a juventude da comunidade:

Se os cursos viessem até nós, seria muito melhor. Alguns jovens daqui sonham em estudar enfermagem, outros agronomia. Cursos voltados para a terra seriam muito úteis, pois a maioria trabalha com agricultura. Também seria interessante cursos de mecânica, pois muitos sabem consertar motores e equipamentos sem nunca terem estudado formalmente. As mulheres, por sua vez, gostariam de cursos de culinária e artesanato. Eu mesma gosto muito de cozinhar e de fazer tapetes de retalho. (Tereza).

A fala de Tereza sugere que a educação profissional pode se tornar uma ferramenta poderosa para o fortalecimento da comunidade, desde que esteja adaptada às suas realidades e saberes tradicionais. Ela também ressalta as barreiras de acesso enfrentadas pelos membros da comunidade, especialmente pela localização geográfica e pela falta de infraestrutura para deslocamento:

Se houver acesso a cursos profissionalizantes, os jovens podem ter uma profissão e garantir um futuro melhor. O problema é que falta estrutura para isso. Muitos cursos são oferecidos, mas é difícil sair daqui para frequentá-los. Se as instituições vierem até nós, isso faria toda a diferença. (Tereza).

A fala de Tereza evidencia a necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) crítica que articule os saberes tradicionais quilombolas aos fundamentos científicos dos processos produtivos. Ancorada nos princípios da

formação omnilateral de Saviani (2007) e na politécnica de Ciavatta (2014), a EPT deve ir além do preparo técnico, promovendo o desenvolvimento integral dos sujeitos e valorizando o trabalho como mediação educativa. Cursos em agricultura, mecânica, culinária e artesanato, portanto, não só gera renda, mas fortalecem laços comunitários, preservam culturas locais e capacitam os participantes a compreender e transformar sua realidade social.

As barreiras de acesso à educação formal e profissional, especialmente pela distância e pela falta de infraestrutura, levaram o Referencial a propor diretrizes específicas para a oferta de cursos no próprio território, com uso de espaços comunitários como escolas, centros de convivência e a própria “casinha de palha”. O produto educacional também recomenda que o IFRO adote estratégias de logística e mobilidade para viabilizar a participação das comunidades quilombolas nas ações formativas.

4.10 Possibilidades para uma EPT contextualizada

As falas das colaboradoras revelam que, para as mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus, aprender não é algo separado da vida. O conhecimento está no roçado, na cozinha, nas conversas à sombra das árvores, nas receitas de sabão caseiro, nas festas religiosas, nas lembranças da infância à beira do rio. Para elas, a educação profissional só terá sentido se respeitar essas vivências, se dialogar com a cultura local e se for construída em parceria com a comunidade.

Beatriz expressa esse desejo com clareza: “O importante é que os cursos sejam relevantes para a nossa realidade. Muitas vezes, temos plantas, mas não sabemos exatamente como cuidar delas.” Já Aldina fala sobre sua vontade de continuar aprendendo de forma prática: “Cursos práticos, com a mão na massa, porque é assim que a gente aprende”. Tereza completa o argumento ao sugerir que a educação aconteça nos próprios espaços da comunidade: “Se os cursos viessem até nós, seria muito melhor.” Essas falas não pedem apenas acesso: pedem respeito, escuta, diálogo e compromisso.

Essas vozes potentes nos levam a refletir sobre os caminhos possíveis para uma EPT verdadeiramente contextualizada. Como apontam Walsh, Oliveira & Candau (2018), é urgente desconstruir a lógica colonial e hierarquizante da educação, que historicamente marginaliza os saberes dos povos tradicionais. Para

esses autores, uma educação decolonial precisa ser construída a partir da diversidade epistêmica e da valorização das experiências vividas, rompendo com a ideia de que só o conhecimento científico tem valor. Oliveira e Silva (2017) complementam essa ideia ao afirmar que o território quilombola é carregado de significados históricos, simbólicos e sociais, que devem orientar as políticas públicas, inclusive as educacionais.

Além disso, como destaca Dantas (2013), os quilombos são espaços de reorganização social e cultural. São territórios que, apesar das desigualdades e das ausências do Estado, sustentam práticas de solidariedade, cuidado, produção e memória. Para Lima e Souza (2015), é justamente na intersecção entre trabalho, religiosidade, cultura e natureza que se constrói a identidade quilombola no Vale do Guaporé.

Nesse sentido, a Educação Profissional e Tecnológica não pode continuar sendo pensada apenas como formação técnica ou preparação para o mundo do trabalho. Ela precisa se abrir ao diálogo com os territórios, reconhecer os saberes populares e valorizar o protagonismo das comunidades. É com base nessa compreensão que esta pesquisa propõe algumas possibilidades para uma EPT contextualizada:

- Que os **cursos aconteçam dentro da própria comunidade**, em espaços significativos como a casinha de palha ou a igrejinha, onde as pessoas já se encontram para partilhar histórias e afetos.
- Que os **saberes tradicionais sejam valorizados**, como o preparo de alimentos típicos, o uso de plantas medicinais, o artesanato e o cuidado com a terra.
- Que se promovam **ações formativas interdisciplinares**, integrando saberes da saúde, da educação e da cultura, de forma sensível e respeitosa.
- E, sobretudo, que haja **envolvimento da comunidade em todas as etapas**, desde a escuta das demandas até a construção coletiva das soluções.

As falas das colaboradoras da Comunidade Quilombola de Jesus confirmam que a Educação Profissional e Tecnológica, para ser efetivamente inclusiva, precisa ser enraizada no território e nas experiências dos sujeitos que dela participam. O que se revelou nas entrevistas vai além da dimensão técnica da formação: trata-se

de modos de viver, produzir, resistir e ensinar que desafiam os modelos educativos hegemônicos.

Os resultados indicam que a centralidade das mulheres, a força da memória oral, a importância dos saberes ancestrais e a valorização do território são aspectos fundamentais para o redesenho de práticas pedagógicas no IFRO. A ausência de políticas públicas efetivas e a desconsideração das especificidades culturais e econômicas das comunidades quilombolas reforçam a urgência de um Referencial que oriente a atuação institucional com base no respeito, na escuta e na justiça social.

Conforme propõe este trabalho, o Referencial articula práticas educativas que reconhecem o trabalho como expressão cultural, a renda como autonomia, o saber como prática coletiva e a educação como ferramenta de transformação. Assim, a EPT pode se constituir como espaço de afirmação identitária e de fortalecimento das lutas históricas dos povos quilombolas, especialmente das mulheres que, com força e sensibilidade, sustentam suas comunidades.

As possibilidades elencadas pelas colaboradoras foram consolidadas no produto educacional como diretrizes para que o IFRO estruture uma EPT decolonial, participativa e omnilateral. O Referencial estabelece que cada ação formativa seja precedida de diagnóstico participativo, contemplando as demandas, os tempos e os espaços da comunidade. Propõe, ainda, que os conteúdos integrem saberes científicos e tradicionais, que as metodologias valorizem a aprendizagem colaborativa e que as políticas institucionais garantam recursos e condições para a execução dessas propostas. Assim, o produto educacional traduz os achados da pesquisa em orientações concretas para a atuação institucional junto às comunidades quilombolas.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional intitulado "Referencial para a Abordagem da Temática Quilombola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)" é resultado de uma pesquisa qualitativa de cunho sociocultural, realizada junto à Comunidade Quilombola de Jesus, localizada no município de São Miguel do Guaporé, em Rondônia. A proposição surge da necessidade de promover uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contextualizada, crítica e comprometida com os princípios da equidade racial e da valorização das identidades quilombolas. Trata-se de um material textual inserido na categoria de material didático/instrucional (Ministério da Educação, CAPES, Ensino DocArea. 2023.).

A proposta realiza um duplo movimento complementar: de um lado, convida a EPT a incorporar, em seus currículos e práticas pedagógicas, os conhecimentos tradicionais, as práticas produtivas, os valores e o modo de vida quilombola, numa perspectiva que exercite o antirracismo, valorize as identidades coletivas e inclua essas culturas na pauta de discussão formativa; de outro, subsidiam-se políticas institucionais capazes de levar a presença do IFRO à comunidade, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos no território quilombola e ações afirmativas que ampliem o acesso, a permanência e o êxito de estudantes quilombolas.

O material foi elaborado com base em revisão bibliográfica, pesquisa documental e na metodologia da História Oral, por meio de entrevistas com mulheres da comunidade, cujas vivências, saberes e práticas serviram de base para a construção dos eixos norteadores do referencial. O produto educacional busca subsidiar, docentes, gestores e demais agentes educacionais do IFRO no desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas, integradas às realidades culturais das comunidades quilombolas de Rondônia.

O Referencial para Orientar a Abordagem da Temática Quilombola no IFRO estrutura-se em seções que articulam teoria, prática e escuta comunitária, visando subsidiar uma Educação Profissional e Tecnológica crítica, antirracista e contextualizada. Após a apresentação, justificativa e definição dos objetivos, o documento expõe sua fundamentação metodológica, baseada na pesquisa participante e na história oral, com foco nas narrativas de mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus. Em seguida, apresenta um panorama das comunidades

quilombolas de Rondônia, com destaque para a trajetória da Comunidade de Jesus, e analisa as entrevistas por meio de categorias temáticas como saberes tradicionais, espiritualidade, trabalho, relação com a terra e protagonismo feminino. O referencial inclui um quadro legislativo atualizado, propõe princípios fundamentais e diretrizes pedagógicas, como currículo contextualizado, formação continuada e oferta de cursos FIC, e orienta ações de valorização do território e avaliação participativa. Finaliza com um glossário de expressões quilombolas e uma sugestão de leituras fundamentais, consolidando-se como uma ferramenta técnica e pedagógica para o fortalecimento das políticas étnico-raciais no IFRO.

Seu conteúdo está articulado com a legislação vigente, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.639/2003, a LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Igualdade Racial, além de dialogar com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e com referenciais teóricos que discutem a decolonialidade, os territórios tradicionais e a formação omnilateral.

O produto foi validado junto à própria Comunidade Quilombola de Jesus e pelos Gestores do IFRO, assegurando seu alinhamento com os interesses, identidades e necessidades dos sujeitos sociais aos quais se destina.

5.1 Avaliação do Produto Educacional pela Comunidade Quilombola de Jesus

Com a finalidade de validar o conteúdo, a representatividade e a relevância do Produto Educacional "Referencial para Orientar a Abordagem da Temática Quilombola no IFRO", foi realizada uma avaliação da versão preliminar do material junto a seis mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus, situada no município de São Miguel do Guaporé – RO. Dentre as participantes, três colaboraram diretamente com a pesquisa, oferecendo suas falas e experiências que fundamentaram a construção do produto.

A avaliação foi feita por meio de um questionário com linguagem acessível, elaborado de forma sensível à realidade da comunidade e contendo oito perguntas abertas e fechadas. As questões abordaram aspectos como representatividade, respeito às histórias contadas, aplicabilidade do material em escolas e reuniões comunitárias, bem como o desejo de participação em futuras iniciativas semelhantes. Também foi oferecido espaço para que as avaliadoras apontassem partes do material de que mais gostaram, o que sentiram falta e sugestões gerais.

Esse momento avaliativo teve como foco ouvir as percepções das mulheres sobre o material produzido com base em seus próprios saberes. A escuta dessas vozes não só fortalece o caráter coletivo do produto educacional, como também reafirma o compromisso ético e metodológico com a valorização dos sujeitos que protagonizam a história registrada no referencial. A seguir, são apresentados os resultados consolidados dessa avaliação, que demonstram a potência do diálogo entre os saberes da comunidade e a educação quilombola no IFRO.

Quadro 4: Resultados da Avaliação - Comunidade Quilombola de Jesus

Pergunta	Respostas
1. Você se sentiu bem representado(a) pelo que foi escrito no referencial?	6 Sim
2. As histórias e falas da comunidade foram respeitadas e escritas com carinho?	5 Sim, 1 Não li tudo ainda
3. Você acha que esse material pode ajudar os gestores do IFRO, professores e estudantes a conhecerem melhor a comunidade?	3 Sim, 3 Talvez
4. Teve alguma parte do material que você gostou mais? Qual foi?	3 Falas das mulheres da comunidade, 1 Fotos e imagens, 2 em branco
5. Você sentiu falta de alguma coisa no material? Se sim, o que você acha que poderia ter?	5 Sim, 1 Não
6. Você gostaria que esse material fosse usado nas escolas ou nas reuniões da comunidade?	6 Sim
7. Você teria vontade de participar de outros materiais assim, com suas falas, fotos ou sugestões?	3 Sim, 3 Talvez
8. Tem algo que você gostaria de dizer, sugerir ou compartilhar com quem fez o material?	2 Gostei, 2 Não, 2 Obrigada

Fonte: Autora, maio de 2025

5.2 Análise dos Resultados

Na primeira pergunta, todas as participantes afirmaram que se sentiram bem representadas pelo que foi escrito no referencial. Esse dado evidencia que o conteúdo elaborado conseguiu refletir as identidades e experiências das mulheres da comunidade, reafirmando o caráter coletivo e representativo da proposta.

Na segunda questão, cinco participantes responderam que as histórias e falas da comunidade foram respeitadas e escritas com carinho, enquanto uma declarou

que ainda não havia lido o material por completo. Essa resposta sugere que, para além do conteúdo em si, é importante garantir que as condições de acesso e tempo para leitura sejam respeitadas nas ações de socialização do material, especialmente considerando os diferentes contextos de vida das mulheres da comunidade.

A terceira pergunta investigou se o material pode contribuir para que gestores, professores e estudantes do IFRO conheçam melhor a Comunidade Quilombola de Jesus. As respostas se dividiram igualmente entre “Sim” (3) e “Talvez” (3), o que indica um reconhecimento parcial do potencial do referencial. Essa divisão pode estar relacionada à expectativa quanto ao uso efetivo do material por parte da instituição. Nesse sentido, vale destacar que a efetividade do Referencial dependerá do compromisso coletivo de diferentes segmentos institucionais. Não basta contar com docentes engajados em práticas pedagógicas contextualizadas e antirracistas se não houver, simultaneamente, uma gestão institucional comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial. Isso implica, por exemplo, a priorização do tema na agenda institucional, a destinação de recursos financeiros e humanos, o apoio à formação continuada dos profissionais da educação e a criação de espaços de escuta e diálogo com as comunidades tradicionais. Assim, a incorporação do material no cotidiano escolar não é apenas uma ação pedagógica, mas também política e institucional, que exige articulação entre os diferentes atores que compõem o IFRO.

A quarta pergunta foi aberta, buscando identificar a parte do material que mais chamou a atenção das participantes. Três mulheres destacaram as falas das próprias mulheres da comunidade como o elemento mais marcante, uma mencionou as fotos e imagens, e duas deixaram a resposta em branco. Isso reforça a importância de valorizar as narrativas orais e os elementos visuais como estratégias para gerar identificação e interesse nos materiais educativos.

Na quinta questão, que buscava saber se as participantes sentiram falta de algo no material, cinco responderam “Sim” e uma respondeu “Não”. Embora não tenham sido especificados os elementos ausentes, esse dado revela que há abertura para melhorias e complementações, a partir do olhar das próprias mulheres, o que fortalece a ideia de um referencial em constante diálogo com a comunidade.

A sexta pergunta recebeu unanimidade: todas as participantes afirmaram que gostariam que o material fosse utilizado nas escolas ou nas reuniões da

comunidade. Isso demonstra a relevância atribuída ao referencial como ferramenta formativa e de fortalecimento da identidade quilombola, tanto no contexto escolar quanto nos espaços comunitários.

Na sétima questão, que perguntava se as mulheres gostariam de participar de outros materiais semelhantes, três responderam “Sim” e três “Talvez”. Esse equilíbrio demonstra interesse, mas também prudência, que pode estar relacionada a experiências anteriores, ao receio da exposição ou ao desejo de compreender melhor o processo antes de se engajar novamente.

Por fim, a última pergunta, aberta a comentários, sugestões ou mensagens, teve respostas diversas: duas avaliações positivas (“Gostei”), duas negativas (“Não”) e duas neutras (“Obrigada”). A variedade nas respostas revela que o material provocou reações distintas, reafirmando a importância de manter abertos os espaços de escuta e aprimoramento contínuo.

Em conjunto, esses resultados indicam que o produto educacional atendeu aos objetivos propostos, sendo percebido como representativo, respeitoso e útil. Ao mesmo tempo, apontam caminhos para aprofundar o diálogo com a comunidade e fortalecer a dimensão participativa na construção de materiais voltados à educação quilombola.

5.3 Avaliação do Produto Educacional por gestores do IFRO - Campus São Miguel do Guaporé e Campus Colorado do Oeste

O produto educacional também foi avaliado por gestores do *Campus* São Miguel do Guaporé e *Campus* Colorado do Oeste, incluindo dois Diretores-Gerais, dois Diretores de Ensino e um Diretor de Pesquisa e Extensão. Os *campi* foram selecionados de forma intencional por sua proximidade geográfica com comunidades quilombolas reconhecidas. Essa escolha se justifica pelo fato de serem, no contexto institucional do IFRO, os *campi* com maior probabilidade de receber estudantes quilombolas, seja pela localização, seja pelas relações de proximidade já estabelecidas com esses territórios. A adoção desse critério buscou garantir que a avaliação fosse conduzida por equipes mais familiarizadas com as especificidades culturais, territoriais e formativas desse público, aumentando, assim, a pertinência e a aplicabilidade das contribuições para o aperfeiçoamento do Referencial.

A avaliação foi conduzida por meio de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, buscando analisar a clareza, coerência, aplicabilidade e relevância do material produzido.

Quadro 5 . Avaliação Quantitativa

Pergunta	Resposta
1. Clareza, coerência e compreensão do conteúdo	5 Sim
2. Pertinência e adequação do Referencial	5 Sim
3. Aprofundamento teórico e conceitual	4 Sim, 1 Parcialmente
4. Estrutura e organização do documento	5 Sim
5. Contribuição dos recursos visuais	5 Sim
6. Aplicabilidade institucional	4 Sim, 1 Parcialmente
7. Valorização das comunidades quilombolas	5 Sim
8. Potencial como modelo institucional	5 Sim

Fonte: Autora, 2025

No que diz respeito à avaliação quantitativa, foram analisados oito critérios. Todos os cinco avaliadores indicaram que o conteúdo apresentado está claro, coerente e de fácil compreensão. Houve unanimidade também quanto à pertinência e adequação do referencial para orientar a abordagem das questões quilombolas no âmbito do IFRO. Quanto ao nível de aprofundamento teórico e conceitual, quatro avaliadores consideraram suficiente e um avaliador indicou parcialmente suficiente. A estrutura e organização do documento foram elogiadas por todos, sendo consideradas facilitadoras da consulta e da compreensão por gestores e servidores. Os recursos utilizados, como imagens, mapas e quadros, foram bem avaliados por todos, apontando sua contribuição para a compreensão do conteúdo.

Sobre a aplicabilidade do produto para subsidiar políticas institucionais, ações pedagógicas e projetos de extensão no IFRO, quatro avaliadores responderam "sim" e um respondeu "parcialmente", indicando reconhecimento quanto ao potencial do material, mas também sugerindo que ainda há aspectos a serem desenvolvidos para ampliar sua eficácia prática. Todos os gestores reconheceram que o referencial contribui para a valorização das comunidades quilombolas e para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas, além de destacarem que ele pode servir de modelo para outras ações institucionais voltadas à diversidade e à inclusão.

Quadro 6. Avaliação Qualitativa

Avaliador	Contribuição Principal	Sugestões de Aprimoramento
Avaliador 1	Primeiro documento com orientações sobre temática quilombola no IFRO.	Incluir políticas de permanência e êxito voltadas às comunidades quilombolas.
Avaliador 2	Base para políticas afirmativas e metodologias participativas.	Incluir mais vozes da comunidade, materiais didáticos e recursos audiovisuais.
Avaliador 3	Conhecimento da cultura quilombola, desmistificando preconceitos.	Ampliar a pesquisa para outras comunidades quilombolas.
Avaliador 4	Instrumento sólido para ações institucionais com comunidades quilombolas.	Mais exemplos práticos por área técnica e material audiovisual complementar.
Avaliador 5	Mediação para aproximação entre o IFRO e comunidades quilombolas.	Aprofundar os elementos do modo de vida quilombola.

Fonte: Autora, 2025

A avaliação qualitativa revelou contribuições significativas sobre os impactos e potencialidades do produto. Um dos avaliadores destacou que o material representa o primeiro documento institucional com orientações específicas sobre a temática quilombola, sendo, portanto, uma iniciativa pioneira no IFRO. Outro avaliador enfatizou que o referencial pode servir como base sólida para políticas afirmativas e metodologias participativas, fortalecendo a função social do Instituto.

Foi também ressaltado que o produto contribui para a superação de preconceitos ao proporcionar o conhecimento sobre a realidade das comunidades quilombolas, valorizando os saberes ancestrais e culturais desses povos. Um dos gestores avaliadores considerou o referencial um instrumento consistente para estruturar ações de ensino, pesquisa e extensão, reafirmando o compromisso institucional com a equidade e o enfrentamento do racismo estrutural. Outro

avaliador apontou que o material contribui para dar visibilidade às comunidades quilombolas, mediando a aproximação entre essas populações e o IFRO.

Entre as sugestões de aprimoramento apresentadas, destaca-se a contribuição de aprofundar as reflexões sobre políticas de permanência e êxito voltadas aos estudantes quilombolas. Essa sugestão ressalta a importância de ampliar o debate institucional sobre medidas concretas que garantam não apenas o acesso, mas também a continuidade e a conclusão da trajetória formativa desses estudantes. Dentre as possíveis estratégias que poderão ser exploradas em futuras edições do referencial ou como temas de pesquisa institucional, destacam-se: a oferta de acompanhamento pedagógico especializado, bolsas de apoio estudantil articuladas com as realidades culturais das comunidades quilombolas, construção de núcleos de apoio identitário, e políticas de acolhimento e escuta ativa com base nos direitos humanos e na equidade racial.

Outros apontamentos sugerem a inclusão de mais vozes da comunidade, a elaboração de materiais didáticos aplicáveis e o uso de recursos audiovisuais, como vídeos e podcasts. Também foi recomendada a ampliação da pesquisa para abranger outras comunidades quilombolas, assim como a apresentação de exemplos práticos de aplicação do referencial em sala de aula, por área técnica. Por fim, uma das sugestões foi aprofundar os elementos constitutivos do modo de vida dessas comunidades, enfatizando suas singularidades.

Diante dos dados analisados, é possível concluir que o produto educacional foi amplamente aprovado pelos gestores institucionais, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Ele representa um marco na consolidação de políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas e antirracistas.

Como recomendações, sugere-se a institucionalização do referencial como documento orientador das ações do IFRO junto às comunidades quilombolas; a produção de materiais complementares em diferentes mídias; a ampliação do alcance da pesquisa para outras comunidades quilombolas; e a realização de oficinas formativas com os servidores, visando à apropriação efetiva do material. Além disso, propõe-se a criação de uma versão didática, com linguagem acessível e ilustrada, voltada especialmente para os estudantes quilombolas.

O Referencial apresenta-se, portanto, como uma ferramenta inovadora, fundamentada e comprometida com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica crítica, omnilateral e inclusiva. Sua consolidação institucional poderá fortalecer significativamente o papel do IFRO na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Figura 9. Capa do produto Educacional



Fonte: Rogger Sidne Ribeiro, 2025

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação nasceu do compromisso ético, político e pedagógico com a valorização dos saberes quilombolas e com a construção de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) crítica, antirracista e enraizada nos territórios. Ao longo da pesquisa, foram construídas pontes entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e a Comunidade Quilombola de Jesus, reconhecendo a centralidade do território, da memória, do trabalho e das práticas socioculturais na formação de sujeitos históricos.

Por meio da escuta atenta das mulheres da comunidade, tornou-se evidente que a EPT, para ser verdadeiramente transformadora, precisa ir além da técnica e dos currículos formais: ela deve ser construída com os territórios, em diálogo com os modos de vida locais, respeitando a ancestralidade, a coletividade e os vínculos identitários que sustentam os quilombos. A fala das colaboradoras revelou uma educação desejada que respeite o tempo da terra, o saber da cozinha, o fazer artesanal e as redes de afeto que estruturam a vida em comunidade.

Neste contexto, os conceitos de trabalho e terra emergiram como fios condutores da análise. Para a Comunidade Quilombola de Jesus, a terra não é apenas recurso: é fonte de pertencimento, espiritualidade e identidade. O trabalho, por sua vez, é um modo de viver, como afirma Antônio Bispo dos Santos (2023), que entrelaça o fazer e o saber comunitário, em conexão com a natureza, com os ciclos da vida e com os princípios de solidariedade. Esses sentidos contrastam com a lógica produtivista dominante na EPT e, ao mesmo tempo, apontam caminhos para sua resignificação, alinhando a formação profissional com a dignidade, a sustentabilidade e a justiça social.

As falas das mulheres quilombolas expressaram um desejo coletivo de reconhecimento, de continuidade da cultura e de acesso a uma educação que respeite suas trajetórias e saberes. Suas narrativas foram marcadas por memórias de luta, pela força do cotidiano e pela esperança depositada na juventude e na escola como espaços possíveis de reexistência. Revelaram também expectativas concretas quanto à inserção de cursos que dialoguem com suas realidades, como agroecologia, saúde comunitária, culinária tradicional e saberes da floresta.

Dessa forma, a pesquisa atendeu aos objetivos propostos. O objetivo geral, analisar as contribuições dos saberes da Comunidade Quilombola de Jesus para

uma EPT contextualizada, foi plenamente alcançado ao evidenciar, por meio das entrevistas, os elementos formativos presentes no cotidiano quilombola e suas implicações para o IFRO. Da mesma maneira, os objetivos específicos foram contemplados: (1) os modos de vida foram compreendidos em sua complexidade e historicidade; (2) as relações entre território, trabalho e cultura foram articuladas ao referencial teórico; (3) e o produto educacional foi construído com base na escuta e validado junto à comunidade, traduzindo os aprendizados em orientações aplicáveis ao contexto institucional.

O desenvolvimento da pesquisa, entretanto, não esteve isento de desafios. O tempo necessário para a construção de vínculos com a comunidade, as limitações logísticas para a realização das visitas, e a responsabilidade ética com a representação das vozes das colaboradoras exigiram cuidado constante. O método da história oral, associado à pesquisa participante, mostrou-se sensível e potente para a produção de conhecimento comprometido com a realidade dos sujeitos, permitindo captar nuances, afetos e dimensões que escapariam a abordagens distanciadas.

Nesse percurso, o produto educacional — Referencial para a Abordagem da Temática Quilombola no IFRO — representa mais do que uma síntese técnica. Ele se configura como uma ferramenta político-pedagógica construída com a comunidade, que reconhece a pluralidade epistêmica e propõe diretrizes concretas para integrar os saberes quilombolas às práticas educativas do IFRO. Trata-se de um convite à instituição para que repense seus currículos, suas metodologias e suas políticas a partir de uma escuta sensível e comprometida com a equidade.

Por fim, esta dissertação reafirma que uma EPT comprometida com a transformação social não pode prescindir do território, da escuta e da valorização dos saberes locais. Que este trabalho seja um passo a mais nessa caminhada coletiva, guiada pela memória, pela ancestralidade e pela esperança de um futuro mais justo, onde todas as formas de saber tenham lugar e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012.

ALVES, Diego dos Santos; MELO, Beatriz Medeiros de. **A questão quilombola no currículo da EPT: por uma educação omnilateral**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, Vitória, v. 5, n. especial, p. 124-148, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Regulamenta o procedimento de proteção e promoção de direitos sociais das comunidades tradicionais**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 6 nov. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa FUNAI nº 49, de 26 de abril de 2021. Estabelece os procedimentos para identificação e delimitação de territórios tradicionais quilombolas**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 27 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 ago. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Portaria MS nº 2.656, de 17 de outubro de 2007. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 18 out. 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 8, de 20 de novembro de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

BRASIL. **Territórios Quilombolas.** Brasília, DF: INCRA, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho como princípio educativo: uma investigação teórico-metodológico** (1930-1960). 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

CIAVATTA, Maria. **O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que Lutamos? Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

CONAQ – **Coord. Nac. Artic. Com. Negras Rurais Quilombolas. Quilombolas em Rondônia: realização técnica e organização da comunidade**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/278/>. Acesso em: 6 mai 2023.

CORDEIRO, Albert Alan de Sousa; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Entre a colonialidade e a decolonialidade: Memórias docentes na educação básica da Amazônia brasileira**. *Educar em Revista*, v. 39, p. e85819, 2023

DEMÍCIO, Mauro Sérgio. **Educação escolar quilombola no Vale do Guaporé**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

DORE, Rosemary. **Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci?** *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, 2014.

EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA (ECAM). *Diagnóstico – Ações de produtividade nas comunidades quilombolas de Rondônia: Projeto Quilombo Solidário – Renda e Produção*. [S.l.: s.n.], nov. 2021.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas**. *Ruris*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 85-116, set./2011. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16854/11564>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores–Excertos**. S/A Disponível em:< <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839>> Acesso em, v. 9, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. [S. l.: s.d.]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/quilombola/>. Acesso em: 7 mai 2023.

FCP – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Relatório de Gestão 2022**. Brasília: FCP, 2022.

GONÇALVES, Francisca Valda. **Identificação e análise de alguns vocábulos básicos dos falares dos quilombolas do Vale do Guaporé**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, 2009.

GONDIM, Diego Matos. **Vidas que perseveram: escritórias de uma comunidade quilombola como ruptura ótica e política**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

KENNEDY, William K. do Amaral Souza. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil – Perfil: Associação Comunidade Quilombola de Jesus (A.Q.C.J.)*. Brasília: Ipea, [s.d.]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/398133>. Acesso em: 23 ago. 2025.

LIMA, Juliana Murta de; JÚNIOR, James Ferreira Moura. **Racismo e sexismo como opressões direcionadas a mulheres quilombolas: uma revisão bibliográfica da literatura (2003-2023)**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 17, n. 51, p. 505-522, 2024.

LIMA, Roger dos Santos et al. **Educação escolar em comunidades quilombolas no Vale do Rio Guaporé: uma análise a partir do Referencial Curricular de Rondônia, Brasil**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, p. e767974869, 2020.

LIMA, Uilian Nogueira; SOUZA, Maria Enísia Soares de. **O quilombola guaporeano: identidade, trabalho e religiosidade**. Revista Labirinto, ano 12, n. 16, p. 6-15, jun. 2012.

MACEDO, João Paulo et al. **Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, v. 2, p. 4-30, 2007.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NÉSPOLI, Daniella de Souza Santos. **Expressões Quilombolas: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola**. 2021.

OLIVEIRA, A. R. Sensato; HOLANDA DA SILVA, C. **Território, territorialidade e identidade territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola**

no cenário geográfico. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 27, n. 49, p. 411-413, 2017. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2017v27n49p411.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, 27 jun. 1989.** Aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 jun. 2002, e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 abr. 2004. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_326932/lang--pt/index.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

OROZCO, Margarita María Dueñas. **Turismo na Amazônia ocidental: as transformações do ecoturismo na Comunidade Quilombola de Pedras Negras, Vale do Guaporé, Rondônia.** 2024.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Racismo ambiental às comunidades quilombolas.** Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2016.

RODRIGUES, V. **Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 15, n. 57, 2010. DOI: 10.12660/cgpc.v15n57.3258. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3258/2121>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **Somos da terra.** Piseagrama, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses.** Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Negros do Tapuio: memórias de quilombolas do sertão piauiense.** Curitiba: Appris, 2012.

SILVA, André Ricardo Fonsêca da. **Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção.** Política & Trabalho, João Pessoa, n. 48, p. 115-128, 2018.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos. **Culturas desviantes: as espacialidades vivenciadas nas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé em Rondônia.** 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, Edfranklin Moreira et al. **O trabalho como princípio educativo em sistemas de produção familiar.** Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 3, n. 4, p. 125-150, 2018.

SILVA, Jose Willians Simplicio. **A festa do divino espírito santo em Rondônia, uma manifestação da cultura popular em Rolim de Moura do Guaporé (1834-2014)**. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 14, 2015.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira dos. **Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.

SOUZA, João da Silva. **O lugar da cultura quilombola na organização do currículo integrado da EPT: um estudo no Instituto Federal do Tocantins/Campus Palmas**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Tocantins, Palmas, 2024.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **A comunidade remanescente do Quilombo de Jesus: constituição e estruturação**. Afros & Amazônicos, v. 1, n. 1, p. 8-16, 2020.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

TRINDADE, Gildemar da Paixão; SANTOS, Gilberto Vieira dos. **História da Amazônia e os quilombos: uma breve reflexão sobre a existência das comunidades quilombolas na Amazônia como parte de sua formação histórica**. Revista Saberes da Amazônia, Manaus, v. 8, n. 14, 2023.

WALSH, Catherine; DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. **Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra**. Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 83-83, 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas, v. 5, n. 1, 2019.

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONHECENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CONTEXTUALIZADA

Pesquisador: Elane

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80431924.5.0000.5653

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.994.936

Apresentação do Projeto:

Trata-se da 2ª versão do Projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) que objetiva estudar as particularidades culturais da Comunidade Quilombola de Jesus, em São Miguel do Guaporé, Rondônia, de modo a visualizar possibilidades para Educação Profissional e Tecnologia (EPT) ser pensada em conformidade com as necessidades específicas de sua população. A pesquisa buscará analisar a comunidade quilombola de Jesus para entender seus aspectos socioculturais, interações ambientais, economia, educação, religiosidade e visões sobre o trabalho de modo a pensar em uma Educação Profissional e Tecnológica que tenha um papel crucial na integração dos conhecimentos e saberes da comunidade, contribuindo para enriquecer sua base de conhecimentos. Os colaboradores serão membros da comunidade quilombola de Jesus maiores de 18 anos, com vistas a um produto educacional centrado na proposição de um Referencial Conceitual.

Objetivo da Pesquisa:

O(a) pesquisador(a) apresentou os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Investigar a comunidade quilombola de Jesus visando compreender suas características socioculturais, sua cultura, sua interação com o meio ambiente, sua economia sistemas educacionais, expressões religiosas e percepções sobre o trabalho, a fim de contribuir

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.994.936

para o desenvolvimento de uma educação profissional e tecnológica contextualizada e inclusiva, especialmente no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Específicos:

- Realizar visitas à comunidade quilombola de Jesus para estabelecer contato direto com seus membros, conhecer suas práticas, saberes e demandas educacionais;
- Identificar as necessidades específicas da comunidade quilombola de Jesus em relação à educação profissional e tecnológica, levando em consideração seus contextos socioculturais, econômicos e ambientais;
- Desenvolver um referencial conceitual para orientar a abordagem das questões quilombolas no contexto do IFRO, integrando conceitos relacionados à educação intercultural, diversidade étnico-racial e sustentabilidade

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o(a) pesquisador(a), os riscos e benefícios foram descritos da seguinte maneira:

De acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos de gradações variadas. Nesta pesquisa existem alguns riscos potenciais associados à participação nesta pesquisa, os quais incluem desconforto emocional, cansaço físico e risco de ter suas informações utilizadas de maneira prejudicial. É importante estar ciente desses possíveis efeitos adversos.

Para minimizar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas mitigatórias além de promover uma geração de dados confiável e ética:

- Será adotada uma abordagem cuidadosa ao entrevistar cada indivíduo, levando em consideração e respeitando seus valores, cultura e crenças
- Autorização prévia dos colaboradores para a identificação de suas respostas, a fim de garantir transparência e consentimento informado.
- Será elaborado um roteiro de entrevista sucinto, claro e objetivo, a fim de facilitar a compreensão e garantir que as informações solicitadas sejam transmitidas de forma eficiente.
- Explicações claras e necessárias sobre a pesquisa e os procedimentos da entrevista, garantindo que os colaboradores compreendam plenamente o objetivo e o contexto da pesquisa.

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.994.936

- Todas as respostas fornecidas pelos colaboradores serão tratadas como confidenciais e utilizadas exclusivamente para fins científicos.
- Será garantido o sigilo em relação às respostas, protegendo a privacidade e a identidade dos colaboradores.

A referida pesquisa trará diversos benefícios para os seus colaboradores e para a sociedade como um todo. Os membros da comunidade quilombola de Jesus terão a oportunidade de compartilhar suas experiências, perspectivas e desafios, contribuindo para a valorização de sua cultura, identidade e visão de trabalho. Além disso, os líderes comunitários poderão se envolver ativamente no processo, promovendo a interação entre diferentes atores sociais e a construção de parcerias educacionais mais sólidas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O Parecer Consubstanciado nº 6.901.891 emitido em 21 de Junho de 2024, por este CEP apontou a(s) seguinte(s) pendência(s):

- Abordagem aos Participantes e Registro de consentimento.

PENDÊNCIA ATENDIDA

- Resultados esperados

PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Modelos de TCLE;

PENDÊNCIA ATENDIDA

- Termo de autorização da comunidade local

PENDÊNCIA ATENDIDA

- Declaração de compromisso do pesquisador conforme norma operacional CNS nº 001/2013; PENDÊNCIA ATENDIDA

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo mais pendências, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-IFRO, de acordo com as

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.994.936

atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto.

De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, a pesquisadora deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo deverão ser apresentadas de forma clara e sucinta sendo necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP por meio de emenda. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

COMUNICADO:

"Informamos que, em virtude da falta de quórum para as deliberações dos protocolos referentes a reunião ordinária de julho prevista para os dias 01 e 02 de agosto, a reunião foi remarcada para as datas de 08 e 08 de agosto. No entanto, tal alteração não influenciará na realização da reunião de Agosto prevista para os dias 29 e 30 de Agosto de 2024."

Considerações Finais a critério do CEP:

Todos os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO são avaliados com base nas Resoluções CNS nº 466/2012 e/ou Resolução CNS nº 510/2016, demais resoluções pertinentes e nas Normas Operacionais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O(a) pesquisador(a) deverá encaminhar ao CEP-IFRO relatório final na ocasião de conclusão da pesquisa. Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.994.936

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2336240.pdf	06/07/2024 18:53:27		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_6jul24.pdf	06/07/2024 17:31:54	Elane	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa_v2_6jul24.pdf	06/07/2024 16:16:32	Elane	Aceito
Cronograma	Cronograma_v2_6jul24.pdf	06/07/2024 16:03:35	Elane	Aceito
Outros	Termo_autorizacao_comunidade_v2_6jul24.PDF	06/07/2024 15:19:03	Elane	Aceito
Outros	Termo_de_responsabilidade_e_compromisso_v2_6jul24.PDF	06/07/2024 12:27:00	Elane	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_v2_jul24.pdf	06/07/2024 12:21:58	Elane	Aceito
Outros	RoteiroEntrevista.pdf	16/05/2024 12:24:39	Elane	Aceito
Outros	AnuenciaOrientacaoassinado.pdf	16/05/2024 12:14:25	Elane	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAnuencialInstitucional.pdf	16/05/2024 12:12:37	Elane	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	16/05/2024 12:10:00	Elane	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	16/05/2024 11:59:12	Elane	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 09 de Agosto de 2024

Assinado por:
Daniely Batista Alves Martines
(Coordenador(a))

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL



Elane Cristina Camilo de Souza,
Lediane Fani Felzke

REFERENCIAL PARA A ABORDAGEM DA TEMÁTICA
QUILOMBOLA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO)

Porto Velho - RO
2025



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA**

**DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL – PROFEPT**

Autoras: Elane Cristina Camilo de Souza,
Lediane Fani Felzke

Colaboradores: Aldina Assunção de Oliveira,
Beatriz Rosa dos Santos
Tereza Assunção de Oliveira
Roger Sidne Ribeiro

Ano de Produção: 2025

Local: IFRO – Campus Calama / Comunidade Quilombola de Jesus
– São Miguel do Guaporé (RO)

Diagramação:

Diógenes Ramalho de Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Elane Cristina Camilo de
Referencial para a abordagem da temática
quilombola no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) [livro
eletrônico] / Elane Cristina Camilo de Souza,
Lediane Fani Felzke. -- 1. ed. -- Porto Velho, RO :
Ed. das Autoras, 2025.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-76419-1

1. Comunidades quilombolas 2. Educação
multicultural 3. Educação - Aspectos socioculturais
4. Negros - Educação - Brasil 5. Sociologia
educacional I. Felzke, Lediane Fani. II. Título.

25-311389.0

CDD-370.1934



Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Aspectos socioculturais : Sociologia
educacional 370.1934

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Título: Referencial para Orientar a Abordagem da Temática Quilombola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Tipo de Produto: Bibliográfico

Modalidade: Material técnico-pedagógico direcionado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Formato: Documento textual (PDF) com anexos ilustrativos e glossário temático

Público-alvo: Docentes, gestores, técnicos administrativos e estudantes do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), bem como demais instituições interessadas no modo de vida quilombola

Finalidade: Subsidiar políticas institucionais, práticas pedagógicas e processos formativos que promovam uma educação antirracista, contextualizada e culturalmente sensível em relação às comunidades quilombolas, com foco na Comunidade Quilombola de Jesus

Objetivo Geral: Orientar o IFRO na abordagem das questões quilombolas a partir dos saberes tradicionais, da territorialidade e da valorização da identidade quilombola, promovendo uma EPT crítica e inclusiva

Metodologia: Pesquisa participante com abordagem qualitativa e uso do método da história oral, com ênfase nas narrativas femininas da Comunidade Quilombola de Jesus (RO). As entrevistas foram transcritas, contextualizadas e transcriadas conforme proposta de Meihy e Holanda (2007)

Componentes do Produto:

- ◆ Apresentação e justificativa
- ◆ Objetivos gerais e específicos
- ◆ Fundamentação metodológica
- ◆ Panorama das comunidades quilombolas em Rondônia, com dados territoriais e jurídicos
- ◆ Mapeamento e descrição da Comunidade Quilombola de Jesus
- ◆ Análise temática das entrevistas com colaboradoras quilombolas
- ◆ Quadro legislativo e normativo atualizado sobre direitos quilombolas
- ◆ Princípios Fundamentais para o tratamento da temática quilombola no IFRO:
- ◆ Ações Educacionais do IFRO Junto às Comunidades Quilombolas.
- ◆ Glossário: Exemplos de Palavras quilombolas
- ◆ Conhecer para Respeitar: Leituras Fundamentais sobre o Universo Quilombola
- ◆ Considerações Finais
- ◆ Referências

Linha de pesquisa: Memórias e organização de espaços pedagógicos

Macroprojeto da Linha: Macroprojeto 5: Organização do currículo integrado na EPT.



Fogo!... Queimaram Palmares,
 Nasceu Canudos.
 Fogo!... Queimaram Canudos,
 Nasceu Caldeirões.
 Fogo!... Queimaram Caldeirões,
 Nasceu Pau de Colher.
 Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
 E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
 que os vão cansar se continuarem queimando

Porque mesmo que queimem a escrita,
 Não queimarão a oralidade.
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimarão os significados.
 Mesmo queimando o nosso povo,
 Não queimarão a ancestralidade.

Antonio Bispo dos Santos

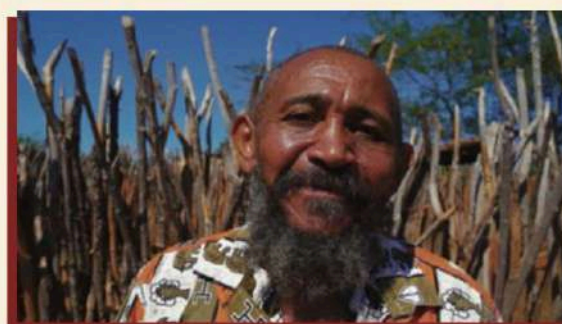


Foto: Murilo Alvesso

SOBRE AS AUTORAS



Elane Cristina Camilo de Souza

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Gestão, Orientação e Psicologia Educacional pela Faculdade de Rolim de Moura - FAROL. Mestranda em Educação Profissional - ProfEpt pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Contato: elane.camile@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5869384400267561>



Lediane Fani Felzke

Historiadora, mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR/2007) com dissertação sob o título: "Quando os ouriços começam a cair: A coleta de castanha entre os Gavião de Rondônia". Doutora em Antropologia Social pelo PPGAs/DAN/UnB (2017) com a tese intitulada "Dança e imortalidade. Igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj

Gavião de Rondônia". Desde fevereiro de 2009 é docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), campus Ji-Paraná. Pesquisa, desde 2004, entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. A partir de 2018 é docente do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Atua principalmente nos seguintes temas: etnologia indígena, sustentabilidade, estudos de gênero, educação profissional e tecnológica (EPT), pensamento decolonial, epistemologias não ocidentais. É líder do Grupo de Estudos em Temáticas Étnicas na Amazônia (GETEA).

Contato: lediane.fani@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3064363709108828>





Apresentação

Este referencial é fruto de uma pesquisa desenvolvida junto à Comunidade Quilombola de Jesus, localizada no município de São Miguel do Guaporé (RO). Tem como propósito orientar as ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) no que se refere à inserção efetiva da temática quilombola no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com base no diálogo com os saberes tradicionais, nas experiências vividas pelas mulheres da comunidade e nas normativas legais e epistemológicas que garantem o direito à educação diferenciada, contextualizada e equitativa.



Justificativas

Apesar dos avanços legais, as comunidades quilombolas seguem enfrentando exclusões históricas, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação pública de qualidade, que respeite suas formas de vida, seus saberes e suas lutas. O IFRO, como instituição federal de ensino, tem o dever de construir pontes com esses territórios, promovendo uma formação omnilateral, crítica e transformadora. O produto educacional responde a essa demanda, propondo diretrizes para uma atuação pedagógica e institucional que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural.



Objetivo Geral

Construir um referencial para orientar o IFRO na abordagem da temática quilombola, com foco na valorização dos saberes tradicionais, na territorialidade e na promoção de uma EPT crítica, contextualizada e antirracista.



Objetivos Específicos:


- ♦ Reconhecer os saberes, práticas e modos de vida quilombolas como fundamentos para a educação;
- ♦ Valorizar a cultura quilombola no âmbito do IFRO;
- ♦ Sugerir caminhos para a atuação pedagógica do IFRO em diálogo com as comunidades quilombolas.



Introdução

O presente Referencial foi elaborado para orientar o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) na promoção de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) crítica, antirracista e culturalmente contextualizada, ancorada nos saberes da Comunidade Quilombola de Jesus, em São Miguel do Guaporé. O trabalho está alinhado à linha de pesquisa "Memórias e organização de espaços pedagógicos" e ao Macroprojeto 5: Organização do currículo integrado na EPT. A proposta realiza um duplo movimento complementar: de um lado, convida-se a EPT a incorporar, em seus currículos e práticas pedagógicas, os conhecimentos tradicionais, as práticas produtivas, os valores e o modo de vida quilombola, numa perspectiva que exercite o antirracismo, valorize as identidades coletivas e inclua essas culturas na pauta de discussão formativa; de outro, subsidiam-se políticas institucionais capazes de levar a Educação Profissional e Tecnológica, ofertada pelo IFRO, à comunidade, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos no território quilombola e ações afirmativas que ampliem o acesso, a permanência e o êxito de estudantes quilombolas.





Fundamentado nas legislações educacionais vigentes e no método da história oral, este documento reconhece a centralidade das vivências locais para enriquecer o conhecimento acadêmico e, ao valorizar as narrativas da comunidade e envolver ativamente seus membros em todas as etapas do processo educativo, busca consolidar ambientes formativos equitativos, sensíveis às suas histórias, culturas e desafios, de modo a inspirar outras instituições a adotar abordagens semelhantes e contribuir para uma EPT mais inclusiva, justa e socialmente comprometida.

Metodologia

A pesquisa utilizou a abordagem de pesquisa participante, que destaca a importância do envolvimento ativo dos participantes de um projeto, conferindo-lhes voz e poder ao longo de todo o processo. Conforme argumenta Brandão (2017), essa modalidade busca romper com a divisão tradicional entre pesquisadores e participantes, adotando uma postura mais horizontal e colaborativa.

Em pesquisas dessa natureza, o método de História Oral se mostra pertinente, pois oferece uma abordagem valiosa para compreender as experiências, memórias e identidades de grupos marginalizados, como as comunidades quilombolas. Por meio das narrativas orais, torna-se possível captar as histórias pessoais e coletivas de seus membros, preservando e transmitindo, de geração em geração, sua cultura, conhecimento tradicional e trajetória histórica. De acordo com Meihy e Holanda (2007), a história oral não se limita a ser uma ferramenta de geração de dados, mas também desempenha o papel de resgatar e valorizar narrativas individuais, fornecendo uma visão mais rica e contextualizada dos eventos históricos.

A pesquisa foi conduzida por meio de quatro visitas à Comunidade Quilombola de Jesus, com o propósito de realizar entrevistas que esclarecessem as vivências e o repertório cultural da comunidade. As entrevistas foram realizadas com três mulheres, doravante chamadas de Colaboradoras I, II e III. Conduzidas de modo informal e descontraído, elas abordaram o cotidiano, a saúde, as tradições e as relações de gênero, revelando a importância do papel feminino na comunidade. As narrativas das colaboradoras contribuíram significativamente para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais presentes na Comunidade Quilombola de Jesus. O corpus da pesquisa caracteriza-se, portanto, por um olhar feminino.

A análise dos dados seguiu o método de história oral, conforme proposto por Meihy e Holanda (2007), estruturado em três etapas: transcrição, contextualização e transcrição. Inicialmente, todas as falas foram transcritas de forma cuidadosa, preservando a fidelidade ao conteúdo original. Em seguida, inseriram-se os relatos no contexto histórico, social e cultural da comunidade, permitindo melhor compreensão das vivências narradas. Por fim, a transcrição envolveu reinterpretar as histórias à luz da subjetividade das participantes e da perspectiva do pesquisador, reconstituindo as trajetórias individuais em consonância com as dinâmicas coletivas da comunidade, o que resultou em uma análise mais integrada e contextualizada.

Áreas quilombolas em Rondônia

As áreas quilombolas em Rondônia representam territórios de resistência, memória e identidade cultural. Fruto das lutas históricas das comunidades remanescentes de quilombos, esses territórios são espaços de preservação dos modos de vida, dos saberes tradicionais e da ancestralidade negra no estado. O processo de reconhecimento e titulação das terras quilombolas envolve etapas fundamentais, como a certificação de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e a regularização fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), assegurando a posse coletiva e o direito ao território. A seguir, são apresentadas as principais comunidades quilombolas de Rondônia, destacando sua situação jurídica, localização e conquistas no âmbito do reconhecimento e da titulação territorial.

Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas no Brasil

O processo de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas no Brasil envolve duas etapas distintas: 1. Certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP): A FCP é responsável por emitir a Certidão de Autorreconhecimento para comunidades que se identificam como remanescentes de quilombos. Essa certificação é o primeiro passo para a regularização fundiária e reconhece oficialmente a identidade quilombola da comunidade. 2. Titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): Após a certificação, o Incra conduz o processo de regularização fundiária, que inclui a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicação de portarias de reconhecimento, desapropriação de terras (quando necessário) e, finalmente, a emissão do título coletivo de propriedade em nome da comunidade.

Comunidades Quilombolas em Rondônia

Abaixo, apresentamos um quadro com informações sobre as comunidades quilombolas identificadas em Rondônia, incluindo sua certificação pela FCP e o status de titulação pelo Incra:

COMUNIDADE	MUNICÍPIO(S)	CERTIFICAÇÃO FCP	TITULAÇÃO INCRA	OBSERVAÇÕES
Santa Fé	Costa Marques	Sim	Sim	Título emitido em 2017; 41 famílias beneficiadas.
Jesus	São Miguel do Guaporé	Sim	Sim	Título emitido em 25/08/2010, reconhecendo 5.627 ha. O título foi posteriormente substituído em 2022 para corrigir equívoco formal. Primeiro território quilombola regularizado em Rondônia (Demício, 2022).
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	Sim	Em andamento	RTID publicado; processo em fase de notificações e contestações.
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé	Sim	Em andamento	RTID publicado; aguardando georreferenciamento.

COMUNIDADE	MUNICÍPIO(S)	CERTIFICAÇÃO FCP	TITULAÇÃO INCRA	OBSERVAÇÕES
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	Sim	Em andamento	Aguardando desmembramento da Reserva Biológica do Guaporé para emissão do título.
Laranjeiras	Pimenteiras do Oeste	Sim	Em andamento	Processo de regularização em andamento; 24 famílias cadastradas.
Santa Cruz	Pimenteiras do Oeste	Sim	Em andamento	Certificada pela FCP; processo de regularização em andamento.
Porto de Rolim do Guaporé	Alta Floresta do Oeste	Sim	Em andamento	RTID em elaboração; 60 famílias residentes.
Tarumã	Alta Floresta do Oeste	Não	Não	Comunidade ainda não certificada pela FCP.

Fonte: Autoras, 2025. Elaborado com base em INCRA (2019)

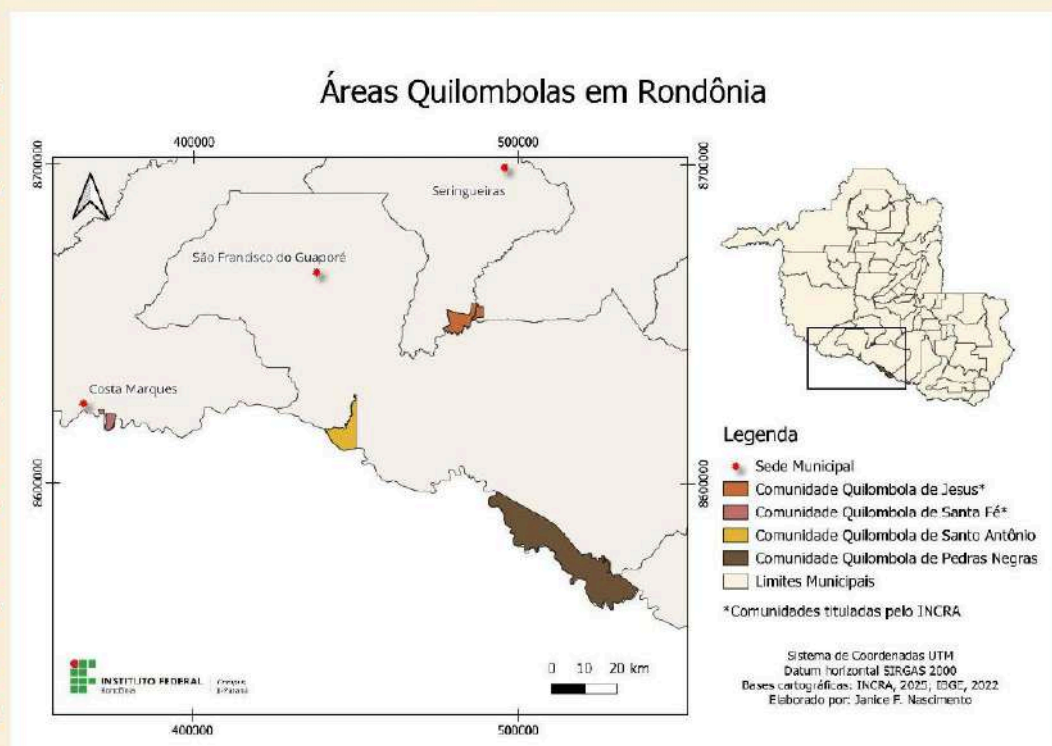
Antecedentes amazônico

Na Amazônia, os quilombos apresentaram especificidades ligadas ao ambiente florestal, ocupando áreas de difícil acesso e interagindo com povos indígenas e caboclos (Trindade; Santos, 2023). No Vale do Guaporé, em Rondônia, surgiram como resposta à exploração no ciclo do ouro, sobretudo a partir do declínio de Vila Bela da Santíssima Trindade, no século XVIII, quando comunidades negras se organizaram e fixaram ao longo do rio (Farias Júnior, 2011). Essa ocupação enfrentou novas pressões nos ciclos da borracha e da pecuária, gerando conflitos fundiários que persistem até hoje (Almeida, 2012). O reconhecimento legal, garantido pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, representa um avanço, mas a efetivação dos direitos ainda é dificultada por interesses econômicos e pela morosidade nos processos de titulação (CONAQ, 2019). A trajetória no Guaporé evidencia uma resistência histórica contínua, que articula território, identidade e luta política frente a ameaças antigas e contemporâneas.

Dimensões da Luta Quilombola no Vale do Guaporé

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO
Ameaças Históricas	Escravidão colonial, fuga e perseguição, abandono pós-mineração, ocupação econômica por seringalistas e pecuaristas.
Estratégias de Resistência	Formação de quilombos em áreas de difícil acesso, criação de redes de parentesco e coletividade, preservação de saberes e práticas culturais.
Ameaças Contemporâneas	Pressões do agronegócio, grilagem de terras, ausência de regularização fundiária, invisibilização nas políticas públicas.
Formas de Resistência Atual	Reivindicação de titulação de terras, mobilização social e jurídica, fortalecimento da identidade quilombola, articulação política através da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Fundação Cultural Palmares (FCP)

Mapa com a Localização de Algumas Áreas Quilombolas em Rondônia



Durante a elaboração do mapa com a representação das áreas quilombolas, constatou-se a impossibilidade de incluir todas as comunidades localizadas no estado de Rondônia. O motivo principal foi a ausência de dados completos no arquivo shapefile disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fonte oficial de referência para esse tipo de informação geoespacial.

Comunidade Quilombola de Jesus



A Comunidade Quilombola de Jesus localiza-se nas margens do Rio Guaporé, entre os municípios de São Miguel do Guaporé e Seringueiras, em Rondônia. Ela surgiu da luta de pessoas negras que, no passado, fugiram da escravidão e buscaram um lugar seguro para viver com liberdade, mantendo seus costumes, tradições e modos de vida.

A formação da comunidade está ligada a uma pessoa muito importante: Jesus Gomes de Oliveira, conhecido como Sr. Jesus. Ele ajudou a unir as famílias da região e foi um verdadeiro líder, sendo lembrado até hoje por sua força e dedicação.



Sr. Jesus e D. Luiza. In memoriam. Matriarca e patriarca da Comunidade. Fonte: enviado por Tereza Assunção de Oliveira (moradora da comunidade).

De acordo com Silva (2011), a comunidade é um espaço especial, onde histórias contadas pelas famílias mostram como o território é parte essencial da vida de todos. As famílias vivem de forma simples, cultivando a terra, criando animais e dividindo os frutos do trabalho com respeito e solidariedade.

O reconhecimento oficial da comunidade como quilombola veio em 2006, por meio da Fundação Cultural Palmares. Depois, em 2010, o INCRA concedeu o título de posse coletiva da terra, que foi atualizado em 2022. “Um feito que muito se deveu à militância da então professora da comunidade, Esmeraldina Leite Coelho, que representou a comunidade junto aos órgãos públicos” (Demício,

2022, p. 131). Hoje, a Comunidade Quilombola de Jesus tem seu território garantido, com mais de 5 mil hectares, sendo a primeira comunidade reconhecida oficialmente em Rondônia. Mesmo com os desafios trazidos pelas mudanças e pelo contato com o “mundo de fora”, os moradores continuam valorizando sua cultura, seu jeito de viver e sua história.

A trajetória da comunidade mostra a força da memória, da união e da luta por justiça. Mais do que um pedaço de terra, esse território representa dignidade, identidade e o direito de continuar sendo quem são.



Comunidade de Jesus. Autora, 2024



Rio São Miguel. Autora, 2024.

Narrativas das Colaboradoras

Para compreender a riqueza da vida comunitária, este referencial se ancora nas vozes de três mulheres da Comunidade de Jesus, identificadas neste trabalho como Tereza, Aldina e Beatriz. Suas narrativas foram registradas por meio do método da história oral, respeitando suas memórias, sentimentos, silêncios e resistências.

Aldina relembra um tempo em que a comunidade era mais ativa, coletiva e cheia de vida: “Antigamente, era mais animado, a gente fazia as coisas... construía casa, plantava... Criava galinha também, nossa! Criava tanto.” Com a saúde fragilizada, ela compartilha a frustração de não poder mais participar como antes: “Agora tá difícil, né? A saúde me deixou mais parada.” Ainda assim, sua fala revela o desejo por cursos práticos e acessíveis que valorizem os saberes cotidianos: “e cursos práticos, que a gente possa aplicar no dia a dia. Culinária, por exemplo. Esse é o tipo de curso que a gente quer.”

Beatriz, embora não tenha nascido na comunidade, construiu ali seus vínculos e afetos: “Me sinto parte dessa família, e sou muito bem acolhida aqui.” Suas memórias de infância revelam uma conexão profunda com o território e a coletividade: “Passávamos o dia todo na beira do rio. Antigamente, quase tudo o que consumíamos vinha da terra. Produzíamos nosso feijão, farinha, criávamos porcos.” Para ela, preservar as tradições é um compromisso com a identidade: “É fundamental preservar nossa cultura, nossas tradições... Plantamos e colhemos com respeito à terra.”

Tereza reforça essa herança ancestral, especialmente o papel das mulheres na continuidade dos saberes: “Minha mãe fazia um prato chamado paçoca de carne, que é uma preparação tradicional feita com carne desfiada e socada no pilão. E tem o biscoito de crueira, feito artesanalmente com farinha de mandioca pelas mulheres da comunidade.” Mesmo sem ocupar oficialmente um papel de liderança, ela é reconhecida na comunidade: “Cuidar da comunidade acaba sendo uma responsabilidade natural para mim. Muitas vezes, até os homens pedem minha opinião antes de tomar decisões.”

A partir de suas falas, emergem aspectos essenciais da vida quilombola: o protagonismo feminino, a valorização da terra, os saberes tradicionais, a religiosidade, e o desejo de uma educação acessível e contextualizada. Como sintetiza a Colaboradora I: “A educação é importante para ensinar as novas gerações sobre nossa cultura. Os mais jovens precisam conhecer nossa história, porque somos nós que estamos envelhecendo.” Assim, este referencial se estrutura como um convite à escuta sensível, ao reconhecimento dos saberes ancestrais e à construção de práticas educativas que dialoguem com os territórios e sujeitos quilombolas.

Pensamento das mulheres do Quilombo de Jesus

A escuta atenta das narrativas revelou categorias temáticas que fundamentam a construção deste Referencial conceitual, articulando as dimensões da identidade quilombola à Educação Profissional e Tecnológica contextualizada:

- ♦ **Lugar das Mulheres:** As mulheres da Comunidade de Jesus são protagonistas na organização da vida cotidiana, nas lutas pelo território, na preservação da memória e na educação informal das novas gerações. Como destaca a Tereza: “Cuidar da comunidade acaba sendo uma responsabilidade natural para mim.” Essa centralidade do feminino se manifesta no cuidado, na produção, na liderança comunitária e na transmissão dos saberes para as gerações futuras.



Tereza, Deusa e a pesquisadora descascando mandioca.
Autora, 2024

- ♦ **Saberes Tradicionais:** Ervas medicinais, técnicas de cultivo, culinária, artesanato e práticas de cura compõem um patrimônio de conhecimentos ancestrais transmitidos entre gerações. A Tereza descreve alguns desses saberes: “Minha mãe fazia saia de véia, a gente aprendeu também a fazer paçoca de carne e biscoito de crueira.” Esses conhecimentos, muitas vezes invisibilizados pela educação formal, são fundamentais para uma proposta pedagógica que valorize a diversidade de conhecimento.



Casinha de palha: um espaço de convivência, trocas e vivências comunitárias. Autora, 2024.

♦ **Resistência:** A história da comunidade é marcada por processos de resistência silenciosa e coletiva. A permanência no território e a defesa da cultura são formas de luta cotidiana. Como diz a Beatriz: “É fundamental preservar nossa cultura, nossas tradições... Plantamos e colhemos com respeito à terra.” A resistência se expressa tanto na organização comunitária quanto na continuidade dos modos de vida ancestrais.

♦ **Espiritualidade:** A fé é um elemento estruturante da vida na comunidade. Embora não tenha sido o centro das entrevistas, percebe-se, nas falas das colaboradoras, o respeito à espiritualidade como uma dimensão do cotidiano, presente nas práticas agrícolas, nos momentos de união e nos gestos de proteção e agradecimento à natureza. As festas religiosas, como o Dia de Santa Luzia, são momentos

de grande importância social e espiritual, conforme relata a Tereza: “No dia de Santa Luzia, a gente fazia promessa, preparava comida, chamava o povo para rezar e agradecer pela saúde.” Atualmente, a tradição ainda se mantém, embora restrita a um único almoço compartilhado. Ela também relembra os gestos de fé praticados por sua mãe: “Quando a gente adoecia, minha mãe fazia promessa pra Santa Luzia. Dizia que se sarasse, ia pagar a promessa na igreja. E a gente sarava.” As crenças cristãs, as orações, a devoção à Nossa Senhora da Conceição — que dá nome à igreja local — e os rituais coletivos estão profundamente integrados ao cotidiano da comunidade, reforçando os laços sociais e a conexão com os ancestrais.



Imagens de Nossa Senhora da Conceição e altar da igreja. Autora, 2024.



Plantio de mandioca. Autora, 2025.



Horta (plantio de cebolinha). Autora, 2025.

♦ **Relação com a Terra:** A terra é vista não apenas como espaço produtivo, mas como extensão do corpo, como mãe e fonte de vida. Beatriz recorda: “Antigamente, quase tudo o que consumíamos vinha da terra.” Esse vínculo ético e espiritual se manifesta no cultivo respeitoso, no cuidado com o solo e na defesa do território como elemento identitário.

♦ **Trabalho:** O trabalho na Comunidade Quilombola de Jesus é expressão de coletividade, cuidado e saberes acumulados. Está fortemente vinculado às atividades da roça, ao artesanato, à criação de animais e à manutenção da casa e da comunidade. As mulheres assumem papel central no trabalho cotidiano, dividindo-se entre as tarefas produtivas e o cuidado com os filhos, os idosos e os espaços comuns. Como relata a Aldina: “A gente aprende desde cedo a ajudar em casa, na plantação, a fazer farinha, cuidar dos bichos.” O trabalho é, portanto, uma dimensão formativa, que transmite valores como solidariedade, responsabilidade e respeito aos ciclos da natureza. Valorizar essas formas de trabalho é essencial para a construção de práticas pedagógicas que reconheçam os múltiplos saberes presentes na vida comunitária e fortaleçam a formação omnilateral dos sujeitos.



Rio São Miguel. Autora, 2024

♦ **Relação com a Natureza:** A natureza é compreendida não como recurso a ser explorado, mas como parte integrante da vida comunitária. Há um olhar de respeito sobre os rios, os animais, as árvores e o clima, marcado por um equilíbrio entre uso e preservação. Os saberes tradicionais dialogam diretamente com essa percepção, ensinando a observar os sinais da natureza, o tempo da colheita, os períodos de seca e de chuva. Essa relação sensível e ancestral inspira práticas sustentáveis e reforça a importância de uma educação ambiental que parta da escuta dos territórios. Ao refletir sobre as ideias apresentadas por Antônio Bispo dos Santos em “A terra dá, a terra quer”, é evidente a ênfase na importância da relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, ressaltando a necessidade de reconexão

com as raízes culturais e a valorização das comunidades tradicionais. (Santos, 2023).



Escola Paula Gomes. Alunas da comunidade em um dia de aula. Autora, 2024.

♦ **Educação:** Embora o acesso à educação escolar tenha se ampliado, na Comunidade Quilombola de Jesus essa expansão se materializa, entre 2005 e 2006, com a oferta, pela Escola Paula Gomes — criada pelo Decreto n.º 1337/GAB/PMSMG/2005, de 25 de agosto de 2005 (DEMICIO, 2021, p. 132) — do Ensino Fundamental (municipal) e do Ensino Médio na

modalidade EJA sistema modular (estadual). Ao mesmo tempo, as mulheres da comunidade destacam a importância da educação que acontece no cotidiano da roça, do quintal e das relações familiares.” Tereza sintetiza esse pensamento: “A educação é importante para ensinar as novas gerações sobre nossa cultura.” Elas reivindicam uma escola que escute, respeite e dialogue com os saberes e práticas da comunidade.

Legislações

A legislação brasileira que trata da temática quilombola é extensa e cobre diferentes aspectos, como reconhecimento de direitos, regularização fundiária, proteção cultural e promoção da igualdade racial. Abaixo está uma lista das principais leis, decretos, normativas e dispositivos legais relacionados às comunidades quilombolas no Brasil:

Quadro Demonstrativo – Principais Legislações e Normativas sobre os Direitos das Comunidades Quilombolas

Este quadro tem como objetivo apresentar, de forma simplificada e acessível, os principais marcos legais que asseguram os direitos das comunidades quilombolas no Brasil. Esses dispositivos tratam de temas como território, cultura, educação, saúde e participação social, sendo fundamentais para compreender as políticas públicas voltadas a essas populações tradicionais.

DISPOSITIVO LEGAL	OQUE GARANTE?	ÁREA DE APLICAÇÃO
Constituição Federal (Art. 68 – ADCT)	Reconhece às comunidades quilombolas o direito às terras que tradicionalmente ocupam.	Território
Lei nº 7.668/1988	Cria a Fundação Cultural Palmares (FCP) para promover, preservar e difundir o patrimônio cultural afro-brasileiro.	Cultura
Lei nº 11.645/2008	Inclui a cultura indígena nos currículos escolares.	Educação
Lei nº 9.394/1996 (LDB)	Garante o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.	Educação
Lei nº 10.639/2003	Torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e institui o Dia da Consciência Negra (20/11) no calendário escolar.	Educação
Lei nº 11.645/2008	Inclui a cultura indígena nos currículos escolares.	Educação
Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)	Assegura o direito à identidade cultural e políticas públicas específicas para quilombolas.	Cultura, Educação e Saúde
Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)	Define metas para inclusão das comunidades quilombolas no sistema educacional.	Educação
Decreto nº 4.887/2003	Regulamenta a titulação das terras quilombolas.	Território
Decreto nº 6.040/2007	Cria a Política Nacional para os Povos e Comunidades Tradicionais.	Desenvolvimento Sustentável
Resolução CNE/CP nº 1/2004	Define diretrizes para o ensino das relações étnico-raciais.	Educação

DISPOSITIVO LEGAL	OQUE GARANTE?	ÁREA DE APLICAÇÃO
Resolução CNE/CP nº 8/2012	Estabelece diretrizes para a Educação Escolar Quilombola.	Educação
Convenção nº 169 da OIT	Garante a consulta prévia e o direito à autodeterminação das comunidades tradicionais.	Direitos Humanos
Portaria nº 2.656/2007 (Ministério da Saúde)	Cria a Política Nacional de Saúde da População Negra.	Saúde
Portaria nº 98/2021 (INCRA)	Estabelece regras para a titulação de terras quilombolas.	Território
Instrução Normativa nº 49/2021 (INCRA)	Define normas para o reconhecimento de territórios quilombolas.	Território
Decreto nº 10.088/2019	Prevê ações de proteção social para comunidades tradicionais.	Assistência Social

Fonte: Autoras, 2025

Princípios Fundamentais para o Tratamento da Temática Quilombola no IFRO:

Para orientar a atuação educacional do IFRO junto às comunidades quilombolas, destacam-se princípios que promovem uma relação respeitosa, inclusiva e colaborativa. Estes princípios asseguram que a educação profissional e tecnológica atenda às especificidades culturais e sociais dessas comunidades, contribuindo para sua valorização e desenvolvimento.

- ♦ **Respeito à diversidade cultural:** O reconhecimento e a valorização das práticas, tradições e saberes das comunidades quilombolas são fundamentais para a construção de uma educação que respeite a identidade cultural e as histórias de luta e resistência desses povos.
- ♦ **Participação ativa:** A participação direta das comunidades quilombolas na formulação de políticas, currículos e práticas educacionais é essencial. Esse envolvimento garante que as necessidades, expectativas e saberes das comunidades sejam efetivamente incorporados ao processo educativo.
- ♦ **Intercâmbio de saberes:** A troca entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais quilombolas deve ser realizada em um ambiente de reciprocidade e respeito. Essa interação fortalece tanto os processos de ensino quanto as práticas culturais, enriquecendo o aprendizado de todos os envolvidos.
- ♦ **Inclusão e equidade:** Assegurar o acesso e a permanência das comunidades quilombolas na educação profissional e tecnológica requer a implementação de políticas que garantam a equidade, superando barreiras estruturais e culturais.
- ♦ **Sustentabilidade das relações:** A construção de parcerias duradouras, baseadas no respeito e na confiança, é fundamental para a efetividade e continuidade das ações educacionais junto às comunidades quilombolas. Esses princípios reafirmam o compromisso do IFRO com uma educação transformadora, que reconhece e valoriza a diversidade cultural, promovendo o desenvolvimento integral das comunidades quilombolas e o fortalecimento de sua identidade.

Possíveis Ações Educacionais do IFRO Junto às Comunidades Quilombolas.

1. Currículo contextualizado:

A construção de um currículo contextualizado no IFRO deve partir do reconhecimento da riqueza histórica, cultural e dos saberes próprios das comunidades quilombolas. Essa proposta busca fortalecer a identidade cultural quilombola e promover a equidade no acesso à educação, alinhando-se aos princípios de inclusão e diversidade.

- ♦ **Incorporação de conteúdos:** O currículo dos cursos ofertados pelo IFRO deve integrar conteúdos que abordem a história de resistência e luta das comunidades quilombolas, seus modos de vida, valores, práticas e conhecimentos. Essa abordagem permite a superação de visões estereotipadas e contribui para o fortalecimento das narrativas e vozes quilombolas no espaço educacional.
- ♦ **Interdisciplinaridade e identidade cultural:** É essencial adotar estratégias interdisciplinares que promovam a articulação de diferentes áreas do conhecimento em torno da valorização da cultura quilombola. Projetos pedagógicos, estudos de caso, oficinas culturais e práticas vivenciais devem ser incorporados às metodologias de ensino, possibilitando que os estudantes compreendam e respeitem a diversidade cultural como um elemento constitutivo de sua formação.

Com essas diretrizes, o IFRO reforça seu compromisso com uma educação profissional e tecnológica inclusiva, que respeita e valoriza as identidades culturais, contribuindo para a emancipação e o desenvolvimento das comunidades quilombolas e da sociedade como um todo.

Formação Continuada

A formação continuada é um elemento essencial para a implementação de uma educação inclusiva e que respeite a diversidade cultural. No contexto das comunidades quilombolas, esse processo deve capacitar professores e servidores do IFRO para atuar com sensibilidade e competência em relação às questões étnico-raciais, promovendo a valorização das identidades culturais e o fortalecimento do diálogo intercultural.

- ♦ **Capacitação sobre questões étnico-raciais:** É imprescindível oferecer cursos e formações que abordem temáticas como história e cultura afro-brasileira, legislação sobre direitos quilombolas, combate ao racismo e promoção da equidade. Essas ações devem ampliar a compreensão dos profissionais sobre as especificidades das comunidades quilombolas e fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e respeitosas.
- ♦ **Oficinas e palestras com representantes quilombolas:** A participação direta de representantes das comunidades quilombolas como formadores é uma estratégia enriquecedora e transformadora. Oficinas, palestras e atividades culturais conduzidas por membros das comunidades promovem o intercâmbio de saberes e possibilitam uma vivência mais próxima e autêntica das suas realidades, contribuindo para o respeito mútuo e para o fortalecimento da identidade cultural quilombola.

♦ **Cursos de formação inicial e continuada (FIC)**

Atendendo ao princípio da territorialidade e ao protagonismo comunitário delineados neste Referencial, propõe-se que o IFRO ofereça um itinerário articulado de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) diretamente ancorados nas demandas expressas pelas mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus. Partindo do apelo da Colaboradora I por “cursos de culinária e artesanato”, recomenda-se um curso FIC de **Culinária Quilombola**, no qual as participantes aprimorem técnicas tradicionais de preparo, boas práticas de manipulação de alimentos e estratégias de venda em feiras e plataformas digitais. Alinhado à proposta da Colaboradora III sobre “o cultivo da terra”, sugere-se um curso FIC de **Práticas Agroecológicas e Gestão da Roça Familiar**, com ênfase em manejo sustentável e consórcios agroflorestais.

Por meio dessas ações, o IFRO poderá reafirmar seu compromisso em construir uma educação comprometida com a diversidade, a inclusão e a justiça social, capacitando seus servidores a desempenharem um papel ativo na transformação da realidade educacional e social das comunidades quilombolas.

Valorização do Território e do Patrimônio Cultural Quilombola

Reconhecer e valorizar o território e o patrimônio cultural das comunidades quilombolas é um passo fundamental para construir uma educação contextualizada e transformadora. Essa valorização reforça os vínculos entre o IFRO e as comunidades, promovendo o respeito às suas práticas e saberes.

♦ **Visitas técnicas e projetos de extensão:** A realização de visitas técnicas e projetos de extensão possibilita uma vivência direta da realidade quilombola por alunos e servidores. Essas experiências são essenciais para compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas da comunidade, bem como para fortalecer os laços de parceria e cooperação entre o IFRO e as comunidades quilombolas.

♦ **Fortalecimento de práticas agroecológicas, culturais e sociais:** Incentivar estudos e projetos que apoiem as práticas agroecológicas da comunidade contribui para a sustentabilidade do território e para a valorização dos saberes tradicionais. Da mesma forma, ações voltadas ao fortalecimento das expressões culturais e das práticas sociais locais promovem a preservação e a transmissão das identidades quilombolas, assegurando que elas sejam reconhecidas como um patrimônio coletivo.

Essas iniciativas permitem que a educação no IFRO vá além do ambiente acadêmico, conectando-se à realidade quilombola e contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades.

Avaliação Conjunta

A construção de uma educação inclusiva e alinhada às realidades das comunidades quilombolas requer processos de avaliação que sejam participativos e representativos. A avaliação conjunta assegura que as ações educacionais sejam monitoradas de forma efetiva, transparente e em diálogo com as comunidades envolvidas.

♦ **Mecanismos de monitoramento e avaliação participativa:** É essencial desenvolver mecanismos que integrem representantes das comunidades quilombolas nos processos de avaliação das ações educacionais. Essa participação ativa permite que as comunidades contribuam com suas perspectivas e critérios, garantindo que as iniciativas implementadas atendam às suas reais necessidades e expectativas.

Por meio de encontros periódicos, oficinas avaliativas e relatos de experiências, a comunidade pode oferecer contribuições significativas, fortalecendo o vínculo entre o IFRO e as comunidades quilombolas. Essa parceria reafirma o compromisso com uma educação participativa, inclusiva e transformadora, que promove a valorização cultural e o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

Vocabulário quilombola: preservando palavras e saberes

A linguagem é uma das principais expressões culturais de um povo, carregando em si histórias, memórias e formas de interpretar o mundo. No contexto das comunidades quilombolas, as palavras típicas representam um legado cultural de resistência e criatividade, refletindo as particularidades das vivências e das tradições desses grupos. A pesquisa de Francisca Valda Gonçalves (2009) destaca que a linguagem falada pelos quilombolas do Vale do Guaporé não apenas reflete a riqueza cultural da comunidade, mas também serve como um importante veículo para a transmissão de memória histórica e identidade, evidenciando a influência de diversos grupos étnicos, incluindo termos de origem africana, indígena e espanhola na formação do léxico local. Incluir esse vocabulário em um referencial educacional reforça o compromisso com a valorização da diversidade e com a promoção de uma educação inclusiva e contextualizada.

Abaixo estão algumas palavras utilizadas por comunidades quilombolas e seus significados. Esse glossário inicial pode ser ampliado e enriquecido com contribuições das próprias comunidades e de pesquisas realizadas por alunos e servidores do IFRO.

GLOSSÁRIO

Exemplos de Palavras quilombolas - Comunidade quilombola de Jesus

- ♦ **Amatrichão:** Espécie de peixe de água doce.
- ♦ **Beiju:** Alimento feito com farinha de mandioca.
- ♦ **Biscoito de arroz:** Alimento feito de arroz.
- ♦ **Biscoito de crueira:** Alimento tradicional à base de farinha de mandioca, preparado artesanalmente pelas mulheres da Comunidade Quilombola de Jesus
- ♦ **Biscoito de polvilho:** Alimento feito de polvilho.
- ♦ **Bolo de arroz:** Alimento de arroz.
- ♦ **Casinha de palha:** Local de convivência dos membros da comunidade.
- ♦ **Catete:** porco do mato.
- ♦ **Mingau de caridade:** Preparação alimentar tradicional feita pela matriarca da comunidade para cuidar dos enfermos.
- ♦ **Paçoca de carne:** Preparação tradicional feita com carne desfiada e socada no pilão
- ♦ **Patoá:** Outro tipo de coqueiro
- ♦ **Paxuibinha:** coqueiro. Os membros da comunidade usam na fabricação de cama e da “casinha de palha”.
- ♦ **Pé de moleque:** Alimento de carne ou de amendoim.
- ♦ **Piranha doce:** Peixe de água doce.
- ♦ **Puba:** Tipo de farinha extraída da mandioca.
- ♦ **Saia de véia:** Prato típico da Comunidade Quilombola de Jesus, preparado à base de carne desfiada, cozida lentamente com temperos caseiros.
- ♦ **Tracajá:** Espécie de Cágado.
- ♦ **Tucunaré:** Espécie de peixe de água doce.

Exemplo de palavras quilombola em geral:

- ♦ **Banzo:** Estado de melancolia ou saudade profunda, historicamente associado aos períodos de escravidão, mas ainda presente na memória cultural.
- ♦ **Batuque:** Manifestação cultural e musical, geralmente envolvendo tambores, danças e cantos, muitas vezes associados a celebrações ou práticas espirituais.
- ♦ **Beiju:** Alimento típico feito à base de mandioca, presente em celebrações e no cotidiano das comunidades.
- ♦ **Caçoá:** Cesta feita de cipó ou palha, usada para transportar alimentos ou produtos agrícolas.
- ♦ **Cambão:** Instrumento ou técnica utilizada para a roça em trabalho comunitário. Também pode se referir à união coletiva no trabalho.
- ♦ **Capoeira:** Espaço de vegetação rasteira ou área de plantio abandonada que se regenera naturalmente.
- ♦ **Catimbó:** Sabedoria popular ou prática relacionada ao uso de ervas e rezas para fins medicinais ou espirituais.
- ♦ **Caxambu:** Roda de cantos e danças acompanhadas por tambores, geralmente em contextos religiosos ou festivos.
- ♦ **Engenho:** Local tradicional de produção de farinha de mandioca ou rapadura, muito presente em comunidades rurais e quilombolas.
- ♦ **Feitiço:** Termo usado para práticas espirituais ou rezas, às vezes com conotações negativas dadas pela visão externa, mas com significado positivo dentro da cultura.
- ♦ **Fuxico:** Reunião informal onde as pessoas conversam, costuram ou trocam experiências. Também se refere a um tipo de artesanato feito com retalhos de tecido.
- ♦ **Jequi:** Armadilha de pesca artesanal feita com cipós ou madeira, usada em rios e lagos.
- ♦ **Macaxeira:** Outro nome para mandioca, alimento essencial na dieta quilombola e base de diversas receitas tradicionais.
- ♦ **Maracá:** Instrumento musical tradicional feito de cabaça, muito usado em rituais e celebrações.
- ♦ **Moquém:** Estrutura de madeira usada para defumar alimentos, especialmente carnes e peixes, uma prática tradicional de conservação.
- ♦ **Mugunzá:** Alimento típico feito com milho branco cozido, doce ou salgado, semelhante ao canjica, muito presente em celebrações.
- ♦ **Mutirão:** Trabalho coletivo em que todos se ajudam, geralmente para realizar atividades como a colheita, a construção de casas ou a limpeza do território.

- ♦ **Puxirão:** Forma de trabalho comunitário, similar ao mutirão, geralmente voltado para colheita ou construção.
- ♦ **Quilombo:** Além de referir-se historicamente às comunidades de resistência formadas por escravizados fugidos, é também usado para descrever uma organização coletiva e autônoma.
- ♦ **Roçado:** Área de plantio, geralmente cultivada coletivamente, com técnicas tradicionais passadas de geração em geração.
- ♦ **Tabatinga:** Argila usada para fazer objetos de barro, como panelas e adornos, ou mesmo para construir casas de pau-a-pique.
- ♦ **Tingir:** Técnica artesanal de coloração de tecidos com tinturas naturais, geralmente extraídas de plantas.
- ♦ **Zabumba:** Tambor usado em manifestações musicais, especialmente em festas tradicionais.

**Conhecer para Respeitar:
leituras fundamentais sobre o
universo quilombola**



Este quadro apresenta algumas referências bibliográficas organizadas por eixo temático voltado às comunidades quilombolas.

REFERÊNCIA	OBRA	TIPO	ANO	EIXO TEMÁTICO
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.	Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a 'proteção' e o 'protecionismo'	Artigo	2012	Território e Territorialidade
ALVES, Diego.; MELO, Beatriz...	A questão quilombola no currículo da EPT: por uma educação omnilateral	Artigo	2021	Currículo e Educação Omnilateral
CONAQ. Quilombolas em Rondônia	Quilombolas em Rondônia	Relatório Técnico	2019	Identidade Quilombola e Organização Comunitária
DE LIMA, Juliana Murta; JÚNIOR, James Ferreira Moura	Racismo e sexismo como opressões direcionadas a mulheres quilombolas: uma revisão bibliográfica da literatura	Artigo	2024	Interseccionalidade: gênero, racismo & quilombolas

REFERÊNCIA	OBRA	TIPO	ANO	EIXO TEMÁTICO
DEMÍCIO, Mauro Sérgio.	Educação escolar quilombola no Vale do Guaporé	Tese	2022	Educação Escolar Quilombola no Vale do Guaporé
FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida.	Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas	Artigo	2011	Sistema escravista e territorialidades
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES.	Comunidades Quilombolas	Site institucional	2023	Mapeamento Quilombola
GONDIM, Diego Matos.	Vidas que perseveram: escritórias de uma comunidade quilombola como ruptura ótica e política	Tese	2022	Escritórias e Resistência
KENNEDY, William K. do Amaral Souza.	Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais	Tese	2020	Trabalho, cultura e resistência
LIMA, Roger dos Santos et al.	Educação escolar em comunidades quilombolas no Vale do Rio Guaporé	Artigo	2020	Currículo escolar e quilombos
LIMA, Uilian...; SOUZA, Maria Enízia...	O quilombola guaporeano: identidade, trabalho e religiosidade	Artigo	2012	Identidade, trabalho e religiosidade
RODRIGUES, V.	PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA: UM ENSAIO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL PARA COMUNIDADES DE QUILOMBOS	Artigo	2010	Políticas Públicas e Igualdade Racial
SANTOS, Antônio Bispo.	A terra dá, a terra quer	Livro	2023	Saberes Tradicionais e Territorialidade
SANTOS, Antônio Bispo.	Somos da terra	Artigo	2018	Identidade e pertencimento
SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos	Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses	Livro	2014	Pós-abolição e redes sociais negras
SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos	Negros do Tapuí: Memórias de Quilombolas do Sertão Piauiense	Livro	2012	Identidade e memórias
SENSATO Oliveira, A. R....	Território, Territorialidade e Identidade Territorial	Artigo	2017	Identidade Territorial e Geografia
SILVA, André Ricardo Fonsêca da.	Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção	Artigo	2018	Políticas Públicas para Quilombolas

REFERÊNCIA	OBRA	TIPO	ANO	EIXO TEMÁTICO
SILVA, Avacir Gomes dos Santos.	Culturas desviantes: as espacialidades vivenciadas nas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé	Tese	2011	Culturas desviantes e espacialidades
SOUSA, Maria Sueli...; SANTOS, Joaquim...	Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza	Artigo	2019	Territorialidade e Trabalho
SOUZA, João da Silva.	O lugar da cultura quilombola na organização do currículo integrado da EPT	Dissertação	2024	Currículo e Cultura Quilombola na EPT
SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de.	Quilombos: identidade e história	Livro	2012	História e Identidade Quilombola
TEIXEIRA, Marco Antônio D.	A Comunidade Remanescente do Quilombo de Jesus: Constituição e Estruturação	Artigo	2020	História da Comunidade Quilombola de Jesus
TEIXEIRA, Marco Antônio D.	Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé. Identidade e sustentabilidade	Tese	2004	Campesinato Negro e Sustentabilidade
TRINDADE, Gildemar...; SANTOS, Gilberto...	História da Amazônia e os quilombos	Artigo	2023	História da Amazônia e Quilombos

Considerações Finais

Este Referencial nasce da escuta, da convivência e do reconhecimento das experiências, vozes e saberes da Comunidade Quilombola de Jesus, e se afirma como um convite ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO) para fortalecer seu compromisso com uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enraizada na justiça social, no respeito à diversidade cultural e na valorização dos territórios quilombolas.

A partir da metodologia da história oral, das contribuições teóricas e legais, e, sobretudo, das narrativas das mulheres da comunidade, evidenciaram-se elementos fundamentais para a construção de uma proposta educativa crítica e inclusiva: o protagonismo feminino, a centralidade da terra, os saberes tradicionais, a espiritualidade, o trabalho coletivo, a relação ética com a natureza e a importância da escuta como princípio pedagógico. Tais elementos não apenas enriquecem a EPT, mas também desafiam a instituição a repensar seus currículos, metodologias e políticas de acesso e permanência.

As diretrizes pedagógicas aqui propostas apontam caminhos para a atuação sensível e transformadora do IFRO junto às comunidades quilombolas, incorporando princípios como a equidade, o intercâmbio de saberes, a sustentabilidade das relações e a valorização da identidade cultural. A inserção de cursos FIC territorializados, a promoção de formações continuadas com a participação direta das comunidades, a criação de mecanismos de avaliação participativa e a valorização do vocabulário e do patrimônio imaterial são estratégias concretas para uma educação realmente contextualizada.

Ao articular legislação, epistemologias decoloniais, práticas educativas e escutas comunitárias, este Referencial propõe não um ponto de chegada, mas um ponto de partida. Um chamado para que o IFRO atue como agente de transformação social, comprometido com o enfrentamento das desigualdades históricas e com a promoção da dignidade, da memória e da autonomia dos povos quilombolas.

Que este material inspire políticas institucionais mais justas, currículos mais abertos e sujeitos educadores mais comprometidos com o chão onde pisam. E que o diálogo entre o saber científico e o saber ancestral floresça em todos os cantos onde se luta por um país mais igualitário.



Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. *Caderno CRH*, [S.l.], v. 25, p. 63-72, 2012.

ALVES, Diego dos Santos; MELO, Beatriz Medeiros de. **A questão quilombola no currículo da EPT: por uma educação omnilateral**. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, [S.l.], v. 5, n. especial, p. 124-148, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. *Revista de Educação Popular*, [S.l.], v. 6, n. 1, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.
Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm.
Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Regulamenta o procedimento de proteção e promoção de direitos sociais das comunidades tradicionais**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 6 nov. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa FUNAI nº 49, de 26 de abril de 2021. Estabelece os procedimentos para identificação e delimitação de territórios tradicionais quilombolas**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 27 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 ago. 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm.
Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.

Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação– PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Portaria MS nº 2.656, de 17 de outubro de 2007. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 18 out. 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 8, de 20 de novembro de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.**

Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

BRASIL. **Territórios Quilombolas.** Brasília, DF: INCRA, [2024].

Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>.

Acesso em: 26 abr. 2025.

CONAQ – **Coord. Nac. Artic. Com. Negras Rurais Quilombolas. Quilombolas em Rondônia: realização técnica e organização da comunidade.** [S. l.: s. n.], 2019.

Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/278/>. Acesso em: 6 mai 2023.

DEMÍCIO, Mauro Sérgio. **Educação escolar quilombola no Vale do Guaporé.** 2022.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas**. Ruris, Campinas, v. 5, n. 2, p. 85-116, set./2011. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16854/11564>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. [S. l.: s.d.]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/quilombola/>. Acesso em: 7 mai 2023.

FCP – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Relatório de Gestão 2022**. Brasília: FCP, 2022.

GONÇALVES, Francisca Valda. **Identificação e análise de alguns vocábulos básicos dos falares dos quilombolas do Vale do Guaporé**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, 2009.

GONDIM, Diego Matos. **Vidas que perseveram: escriturências de uma comunidade quilombola como ruptura ótica e política**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

KENNEDY, William K. do Amaral Souza. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais: a (re)afirmação de modos de vida como formas de resistência**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

LIMA, Juliana Murta de; JÚNIOR, James Ferreira Moura. **Racismo e sexismo como opressões direcionadas a mulheres quilombolas: uma revisão bibliográfica da literatura (2003-2023)**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 17, n. 51, p. 505-522, 2024.

LIMA, Roger dos Santos et al. **Educação escolar em comunidades quilombolas no Vale do Rio Guaporé: uma análise a partir do Referencial Curricular de Rondônia, Brasil**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, p. e767974869, 2020.

LIMA, Uilian Nogueira; SOUZA, Maria Enísia Soares de. **O quilombola guaporeano: identidade, trabalho e religiosidade**. Revista Labirinto, ano 12, n. 16, p. 6-15, jun. 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 26 abr. 2025.

OLIVEIRA, A. R. Sensato; HOLANDA DA SILVA, C. **Território, territorialidade e identidade territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico**. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 27, n. 49, p. 411-413, 2017. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2017v27n49p411.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, 27 jun. 1989**. Aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 jun. 2002, e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 abr. 2004. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_326932/lang--pt/index.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

RODRIGUES, V. **Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 15, n. 57, 2010. DOI: 10.12660/cgpc.v15n57.3258. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3258/2121>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **Somos da terra**. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Negros do Tapuio: memórias de quilombolas do sertão piauiense**. Curitiba: Appris, 2012.

SILVA, André Ricardo Fonsêca da. **Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção**. Política & Trabalho, João Pessoa, n. 48, p. 115-128, 2018.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos. **Culturas desviantes: as espacialidades vivenciadas nas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé em Rondônia**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira dos. **Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.

SOUZA, João da Silva. **O lugar da cultura quilombola na organização do currículo integrado da EPT: um estudo no Instituto Federal do Tocantins/Campus Palmas**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Tocantins, Palmas, 2024.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **A comunidade remanescente do Quilombo de Jesus: constituição e estruturação**. Afros & Amazônicos, v. 1, n. 1, p. 8-16, 2020.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

TRINDADE, Gildemar da Paixão; SANTOS, Gilberto Vieira dos. **História da Amazônia e os quilombos: uma breve reflexão sobre a existência das comunidades quilombolas na Amazônia como parte de sua formação histórica**. Revista Saberes da Amazônia, Manaus, v. 8, n. 14, 2023

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - HISTÓRIA ORAL

O presente roteiro tem como objetivo explorar a comunidade quilombola de Jesus para entender suas particularidades socioculturais, os obstáculos que enfrenta e suas capacidades, visando melhorar a educação profissional e tecnológica de forma contextualizada e inclusiva, especialmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Garantimos confiança e confidencialidade aos colaboradores durante a entrevista. É essencial destacar que a duração da entrevista será de no máximo uma hora, com o propósito de manter as perguntas simples e claras, visando evitar fadiga. As perguntas a serem feitas são as seguintes:

1. Poderia começar nos contando um pouco de você? Seu nome, idade e sua relação com a comunidade quilombola de Jesus?
2. Quais são suas lembranças mais marcantes da sua infância?
3. Qual é a sua experiência de vida no Quilombo até agora?
4. Como era a vida no quilombo no passado?
5. Como é a realidade atual do quilombo?
6. Como é o dia a dia da comunidade?
7. Quais são as atividades desenvolvidas que garantem o sustento e como são realizadas?
8. Quais são as atividades de trabalho mais comuns realizadas pelos membros da comunidade?
9. Qual é a importância da preservação da cultura e tradições quilombolas para a identidade da comunidade?
10. Quais são os principais conceitos e temas que você gostaria que fossem abordados neste Referencial?

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA

Objetivo da roda de conversa: Divulgar o produto educacional derivado da pesquisa aos colaboradores e aos demais membros da comunidade de Jesus, buscando sua avaliação e aprovação.

Roteiro:

- 1) Saudar a todos os presentes;
- 2) Apresentar o produto educacional “Referencial Conceitual para orientar a abordagem das questões quilombolas no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)”, desenvolvido a partir dos dados gerados por meio das narrativas da História Oral dos colaboradores da pesquisa;
- 3) Expor, preferencialmente por meio de projeção visual e utilizando linguagem acessível, de forma a garantir pleno entendimento por parte de todos os presentes;
- 4) Incentivar a participação ativa, abrindo espaço para dúvidas, perguntas e esclarecimentos, tais como:
- 5) Agradecer pela presença e pela conversa;
- 6) Finalizar a roda de conversa.

APÊNDICE D - TEXTUALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Esta fase envolve a transformação da transcrição literal em um texto mais coeso e estruturado. Durante a textualização, as intervenções do entrevistador são suprimidas, e o foco recai sobre a fala do entrevistado, reorganizando-a para formar uma narrativa contínua e compreensível. O objetivo é eliminar repetições, hesitações e elementos que possam dificultar a leitura, sem alterar o conteúdo essencial da narrativa. Trata-se de uma adaptação que visa tornar o texto mais fluido, mantendo-se fiel ao relato original (Meihy e Barbosa, 2007).

TEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA - TEREZA ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA

Meu nome é Tereza Assunção de Oliveira, mas todos me chamam de Teca. Minhas lembranças mais marcantes da infância incluem brincadeiras como pega-pega e a confecção de bolas de borracha feitas de seringa, que usávamos para brincar na pira do meu pai. Eu guardo muitas memórias dele, especialmente relacionadas ao rio, que era um lugar livre para nós naquela época. Ele costumava me levar para pegar o piloto, que é guiar a canoa, enquanto ele pescava tucunaré e pintado, usando uma arma de pesca.

Minha experiência de vida no Quilombo é intensa. Às vezes, tento me afastar, mas acabo me envolvendo novamente. Uma mulher me aconselhou a não me envolver com os problemas de saúde dos outros, pensando na minha própria saúde. No entanto, sou uma referência na comunidade; os homens e os jovens sempre me consultam antes de tomar qualquer decisão. Meu pai sonhava que eu me tornasse professora, pois acreditava que isso ajudaria a preservar nossa cultura.

Quando decidi ir para Costa Marques estudar, algumas meninas me desencorajaram, pois as irmãs e o padre queriam me levar, mas eu não poderia sair do colégio antes dos 18 anos. Fiquei animada, mas ao contar os anos, percebi que levaria quase seis anos para concluir. Desisti, mas o sonho do meu pai de que eu estudasse para ser professora não morreu. Ele decidiu que, como eu não pude estudar, colocaria meu filho para estudar, e ele se formou em pedagogia.

O Quilombo, no passado, era muito diferente. As pessoas trabalhavam em fazendas de lavagem e cultivavam arroz e milho. Durante a época da colheita, as mulheres iam trabalhar, mas minha mãe não me deixava sair de casa. Naquela

época, os homens eram mais livres, enquanto nós, mulheres, ficávamos em casa. Lembro-me de que, quando saíamos, era para ir ao rio. Andávamos mais na água do que na canoa, e minha mãe sempre nos acompanhava, nunca nos abandonando. Nós cruzávamos de um lado para o outro, pegando terra e explorando a mata.

Atualmente, a comunidade mudou muito, e eu acabo liderando muitas das iniciativas. A vida no Quilombo é um reflexo das tradições que tentamos preservar, mesmo com todas as transformações que ocorreram ao longo dos anos.

Antigamente, eu enfrentava uma dificuldade imensa, especialmente na época em que tive meu filho. Havia muita dificuldade com roupas e outras necessidades básicas. As tradições, eu sinto que se perderam um pouco com o tempo. Nós costumávamos guardar todos os dias santos e fazíamos nossos almoços especiais. Hoje, até nós temos dificuldade em manter tantas tradições.

Lembro que, na época, fazíamos almoços para a comunidade, que na verdade não era uma comunidade formal como conhecemos hoje. Era uma época em que todos se reuniam para compartilhar refeições, muitas vezes com peixe. Havia uma festa que celebrávamos no dia 13 de dezembro, em homenagem a Santa Luzia.

Certa vez, enquanto preparava uma panela d'água fervendo, acabei derramando azeite em mim. Minha mãe, que tinha muita fé, fez uma promessa a Santa Luzia, e eu fiquei boazinha depois disso. Meu irmão também estava doente, com dor de cabeça, mas ele sempre se recuperava de alguma forma.

O dia 8 de dezembro era outra festa importante, em homenagem à minha bisavó. Essa tradição passou de geração em geração, da minha bisavó para minha avó, depois para meu pai, e assim por diante. Meu pai sempre insistiu que não deveríamos abrir mão dessa festa. Ele dizia que não era para levar a celebração para outro lugar, pois era importante mantê-la aqui, na nossa terra.

Eu não enxergo tão bem aqui, e mesmo com óculos, a visão não está clara. No dia a dia da nossa comunidade, cada um se dedica às suas tarefas. Eu costumo levantar às 5 horas da manhã para preparar o café e a garrafa de chá. Depois, abro a porta do quarto e cuido do meu irmão. Não deixo de ir até ele, sempre conferindo como está. Nos últimos dias, tenho conseguido dormir um pouco melhor, mas antes, ficava muito atenta a ele.

Às vezes, junto os retalhos de roupas que me dão, aquelas que não servem mais para ninguém. Corto os pedaços e uso a máquina para fazer preguinhas. Com

um pano, crio um tapete chamado fluflu, que aprendi a fazer com a mãe da Esmeraldina. Depois de um tempo, paro e sigo com o que tenho que fazer. Agora, passo o dia todo plantando.

Depois do almoço, venho para cá. Quando termino de almoçar, fico por aqui. Na minha infância, havia três casas, e a casa da minha mãe era a do meio. Todas as tardes, nos reuníamos na calçada. Meu pai, eu e meus filhos, um deles maior e o outro menor. Eu costumava dizer: "Vamos no vô?" Desde pequenos, eles começaram a chamar meu pai de vô, assim como eu. Eu me sentava entre eles e colocava algumas coisas no chão da casa. O mais velho se sentava nas minhas pernas e contava histórias, lembrando a época do pai dele, que, por sua vez, não conheceu o próprio pai.

As histórias que conhecemos vêm do que meu pai contou, que ouviu do pai dele, e assim se passaram de geração em geração. Se você entrar no Google, encontrará um pouco da história dele. Meu pai ficou famoso, e há vídeos da nossa comunidade no YouTube. Eu vi algumas dessas gravações, e ele sempre se mostrou para mim, assim como as meninas que estavam com as pingas da casa dele.

Eu não sei como é que não estava eu naquele dia. Ele estava aqui, filmando, enquanto eu ajeitava a mangueira. Como tinha gente em casa, não queria que a água descesse e fizesse lama no meio. Fui arrumar tudo, e eles passaram por mim. Até cozinhar, eu cozinheiro meio ruim, mas aprendi a cozinhar com o pessoal do Inca. Eles vinham aqui e me chamavam para fazer comida. O Samuel, por exemplo, eu vi ele temperar a comida.

Minha mãe sempre nos ensinou a cozinhar. Desde pequenininha, nunca deixamos de ter tabaiá. Nós colocávamos a água no fogo, depois o óleo. Quando estava fervendo, colocávamos o peixe para fazer o molho. Enquanto o peixe cozinhava, estávamos cortando a cebola. Era só cebola, sal e óleo. Minha mãe temperava a comida, e o alho também era essencial; se não temperássemos o feijão com alho, ele não tinha gosto. Ela fazia uma comida chamada saia de véia, e eu cheguei a chorar para não comer.

Nossas mães e avós faziam cada coisa, e a gente tenta fazer, mas nunca sai igual. Hoje, a atividade de trabalho mais comum que realizamos aqui é o plantio. Eu me dedico mais às minhas plantas do que ao plantio em si. Os homens estão roçando agora, preparando para plantar café. Antigamente, a maior parte do trabalho era com café. Eu colhia café sozinha, apenas eu e meus dois filhos. O

menor chorava, dizendo que queria a mamãe. Quando minha mãe chegava, eu contava para ela o que tinha acontecido com o pequenininho. Eu vinha para casa ao meio-dia e deixava ele com minha mãe.

A gente não ia na roça, não. Só tinha ele dentro de casa. Tinha os outros netos, mas eram só dois que eram tudo pra ele. E ela adoeceu. A Solange falava pra ela: "Vó! O corpo da puta! Que isso? Eu só tenho dois netos!" Ela dizia pra Solange que a filha dela estava ali, a irmã dela. A Solange é doentinha no mundo. Só tem dois netos: o Cosme e o baixinho. O pai dele pôs o nome de Cosme, mas o caçula era o Valdinei. Era o Valdeir e o Valdinei. O Valdinei era o Cosme, e o Valdeir era o baixinho. E ficou assim o nome deles.

Acho que é lá pra ficar um dia também. Lá pro lado da minha casa é só. Eu fico fechando, juntando uma coisa, juntando outra. Ramo pro mato, caçando... Excremento, pão da planta, morrer a cebola. O trabalho do sustento era a agricultura, a pesca e a carne de bicho do mato. Hoje não. Hoje eu não como quase nada. Acho que estou comendo muito pouco carne de bicho do mato. Hoje que eu vim comer carne de boi de novo. Mas assim, no almoço aqui na escola, eu como chuchu e abóbora. Eu vi a mulher fazendo: cortou a casca e tudo, refogou.

De uns tempos pra cá, eu não estou conseguindo nem comer arroz, feijão, nada. Só como na escola beterraba e chuchu. Eu não faço cada um nos seus pratinho pra não misturar. Eu estava cascando uma cenoura ainda agora. Estou assim porque estou muito... meu nariz está entupido. Nossa! Eu não posso cair. Me ataca a vista.

Eu, por mim, essa aqui é uma tradição nossa. Eu não acabaria. Isso aqui também era tudo cheio de planta, né? Nós tínhamos muita fruta. Aqui, até chegando a uma casinha que minha irmã tinha bem ali, era uma carreira de pocã. Da frente era pocã, atrás era laranja, o resto ia pra lá laranja. Nós tínhamos muita fruta, muita fruta. Canteiro. Cada um de nós tinha. Cebola.

Cada um de nós tinha um canteiro, onde cultivávamos cebola. Nós chamamos de "casinha de palha", que significa muito para nós. É uma casa mesmo, e quando alguém pergunta "Uai fulano, tá onde?", a resposta é "Ali na casinha de palha". Esse lugar é o nosso ponto de encontro, um espaço que não deve acabar nunca. Ontem mesmo, estávamos todos aqui.

Aqui, compartilhamos nossas experiências e conversas, é um momento de convivência. Os meninos da casa são mais fechados para conversar com mulheres, mas com as professoras eles brincam muito.

Antigamente, tínhamos uma horta que era de vala, com quadrinhos para cada um de nós. Eu tinha um, minha mãe tinha outro, minha irmã também, e as pessoas que moravam ali tinham os delas. Íamos ao mato buscar um pau chamado paxiumba para fazer galinheiros. Juntávamos os paus e fazíamos a estrutura, depois cobríamos com palha. Fazíamos uma portinha para as galinhas que queríamos criar. Elas criavam bem, e a festa dela, o almoço no dia 13, era só com galinha e pato.

Quando falamos sobre o referencial que será produzido a partir dessa pesquisa, gostaria que incluísse palavras e conceitos que são importantes para nós, como "casinha de palha" e seu significado. É uma opinião, mas também gostaria que falasse sobre "casa". Quando mencionamos "casinha de palha", sabemos que é ali que nos reunimos.

Esse pau aqui se chama vireira, e era o pau da nossa cama. Minha irmã fazia tudo direitinho, e o marido de uma mulher que está ali na escola estudando era quem nos ajudava a montar a cama. Usávamos um pezinho e forrávamos com uma árvore que tem no mar chamada paxuibinha.

Meu pai pegava a paxuibinha, que é um tipo de coqueiro, e a preparava para fazer o forro da nossa cama. Ele batia com um machado grosso, picando repetidamente até que tudo ficasse bem cortadinho. Depois, ele usava a costa do machado para deixá-la fofinha. Em seguida, vinha com a enxada e limpava o interior, preparando tudo para o uso.

Além da paxuibinha, também temos outras plantas que fazem parte da nossa alimentação, como o tucumã e o patoá. O açaí, que encontramos no mato, era uma das nossas comidas quando não tínhamos nada para comer. Meu pai colhia muito dele, e era um alimento importante para nós, que consumíamos com farinha, beiju e pé de moleque.

Falando em comida, temos também o biscoito que chamamos de cruêra. É uma tradição nossa, e sempre que falamos sobre isso, lembramos das receitas e dos momentos em que nos reunimos para preparar essas delícias. Agora, já são nove horas, e eu começo a fazer o xico. Às dez horas, começo a mexer tudo.

A cruêra é uma massa que fazemos com mandioca para fazer farinha. Quando a mandioca mulece, não se transforma completamente em massa, e ficam

pedaços. Minha mãe recolhia tudo e deixava secar durante a semana no terreiro, até que ficasse sequinho. Depois, ela levava para o pilão. Acredito que isso seja o que chamamos de puba. Passávamos a carne no pilão e peneirávamos.

Ela misturava a massa da cruêra com a mandioca e amassava tudo. Depois, era hora de sovar o pão. Quando não assávamos, fritávamos. Temos também o biscoito de polvilho, que é uma tradição nossa, assim como o bolo de arroz. O biscoito de polvilho que minha mãe faz é fritinho. Nós gostamos de fazer em formato de bolachinha, que chamamos de rocinha.

Lembro que tenho fotos do biscoito no meu celular, mas não sei onde exatamente. A gente tem uma quantidade certa de ingredientes. Socamos tudo bem socadinho e peneiramos. É importante dar uma quantidade boa, e não peneiramos tudo de uma vez. Quebramos a quantidade em uma vasilha e adicionamos ovos, mas não temos uma medida exata, apenas colocamos a olho.

Outra tradição que temos é o pé de moleque, que fazemos com macaxeira puba. É diferente do pé de moleque que conhecemos, que é feito de amendoim. O nosso é de mandioca e fica muito gostoso.

Nós chamamos de pé de moleque. Para fazer, colocamos açúcar no ovo, um pouquinho de sal e jogamos cravo, que dá um gosto bom. A massa fica em uma bacia grande, e vamos mexendo, amolecendo com óleo. É um processo que leva dias.

Na minha infância, minha mãe fazia biscoito de polvilho frito e também um tipo de massa de trigo que ela chamava de orelha de padre. Nós também fazíamos paçoca, mas a nossa era de carne. A "saia de véia" que mencionei é uma carne que cozinhamos bem até desmanchar, como peito de galinha. Usamos carne desfiada de boi, de porco, e quando está bem cozida, rasgamos com a mão, ficando parecida com carne moída.

Minha mãe não comia muito óleo nem sal, e a carne era escaldada em uma tábua boa, onde batíamos até ficar moída, o que chamamos de batidinho de carne. Meu filho gosta muito disso. Recentemente, fui à casa dele e fiz tracajá. Estava só eu e minha neta, e ela queria brincar.

Quando falamos sobre comida, sempre lembramos de mais coisas. Por exemplo, a piranha doce, que é uma delícia, e o sabor que ela ganha quando assada na folha da banana. Também temos o amatrichão e o tucunaré, que ficam muito gostosos assim.

A Adriana comentou sobre um projeto que eu quero fazer, e a Flávia, que não conheço bem, também está envolvida. Desde que morava no sítio, sempre tive curiosidade sobre as comunidades quilombolas. Conheci um pouco mais sobre elas através do professor Marcos Teixeira da UNIR, que foi um dos primeiros a estudar aqui. Ele tinha uma dieta especial por conta de uma cirurgia e eu fazia sopinha para ele.

O ovo do tracajá é igual a uma torta, que é o nome que a gente dá, mas é redondinho. A gente cozinha ele para fazer uma farofinha. Aproveitamos tudo, e essa paçoca da candada, a gente faz o batidinho, que é mais gostoso que a tartaruga.

Nós costumávamos fazer bola de seringa para brincar. Meu pai cortava a seringa, e quando ele chegava em casa, a gente se divertia. Eu nunca fui de jogar bola, nunca gostei, mas aqui tinha um cantinho, tipo um vôlei que eles fizeram. No domingo, era o dia todo: "Teca, faz uma farofinha pra nós". Eu ia lá, cortava rapidinho, gostava de fazer as coisas de forma ágil. Ponha a carne para escaldar e batia. O batidinho é bom.

Hoje em dia, eu mexo mais com a cozinha. Minhas plantas são uma parte importante da minha rotina. Eu desço do meu quarto, deito um pouquinho, levanto e vou cuidar delas. Tenho flores, como a rosa do deserto, e muitos cactos. Também tenho espada de São Jorge, que é pequenininha, e a espada de Santa Bárbara, que tem as pontinhas meio amareladinhas.

A vida é cheia de lembranças e tradições que nos conectam com o que somos e com o que fazemos.

Eu sempre falo com os meninos, especialmente com meus sobrinhos, sobre a importância de estudar e fazer um curso. A professora até me disse que vai pesquisar um cursinho para eu fazer. Às vezes, há vagas de emprego, mas falta a capacitação necessária. Por isso, preciso fazer um curso agora para voltar a estudar, e estou pensando em um curso de culinária.

A educação ajuda a preservar as tradições da nossa comunidade. Eu sempre digo para os mais novos que eles precisam estudar, porque nós estamos envelhecendo e é importante que eles aprendam. Um dos meus sobrinhos sonha em ser médico, e mesmo que a mãe dele tenha tirado sarro, eu apoio o sonho dele. Também tenho um caçula que já se formou em pedagogia. A educação é

fundamental para que eles conheçam a história da nossa comunidade e preservem nossas tradições.

Entretanto, enfrentamos dificuldades para acessar cursos e treinamentos, principalmente por causa da distância. Muitas vezes, não conseguimos ir à cidade por falta de condução. Por isso, seria muito mais fácil se as instituições viessem até nós para oferecer os cursos. Quando terminei meus estudos, fiz isso aqui mesmo, na comunidade. A educação básica já está presente, e os cursos oferecidos pelo Instituto são essenciais, pois a distância e a falta de transporte dificultam nosso acesso. Amanhã, por exemplo, queremos ir à cidade, mas temos muitas coisas que não conseguimos fazer por causa da falta de condução.

Minha sobrinha queria fazer um curso de enfermagem, mas ela não se interessou. Outra sobrinha sugeriu que ela fizesse agronomia, já que ela gosta de plantas e mexer com a terra. O que eu mais gosto é estar com as plantas, especialmente com cebolas e outras hortaliças. Temos algumas plantinhas enfeitando a casa também.

Acredito que cursos voltados para a terra seriam muito úteis para a nossa comunidade. Eu gostaria que muitos da minha família fizessem cursos, pois tenho sobrinhos que são muito inteligentes, mas nunca tiveram a oportunidade de estudar. Eles são os que consertam as bombas quando estragam e fazem instalações. Mesmo sem formação, eles têm habilidades incríveis, como consertar motores e até minha máquina de costura.

Um curso de mecânica básica seria ótimo para eles. Também temos o Josimar e o pai dele, que são bem inteligentes e poderiam se beneficiar de um curso de eletricidade.

Para as mulheres da comunidade, eu gostaria de fazer um curso de pintura, mas acabei abandonando essa ideia porque minha área é mais voltada para a cozinha. Eu gosto de mexer com panelas e de culinária. Além disso, gosto de fazer tapetes e artesanato.

Nós costumávamos fazer anéis de coco, mas estamos tendo dificuldades porque o local onde costumávamos coletar os materiais foi desmatado. Agora só temos um lugar distante, e este mês ele está todo manduro.

Recentemente, fizemos algumas peças de moeda, mas perdemos algumas delas. O que eu tenho aqui é uma aliança que comprei, e outra que ganhei de meus filhos. A que eu fiz foi feita por meus irmãos, e eu peguei uma delas.

Agradeço pela oportunidade de compartilhar essas experiências e ideias.

TEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA - ALDINA ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA

Meu nome é Aldina Assunção de Oliveira. Sou filha do seu Jesus, mas não sou a caçula; essa é a Nazaré. Na verdade, sou uma das mais velhas, logo depois do meu irmão Francisco, e o caçula é o Luziano.

Minha experiência de vida no quilombo tem sido marcada por desafios, especialmente agora, que não posso me movimentar muito devido a problemas de saúde. Isso tem me impedido de realizar atividades que antes eram comuns, como construir casas, plantar e criar animais. Criamos muitas galinhas, mas aqui é complicado, pois elas costumam sair e, recentemente, uma delas desapareceu. Fiquei pensando que talvez estivesse chocando, mas nunca mais a vi. Suspeito que uma cobra, que acredito ser uma jiboia, possa ter a devorado.

Quando olho para o passado, lembro que minha infância não foi muito boa. No entanto, depois que começamos a estudar, as coisas melhoraram um pouco. Havia festas, especialmente no dia 13 de dezembro (dia de Santa Luzia), que eram momentos de alegria. Todos nós estávamos deitados, já dormindo, e eu me lembro de um sonho, como se fosse uma toca-disco tocando. Nós levantávamos para acordar quem estava dormindo e eu me esforçava para organizar tudo para as festividades. Aqueles tempos eram animados, cheios de vida e celebração.

Atualmente, nós ficamos mais aqui na casinha de palha. Eu, Nazinha, Teca e Tonha passamos o dia juntas. Quando não estou com elas, estou deitada, pois sinto muitas dores nas costas. Eu gostaria de ter mais energia para fazer as coisas, como passear ou construir uma casa para criação. No entanto, não estou conseguindo fazer isso agora. Tenho vontade de fazer exames, mas não consegui. Fui atrás do meu dinheiro, mas não recebo nenhum auxílio.

Meu problema na coluna é sério e não tem remédio que resolva. Às vezes, tento amarrar um pano bem acolchoado e deitar um pouco, mas mesmo assim não melhora. Conversando com as outras, comentei que se eu estivesse boa, poderia trabalhar, especialmente agora que o serviço ia começar.

O sustento da nossa comunidade vem principalmente da pesca. Plantar é complicado, pois os bichos do mato comem muito. Tem um catete que entra nas roças à noite, e quando vamos ver de manhã, já destruíram tudo. Recentemente, estávamos mexendo na roça, mas o Jorge desistiu porque o pessoal deixou a porteira aberta e o gado entrou, arrasando tudo. Ele ficou desanimado com isso e não está muito animado para continuar. Portanto, a pesca é o trabalho mais comum que realizamos para garantir nosso sustento.

A preservação da cultura e das tradições quilombolas é de extrema importância para a identidade da nossa comunidade. Recentemente, estávamos conversando sobre isso e refletimos que, se nós, mulheres, estivéssemos com boa saúde, tudo aqui estaria limpo e organizado. Embora o terreiro esteja bonito e arrumado, se tivéssemos mais saúde, poderíamos realizar ainda mais atividades.

Às vezes, planejo fazer algo, mas no dia seguinte acabo não conseguindo. Quando sinto dor, preciso tomar um remédio, mas ele não resolve meu problema. A dor nas costas é constante e, por conta disso, estou buscando ajuda. Uma advogada queria falar comigo, mas não consegui entrar em contato com ela porque o número que me deram não funcionou.

Sempre comento com minha irmã que, quando eu tiver a oportunidade de construir uma casa, quero que ela tenha uma cozinha, um espaço para guardar as vasilhas, um assoalho e um fogão de cimento. Isso é algo que valorizo muito e que gostaria de ver preservado em nossa cultura.

Sempre falo sobre a construção de uma casa. Tenho o desejo de mandar fazer uma casa para mim, ou pelo menos uma porta que se encaixe bem. Imagino como seria, com um espaço que se dobra e se organiza de um jeito que só quem realmente sabe fazer uma casa conseguiria.

Lembro que morávamos em uma fazenda, lá em cima, do doutor. Criávamos muitas galinhas e vendíamos os ovos. No início, vendíamos por R10,00, mas depois, quando nos mudamos para a casa-amarela, começamos a vender por 20,00, pois tínhamos uma quantidade maior.

Atualmente, enfrento muitas dificuldades para estudar. Tem dias em que me sinto tão desanimada que nem consigo ir ver meu irmão. Às vezes, fico em casa, e minha amiga Teka percebe e pergunta se estou desanimada. E eu confirmo, estou mesmo. Acredito que essa dificuldade é comum a todos na comunidade. Eu gostaria de fazer cursos, mas a verdade é que não consigo mais.

Hoje, passo o tempo cuidando dos peixes que tenho. Cozinho alguns para fazer caldo para os cachorros, já que não tenho ração para dar a eles. No porto, não consigo me abaixar muito, pois minha coluna não permite. A médica me disse que tenho hérnia de disco, e quando está inflamada, a dor é intensa.

Acredito que a educação pode ajudar a preservar as tradições e os costumes da nossa comunidade. É fundamental que as novas gerações conheçam e valorizem.

Acredito que precisamos de muita coisa aqui. Espero que venham mais pessoas para nos ajudar, pois geralmente eles vêm apenas para fazer uma consultinha. Quando precisamos de algo, temos que ir até a cidade, e isso é complicado para nós. Precisamos de mais recursos aqui, pois sair não é fácil.

Uma vez, um homem que conheci pediu para fazer um vídeo sobre o que fazemos e o que não fazemos. Eu não estava muito animada e, além disso, comprei meu celular há pouco tempo e não sei muito sobre como usá-lo. Minha sobrinha e outra pessoa foram para a cidade, e uma delas ficou ocupada com a filha. O homem disse que se não fizéssemos logo, poderíamos perder uma oportunidade de mais de 20 mil, mas eu estava tão desanimada que não consegui fazer nada.

Os mais jovens têm mais habilidade para lidar com essas questões tecnológicas, como filmar e mostrar o que fazemos no dia a dia. Ele pediu que, se esquecêssemos de algo, ligássemos para ele, mas acho que ele acabou fazendo isso em outro lugar, porque ninguém aqui se mexeu.

Sobre cursos e treinamentos, eu realmente não sei que tipo seria mais útil para a nossa comunidade. Às vezes, oferecem cursos, mas nem sempre são necessários ou úteis para nós. Precisamos de algo que realmente faça a diferença.

Eu sempre tive vontade de aprender mais, especialmente sobre culinária. Uma vez, ofereceram um curso que iria acontecer aqui, e nós estávamos ansiosos, mas ninguém apareceu. Fiquei desapontada, pois havia tantas coisas boas que poderíamos aprender, como receitas diferentes.

Infelizmente, eu não consigo fazer as coisas do jeito que gostaria. Às vezes, na hora de cozinhar, acabo esquecendo dos ingredientes e isso me atrapalha. Acredito que um curso que trouxesse receitas escritas seria ideal. Assim, os instrutores poderiam nos ensinar e nós poderíamos praticar ao mesmo tempo. Para mim, o aprendizado prático é o que realmente faz a diferença; quanto mais prático o curso, mais aprendemos.

Poderíamos ter aprendido muita coisa, mas nossa mãe nos criou de uma forma que não nos permitia sair e explorar o mundo. Eu não tinha liberdade para conhecer mais, e isso sempre me deixou com vontade de aprender novas habilidades. A educação é fundamental, e não existe idade para aprender.

Aqui, a criação é um pouco restritiva, e não é fácil sair e deixar as responsabilidades para trás. Se tivéssemos mais oportunidades, como cursos que realmente nos interessassem, poderíamos desenvolver nossas habilidades e conhecimentos. Agora, com o Instituto Federal tão perto, em São Miguel, temos a chance de conhecer e participar de cursos que podem atender às nossas necessidades. É uma oportunidade que não podemos deixar passar.

Aqui na comunidade, se uma ou duas pessoas não se animam, as outras acabam desistindo. É preciso ter alguém que incentive, que diga "vamos fazer isso", para que todos se juntem. Acredito que a colaboração entre a comunidade e as instituições de ensino, como o IFRO, é fundamental para atender nossas necessidades. Estamos aqui, dando nossas opiniões, e isso já é uma forma de colaborar.

Eu sempre digo que o chefe da casa adora comer, quanto melhor a comida, mais ele gosta. Mas eu não sou a pessoa que cozinha, então já aviso que não vai sair tão bom. Recentemente, o Roberto veio aqui para fazer algo, mas não me lembro exatamente o que era. Ele trouxe uma professora para plantar, mas o Jorge desistiu, e eu também acabei desistindo. Não conseguimos plantar nada. Se tivéssemos trazido as plantas já prontas, talvez não tivéssemos perdido tudo para os bichos. Eu tentei plantar alguns pezinhos de café, mas só um sobreviveu; os outros três morreram, e também plantei alguns pezinhos de tangerina.

Seria interessante ter um curso sobre como cultivar e proteger as plantas, para evitar que os bichos as comam. Isso poderia nos ajudar bastante. No geral, eu acho que a casa é boa, mas não quero uma casa grande, porque não conseguiria dar conta de limpar tudo.

Eu queria aprender muitas coisas, mas o pessoal acaba não fazendo. A internet aqui não está pegando bem, então fica difícil. Recentemente, eu participei de um curso de sabão, mas acabei esquecendo como fazer as coisas e fiz uma mistura a mais. Uma das coisas que aprendi foi a fazer uma pasta de limpeza, que eu gosto de fazer um pouco mais durinha.

Para preparar a pasta, eu uso dois litros de água, três barras de sabão — uma barra de sabão comum e outra de sabão de coco. Também coloco uma colher de vinagre e uma colher de sal. Essa receita é só para mim, então faço em menor quantidade. Coloquei os dois litros de água e as três barras de sabão, uma de sabão de coco e uma que fiz em casa. Adicionei duas colheres de açúcar e duas de sal. Fui mexendo bem, e a mistura ficou bem espumosa. Pode não dar brilho, mas é uma boa pasta de limpeza.

Depois de fazer, deixei as coisas lá fora, mas choveu, então tive que tampar. A sorte é que a chuva não foi muito forte, e consegui manter a receita intacta. Quando terminei, deixei secar devagar. Essa pasta é boa para lavar louça e faz bastante espuma. Eu costumo pegar muitas receitinhas, mas às vezes não consigo fazer porque não dá para comprar todos os produtos.

Eu pego o pacote de trigo e também a receita de arroz. Recentemente, peguei uma receita de pão de arroz que parece ser bem fácil de fazer, mas ainda não tive a oportunidade de experimentar. Antes, eu estava coletando receitas de sabão, mas acabei parando porque não consegui continuar, especialmente por causa das minhas costas.

Comprei soda, mas faltou sebo e álcool, então não consegui fazer o sabão. Às vezes, guardo os óleos de fritura que utilizo, pois sei que dá para fazer sabão com eles. Recentemente, fiz um suco de caju e preparei cerca de dois litros para uma mulher que veio aqui. Temos um liquidificador, e uma amiga trouxe algumas barras de sabão para mim. Além disso, a mulher de um velhinho que sempre vem pescar também trouxe mais algumas barras de sabão.

Eu gosto de lavar louça com sabão de álcool, e entendo que algumas pessoas têm bastante, mas o que elas têm está estragando. É complicado, pois ela não libera o que tem, e só conseguimos pegar um pouco para fazer sabão.

Às vezes, me sinto tão esquecida das coisas. Falo para mim mesma que preciso pegar uma corda e colocá-la em um lugar mais fácil de encontrar. Eu tiro as coisas de um canto que acho difícil e coloco em um lugar mais acessível. Isso acontece até com as minhas roupas, pois dou tantas que acabo não tendo o que vestir. Reviro tudo, e minha roupa acaba ficando lá. Preciso tirar algumas para dobrar tudo.

Meu nome é Beatriz Rosa dos Santos. Não era daqui, mas moro aqui mesmo. Essa é uma bairra muito bonita, a bairra de canoa. Eu moro com essas meninas aqui, fui criada junto com elas. Era só minha cunhada e mais algumas pessoas, e eu fui criada tudo junto, com o pai dela. Meus pais também eram vizinhos. Fiquei com o irmão delas e moro até hoje com ele. Já nos consideram muito bem, elas são muito boas comigo, graças a Deus, não tenho o que reclamar.

Aqui, minha experiência de vida na comunidade é de aprender a ler. Estou doida pra aprender a ler, porque vejo muita gente lendo, e a minha dificuldade é essa. Conheço algumas coisas, mas poucas. A professora me ajuda, ela explica bem, e a gente vai entendendo. Aprender a ler é meu sonho. Se eu conseguir ler bem, quero fazer uma faculdade, esse é meu desejo. Meu sonho é fazer uns cursos bons, especialmente de costura, que eu gosto bastante.

Além disso, meu menino também precisa estudar para ser agente de saúde da comunidade. Falei pra ele que tem que fazer o provão para ver se passa e começa a estudar. Ele não fez a inscrição porque não estava em casa no dia, mas a professora veio aqui e disse que se ele quiser, é só ligar pra ela que ela manda um documento e encaixa ele.

A vida no passado era muito boa, muito diferente de agora. Nós meninas nos juntávamos, íamos tomar banho na praia, pescar e caçar. Passávamos o dia todo no rio, todo mundo ia pescar e tomar banho. As crianças brincavam na praia, era tudo mais divertido. Na nossa infância, não comíamos nada da rua, tudo era de casa: feijão, farinha, porco. Hoje, já dependemos mais da rua, porque estamos envelhecendo e já não conseguimos fazer tudo que fazíamos antes.

Lembro que tomávamos muito suco de frutas do mato e fazíamos vinho de açaí, chegávamos a fazer 20 litros para a gente tomar. Todos se reuniam para isso. A realidade hoje no quilombo já não é a mesma, mudou muito. Aqueles que estudaram já foram embora. Meu sonho é aprender aqui e, quem sabe, sair para fora um dia.

Eu estou estudando com a professora de biologia e, às vezes, é difícil acertar o nome das coisas. Também estou aprendendo português e matemática com os professores Gilmar e Geraldi. A educação é importante para nós, e quem sabe um dia eu possa fazer faculdade e ser professora aqui.

Atualmente, nossa principal atividade para garantir o sustento é a pesca. Meu filho vai pescar, e às vezes conseguimos caçar. Ele já trouxe um porco, e em outras ocasiões, matamos um mutum ou uma cutia que estava comendo mandioca na roça. O peixe e a farinha são essenciais para o nosso dia a dia.

Além da pesca, trabalhamos na roça. A lavoura é uma parte importante da nossa vida. Quando falta algum produto, vendemos a farinha que produzimos. Também coletamos seringueira para vender nos mercados e compramos o que precisamos, como óleo, açúcar e arroz, para passar o mês. Recentemente, percebi que não estava dando para comprar tudo, então comprei apenas um fardo de açúcar, pois vi que estava faltando. O açúcar é usado para fazer café, e tem gente que ainda toma café sem açúcar, que é bem doce e faz mal.

A preservação da nossa cultura e tradições quilombolas é fundamental para a identidade da nossa comunidade. Precisamos manter um ambiente limpo e saudável, como um diamante. Aqui em casa, cuidamos da natureza e não a maltratamos. Só roçamos o que é necessário para a roça. Plantamos cana, mandioca e até pepino. No entanto, não gosto de xuxu; acho sem graça, e minha mãe também não gosta.

Acredito que é importante que a pesquisa aborde temas que ajudem a entender melhor as questões quilombolas. Temos o Instituto Federal aqui em São Miguel, que oferece educação profissional e tecnológica, e isso pode ser uma grande oportunidade para nós. Seria bom se houvesse mais cursos que atendessem às nossas necessidades.

Aqui na nossa comunidade, fazemos uma variedade de comidas que são parte da nossa tradição. Nós preparamos bolo de arroz, bolo de puba, beiju e tapioca. Eu também faço biscoito de polvilho, que é uma bolachinha deliciosa. Tudo isso é feito com ingredientes que cultivamos, como a mandioca e o arroz.

Além disso, fazemos o pé de moleque, que é uma receita especial que leva massa de puba. Para prepará-lo, usamos margarina, coco ralado e, se tivermos, um pouco de leite. O pé de moleque que conheço é feito de amendoim, mas o nosso é diferente, feito de puba. Quando você experimenta, não consegue parar de comer. Ele é assado no forno, envolto em folha de banana, e fica simplesmente delicioso.

Essas tradições culinárias são muito importantes para nós e não podem se perder. Precisamos preservá-las e passar esse conhecimento adiante, garantindo que as próximas gerações também conheçam e valorizem nossa cultura.

Hoje mesmo fiz dez beijos para meus netos. Também faço torta, como a de ovo de tracajá, mas essa é perigosa, então evito. Além disso, faço torta de peixe, que é uma delícia. Para prepará-la, coloco uma camada de peixe, uma camada de massa, e assim sucessivamente, até que tudo esteja assado.

Na nossa comunidade, cada um de nós tem suas especialidades na cozinha. Por exemplo, fazemos um caldo de mocotó de boi com mandioca, que fica tão saboroso que o pessoal lambe os dedos. Também cozinhamos peixe, como a traíra. Para isso, usamos um vidro de vinagre, um vidro de óleo e a mesma quantidade de água, o que resulta em um prato que parece sardinha e não tem espinho.

Acredito que a educação profissional e tecnológica é fundamental para melhorar as oportunidades de emprego e renda para os membros da nossa comunidade. É preciso estudar bastante para adquirir conhecimento. A oportunidade de aprender é mais difícil para nós, mas se tivermos acesso a essa educação, certamente será benéfico. Acho que isso pode melhorar nossa situação.

A educação pode realmente ajudar a preservar as tradições e os costumes da nossa comunidade. Ela é fundamental, pois as crianças que estudam na escola têm a oportunidade de aprender sobre a sua própria cultura. Além disso, nós, como membros da comunidade, também praticamos a educação ao transmitir nosso conhecimento para as novas gerações. O que aprendemos com nossos pais, agora passamos para nossos filhos, e assim por diante, de geração em geração.

Minhas meninas, por exemplo, aprendem a lavar vasilhas, roupas e a cuidar da casa. Elas fazem tudo isso. Uma das minhas filhas, chamada Neide, é muito empreendedora; ela vende pão, faz pastel, bolo e muito mais. Essa troca de saberes é essencial, pois a educação não se limita apenas à sala de aula.

Entretanto, enfrentamos dificuldades para acessar cursos e treinamentos. A principal barreira é a distância. Muitas vezes, não conseguimos ir até a cidade para participar de cursos, e seria muito melhor se as instituições viessem até nós. A distância torna tudo mais complicado, e se pudessemos ter as aulas aqui, seria muito mais fácil.

Para que as instituições de ensino atendam nossas necessidades, é importante que elas venham até a comunidade. Assim, podemos colaborar e garantir que os cursos oferecidos respeitem nossa cultura e tradições. Não adianta trazer um

curso que não tenha relação com a nossa realidade, pois isso não despertará nosso interesse.

Um curso ideal para nós seria aquele que nos ensinasse a fazer muitas coisas, especialmente sobre como mexer com a terra e cultivar plantas. Existem muitas plantas que não sabemos como cuidar, e precisamos de alguém que possa nos ensinar. Eu gosto muito de plantas, mas muitas vezes não sei o que elas precisam.

Houve uma mulher que costumava nos ensinar sobre as plantas, mas ela não veio mais. Tentamos plantar do nosso jeito, cavamos buracos, colocamos adubo e semeamos, mas sem a orientação adequada, algumas coisas não prosperaram. Por exemplo, nossas laranjas estão bonitas, mas com a seca, muitas plantas, como o cupuaçu, morreram.

Um curso que nos ajudasse a aprender como cuidar e cultivar as plantas seria muito útil. Precisamos de conhecimento sobre como manter as plantas vivas e saudáveis, ao mesmo tempo em que conservamos nossas tradições e costumes.

Eu nasci em uma família que sempre trabalhou com lavouras, especialmente com mandioca. Desde pequena, aprendi a importância de cultivar a terra e cuidar das plantas. Embora eu saiba fazer muitas coisas na cozinha, ainda não consigo fazer tudo. Um dos pratos que nunca tentei fazer é o pudim, mas minha filha já faz até pudim gelado. Ela é muito talentosa e aprende receitas na internet, assistindo a vídeos no YouTube.

Recentemente, tenho me interessado por artesanato e também gosto de mexer com sabão. É uma atividade que me traz prazer. Em casa, tenho várias plantas, incluindo rosas, e adoro cuidar delas. Se você vier aqui, verá o quanto me dedico a isso. Minha cunhada me deu um pé de pimenta, e eu investi bastante nele; agora ele está crescendo bem.

Além disso, estou animada com a minha sementinha de maracujá, que já chegou. Planejo trazer a fruta para a escola e fazer suco. Acredito que, com esforço, conseguirei estudar e até fazer faculdade. Estou determinada a seguir em frente e quero saber notícias sobre o que você está fazendo também. Estou sempre à disposição para ajudar no que for preciso.

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL PELOS MEMBROS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS


 Produto Avaliado:

REFERENCIAL CONCEITUAL PARA ORIENTAR A ABORDAGEM DAS QUESTÕES QUILOMBOLAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO)

 **Autora:** Elane Cristina Camilo de Souza

 **Orientadora:** Prof^a Dr^a Lediane Fani Felzke

Este questionário tem o objetivo de colher a opinião dos membros da Comunidade Quilombola de Jesus sobre o produto educacional elaborado com base nas vivências e saberes compartilhados por vocês. Sua contribuição é muito importante para avaliar e melhorar o material. As respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e de aperfeiçoamento do trabalho.

 Se preferir, este questionário pode ser respondido com ajuda de alguém da equipe de pesquisa, por meio de conversa gravada ou anotada.

1. Você se sentiu bem representado(a) pelo que foi escrito no referencial?

- Sim
- Mais ou menos
- Não
- Não sei dizer

Se quiser, conte um pouco o motivo da sua resposta:

2. As histórias e falas da comunidade foram respeitadas e escritas com carinho?

- Sim
- Mais ou menos
- Não
- Não li tudo ainda

3. Você acha que esse material pode ajudar os gestores do IFRO, professores e estudantes a conhecerem melhor a comunidade?

- Sim
- Talvez
- Não
- Não sei dizer

4. Teve alguma parte do material que você gostou mais? Qual foi?

- As falas das mulheres da comunidade
- As fotos e imagens
- O vocabulário quilombola
- A parte da história da comunidade
- A parte que fala da terra e das leis
- Outra: _____

5. Você sentiu falta de alguma coisa no material? Se sim, o que você acha que poderia ter?

- Sim
- Não
- Não sei

Se sim, o que você acha que poderia ter?

6. Você gostaria que esse material fosse usado nas escolas ou nas reuniões da comunidade?

- Sim
- Talvez
- Não
- Não sei


7. Você teria vontade de participar de outros materiais assim, com suas falas, fotos ou sugestões?

- Sim
- Talvez
- Não
- Depende

8. Tem algo que você gostaria de dizer, sugerir ou compartilhar com quem fez o material?

Agradecemos muito sua participação! Essa escuta é um passo importante para garantir que a educação respeite e valorize os saberes e a história da Comunidade Quilombola de Jesus.

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL PELOS GESTORES IFRO

 Produto Avaliado:
REFERENCIAL PARA ORIENTAR A ABORDAGEM DAS DA TEMÁTICA
QUILOMBOLA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO)

 Autoras: Elane Cristina Camilo de Souza
Lediane Fani Felzke

Apresentação:

Este questionário visa avaliar a qualidade, pertinência e aplicabilidade do produto educacional desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com foco na valorização das comunidades quilombolas. O produto já foi avaliado pelos membros da Comunidade Quilombola de Jesus, com sugestões acatadas.

Sua contribuição, enquanto gestor(a) do IFRO, é fundamental para fortalecer ações afirmativas e práticas pedagógicas antirracistas na instituição.

1. O conteúdo apresentado está claro, coerente e de fácil compreensão?
 - Sim
 - Parcialmente
 - Não
2. O Referencial é pertinente e adequado para orientar a abordagem das questões quilombolas no IFRO?
 - Sim
 - Parcialmente
 - Não
3. O nível de aprofundamento teórico e conceitual foi suficiente para subsidiar ações institucionais?
 - Sim
 - Parcialmente
 - Não
4. A estrutura e organização do documento facilitam a consulta e a compreensão por gestores e servidores?
 - Sim
 - Parcialmente
 - Não

5. Os recursos utilizados (imagens, mapas, quadros) contribuíram para a compreensão do conteúdo?

- Sim
- Parcialmente
- Não

6. O produto é aplicável para subsidiar políticas institucionais, ações pedagógicas e projetos de extensão no IFRO?

- Sim
- Parcialmente
- Não

7. O Referencial contribui para a valorização das comunidades quilombolas e para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas?

- Sim
- Parcialmente
- Não

8. Este produto poderá servir de modelo para outras ações ou materiais institucionais relacionados à diversidade e à inclusão?

- Sim
- Talvez
- Não

9. Em sua opinião, qual é a principal contribuição deste produto educacional para o IFRO?

10. Quais aspectos poderiam ser aprimorados ou desenvolvidos em futuras edições ou materiais complementares?